

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais

DIÁSPORA E CONFLITOS: um estudo de caso sobre os tâmeis do Sri Lanka

Geraldine Rosas

Belo Horizonte
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GERALDINE ROSAS

DIÁSPORAS E CONFLITOS:
um estudo de caso sobre os têmeis do Sri
Lanka

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, elaborada sob a orientação da Prof^a. Dra. Liana Araújo Lopes.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Belo Horizonte
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R789d	<p>Rosas, Geraldine Marcelle Moreira Braga Diáspora e conflitos: um estudo de caso sobre os tâmeis do Sri Lanka / Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas. Belo Horizonte, 2009. 126f. : Il.</p> <p>Orientadora: Liana Araújo Lopes Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais</p> <p>1. Tâmil - Diáspora. 2. Sri Lanka e diáspora. 3. Conflitos étnicos. 4. Liberation Tigers of Tamil Eelam (Associação) I. Lopes, Liana Araújo. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.</p> <p>CDU: 327.58</p>
-------	--

Geraldine Rosas
**Diáspora e conflitos:
um estudo de caso sobre os tâmeis do Sri Lanka**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Liana Araújo Lopes (Orientadora) – PUC Minas

Javier Alberto Vadell – PUC Minas

Oswaldo Bueno Amorim Filho – PUC Minas

Belo Horizonte, 17 de março de 2008.

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, por ser a razão da minha existência e de tudo o que eu faço. Obrigada, Senhor, por direcionar os meus passos e por cuidar de mim ao longo dessa caminhada. “A honra e a glória pertencem a Ti. O poder e o saber são Teus”.

Aos meus pais, a minha irmã e ao meu noivo por todo o estímulo, compreensão e por me sustentarem com amor.

A minha orientadora, professora Liana A. Lopes, pela dedicação, carinho e atenção, por compartilhar comigo seus conhecimentos e por dar as coordenadas necessárias para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos Danny Zahredinne, Leonardo Ramos e Rodrigo Teixeira pelo incentivo e apoio e por terem me apontado esse caminho.

Aos meus colegas do UNI-BH e da PUC Minas e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que essa etapa de estudos fosse concluída.

RESUMO

Os conflitos internos, em seus diversos aspectos, vêm se tornando um tema cada vez mais relevante para as Relações Internacionais, sobretudo após o fim da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, as diásporas vêm emergindo enquanto importantes atores que interligam as esferas doméstica e internacional. O objetivo desse trabalho é analisar a correlação entre diáspora e conflitos, discutindo se as comunidades diaspóricas e suas atividades contribuem para o prolongamento ou para a resolução do conflito. Mais precisamente, é objeto de estudo dessa dissertação o conflito no Sri Lanka e a diáspora tâmil que vive no Canadá. O trabalho discute se, por um lado, a existência da diáspora favorece a continuação da luta, levando em conta a relação entre a comunidade tâmil e o grupo insurgente (LTTE), a manutenção da identidade tâmil e do desejo de uma Pátria Tâmil independente. Por outro lado, busca-se notar se a comunidade diaspórica contribui para a resolução do conflito, pressionando para que a questão seja negociada, chamando a atenção da sociedade internacional ou mesmo assegurando que, uma vez alcançada, a paz seja mantida.

Palavras-chave: Diáspora. Conflitos. Tâmil. Sri Lanka. LTTE.

ABSTRACT

Internal conflicts and their many aspects has become one important issue in International Relations field, since the end of the Cold War. Since that time diasporas have also emerged as relevant actors that are able to integrate the domestic and international arenas. The aim of this work is to analyse the correlation between diasporas and conflicts, discussing if these communities can contribute to conflict perpetuation or conflict resolution. Precisely, the object of this study is the conflict in Sri Lanka and the tamil diaspora that lives in Canada. The work discuss if, in one hand, the existence of the diaspora contribute to the struggle perpetuation, considering the relation between the tamil diaspora and the insurgent group (LTTE), the efforts to preserve the tamil identity and the desire of an independent Tamil Eelam. On the other hand, the work aims to note if the diasporic community contributes to conflict resolution, lobbying for peace negotiation, drawing attention of the international society or, maybe, assuring that peace, once it is achieved, could be stable.

Key-words: Diaspora. Conflicts. Tamil. Sri Lanka. LTTE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do Sri Lanka.....	14
Figura 2	Sri Lanka.....	15
Figura 3	A Pátria Tâmil (Tamil Eelam).....	16
Figura 4	Áreas controladas pelo LTTE e pelo governo do Sri Lanka em 2006.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Etapas do processo de paz do conflito no Sri Lanka.....	32
Tabela 2	Principais países de origem dos imigrantes no Canadá.....	39
Tabela 3	Principais países de origem dos refugiados no Canadá.....	39
Tabela 4	Principais países de origem dos imigrantes em Toronto.....	40

LISTA DE SIGLAS

- CNC – Congresso Nacional do Ceilão
- EROS – Organização de Estudantes Revolucionários do Eelam (Eelam Revolutionary Organization of Students)
- FACT – Federação das Associações dos Tâmeis Canadenses (Federation of Associations of Canadian Tamils)
- IPKF – Força de Manutenção de Paz Indiana (Indian Peace-Keeping Force)
- JVP - Frente de Libertação do Povo (Janatha Vimukthi Peramuna)
- LTTE – Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (Liberation Tigers of Tamil Eelam)
- PIB – Produto Interno Bruto
- PLOTE – Organização Popular de Libertação da Pátria Tâmil (People Liberation Organization for Tamil Eelam)
- SLFP – Partido Liberdade do Sri Lanka (Sri Lankan Freedom Party)
- SLMM – Missão para o Monitoramento do Sri Lanka (Sri Lankan Monitoring Mission)
- TESOC – Sociedade Pátria Tâmil do Canadá (Tamil Eelam Society of Canada)
- TRO – Organização de Reabilitação Tâmil (Tamil Rehabilitation Organization)
- TULF – Frente Unido de Libertação Tâmil (Tamil United Liberation Front)
- UF – Frente Unida (United Front)
- UNP – Partido Nacional Unido (United National Party)
- WTM – Movimento Tâmil Mundial (World Tamil Movement)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. HISTÓRICO DO CONFLITO TÂMIL.....	13
2.1 A ilha do Sri Lanka: o palco do conflito.....	13
2.2 Antecedentes do conflito.....	20
2.3 O surgimento do nacionalismo étnico (1948 – 1982).....	22
2.4A guerra civil e seus desdobramentos (1983 – 2008).....	26
2.5 A dispersão tâmil.....	37
3. COMUNIDADES DE DIÁSPORA: APROXIMANDO OU AFASTANDO A PAZ NA TERRA-NATAL?.....	42
3.1 Diáspora: conceito, características e as Relações Internacionais.....	42
3.2 Diáspora e o prolongamento dos conflitos.....	54
3.3 Diáspora e resolução de conflitos.....	66
4. A DIÁSPORA TÂMIL E O CONFLITO NO SRI LANKA.....	81
4.1A população tâmil no Canadá: preservação da identidade cultural e manutenção do vínculo com a terra-natal.....	81
4.2 A diáspora tâmil e o prolongamento do conflito no país de origem.....	90
4.3 A diáspora tâmil e a resolução do conflito.....	102
5. CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS.....	118

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos internos vêm se tornando um tema cada vez mais relevante para as Relações Internacionais. Desde o fim da Guerra Fria, sobretudo, muito vem sendo discutido sobre a dimensão internacional (BROWN, 1996) ou mesmo transnacional (GLEDITSCH, 2003) desses conflitos, a economia de guerra (BALLENTINE & NITZSCHKE, 2005; ANDREAS, 2004), as chamadas “novas guerras” (KALDOR, 1999), entre outras questões. Os exemplos ao redor do mundo são inúmeros, assim como também são várias as abordagens através das quais eles podem ser analisados, passando por aspectos políticos, econômicos, humanitários e outros. Este trabalho pretende estudar o conflito interno no Sri Lanka, destacando o papel da diáspora tâmil localizada no Canadá, bem como a relação existente entre essa comunidade e o conflito que ocorre na terra-natal.

Assim como os conflitos internos, a migração internacional também vem ganhando cada vez mais repercussão no âmbito das Relações Internacionais. Tanto a migração voluntária quanto a migração forçada colocam novos desafios para o Estado e para a política internacional, quer sejam desafios econômicos, sociais, políticos ou que envolvam a segurança (ADAMSON, 2006). Dessa forma, acredita-se na relevância de focar a questão da diáspora tendo em vista que se trata de um fenômeno que apresenta características próprias, tornando-se algo cada vez mais recorrente em razão das facilidades de transporte e comunicação proporcionadas pela globalização.

A relação entre diáspora e conflitos reside essencialmente no fato de que, como será discutido adiante, grande parte das populações que vivenciam uma diáspora sofre tal dispersão por situações de conflitos. De acordo com Pierre George (1985) a diáspora acontece quando populações se dispersam pelo mundo, saindo de seu país de origem devido a perseguições políticas, religiosas, entre outras. Historicamente, o termo é empregado para se referir à dispersão dos judeus, entretanto, pode ser aplicado a outros casos. É assim que a diáspora tâmil será discutida, para que possa ser identificada a relação que existe entre a comunidade tâmil que vive no Canadá, formada por cerca de 300 mil pessoas (CHERAN, 2003), e o conflito que acontece na terra-natal.

Diante disso, a partir do estudo sobre a diáspora tâmil, busca-se descobrir que tipo de relação existe entre as comunidades vivendo ao redor do mundo e o conflito na terra-natal, percebendo se a existência dessas comunidades, mesmo estando fora do território, influencia o desenrolar do conflito, fazendo com que ele se prolongue ou favorecendo o processo de paz. Busca-se identificar as especificidades da relação entre a diáspora e o conflito, visando notar o papel dessas comunidades no processo de resolução do conflito ou no prolongamento das hostilidades. Em outras palavras, pergunta-se como as comunidades de diáspora se relacionam com o conflito, que tipo de papel elas exercem em relação ao conflito na terra-natal? Vale frisar que a tentativa de verificar o papel da diáspora na resolução do conflito não ignora que outros atores e fatores sejam relevantes nesse processo. Contudo, esses fatores não serão alvo de uma análise profunda por não ser esse o objetivo do trabalho, que analisará especificamente como as comunidades de diáspora atuam nesse sentido. O fato de ser o papel da diáspora o objeto de estudo dessa pesquisa também não supervaloriza a capacidade desse ator como se ele fosse o mais relevante, apenas salienta a necessidade de explorar esse tipo de correlação.

Os objetivos da dissertação são, dessa forma, examinar a diáspora tâmil a fim de verificar suas correlações com o conflito no Sri Lanka, analisando especificamente a comunidade tâmil estabelecida no Canadá. Ademais, como parte da pesquisa pretende-se: i) verificar a existência de formas de articulação e mobilização da comunidade tâmil situada no país, identificando, por exemplo, processos relacionados à manutenção dos vínculos com a terra natal; ii) identificar se os grupos que compõem essa comunidade de diáspora estimulam de alguma forma a continuação da luta no Sri Lanka, buscando saber como isso é feito; iii) descobrir que tipo de vínculo existe entre a comunidade de diáspora e o grupo insurgente, nesse caso os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE), notando se essa relação favorece o prolongamento das hostilidades; iv) além de analisar se a comunidade de diáspora tâmil no Canadá possui algum papel relevante em relação à resolução do conflito, buscando alcançar a paz na região.

Nessa direção, é preciso analisar que tipo de influência a diáspora tâmil exerce em relação ao conflito no Sri Lanka. Essa influência pode ser observada tanto no que diz respeito à manutenção da insurgência contra o governo cingalês (através do financiamento, apoio ao LTTE e intensificação da identidade tâmil), tanto no que tange ao papel da

diáspora em relação ao processo de resolução do conflito. Vale deixar claro que se pretende analisar o impacto das atividades da comunidade de diáspora, percebendo se esse impacto favorece o prolongamento ou o fim do conflito. Ressalta-se que o ator em questão é o mesmo – a diáspora – e que as suas atividades podem também ser as mesmas, porém com um impacto diferenciado.

Acredita-se na relevância do estudo tendo em vista a necessidade de analisar a diáspora como um ator importante no âmbito do sistema internacional, especialmente diante do processo de globalização, e que atua de forma significativa junto aos conflitos internos, que por sua vez tem sido um tema recorrente nos estudos das Relações Internacionais. Pressupõe-se, ainda, que o estudo poderá contribuir para o desenvolvimento do campo da análise e resolução de conflitos, na medida em que os resultados obtidos possam suscitar novas pesquisas e descobertas.

No que tange ao aspecto metodológico, a pesquisa fundamenta-se em um estudo de caso, como já demonstrado, analisando especificamente a comunidade tâmil no Canadá e suas correlações com o conflito no Sri Lanka. A comunidade no Canadá foi escolhida como objeto de estudo por ser a maior comunidade tâmil fora do Sri Lanka, sendo composta por cerca de 300.000 pessoas (Cheran, 2003). A análise se fundamenta em informações provenientes de estudos, artigos acadêmicos, bancos de notícias, publicações, relatórios e pareceres de organizações diversas, de modo que a análise de conteúdo se coloca como o instrumento metodológico central no desenvolvimento da pesquisa. Vale a pena frisar que os dados que serão analisados e apresentados no trabalho não serão fruto de pesquisa de campo, não sendo, portanto, inéditos. Não obstante, acredita-se na relevância da pesquisa diante da dispersão das informações e da quantidade limitada de estudos sobre o caso tâmil no campo das Relações Internacionais, principalmente no Brasil¹.

Desde já é fundamental que fique claro que a comunidade de diáspora no Canadá será tratada como um todo, ressaltando aquilo que pode ser percebido como uma característica geral da comunidade. Isso não significa, entretanto, afirmar que o grupo é homogêneo, ficando evidente aqui que esse trabalho reconhece que a comunidade tâmil não pode ser vista como uma comunidade que possui uma posição unânime. Por outro lado,

¹ Para um relatório sobre a relação do Brasil com o Sri Lanka, ver MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA. **Sri Lanka: mensagem ao Congresso**. Diário do Senado Federal, 10 de outubro de 2007.

também não foi possível identificar durante a pesquisa a existência de grupos claramente divergentes em meio à população tâmil no Canadá. Dessa forma, essa dissertação assumirá a mesma posição de outros trabalhos que lidam com a questão das diásporas², salientando que as comunidades diaspóricas não são grupos homogêneos, embora possam ser analisados a partir de suas características gerais e do impacto que geram as atividades de seus membros.

Para alcançar os objetivos propostos, o trabalho está estruturado em três capítulos centrais, além de uma introdução e uma seção de considerações finais, de modo a apresentar: o objeto em questão (o conflito e a diáspora tâmil), as perspectivas analíticas que lhe servirão como base e a análise do caso. Em linhas gerais, o conteúdo dos três capítulos versa sobre o seguinte:

O primeiro capítulo apresentará uma contextualização acerca do conflito no Sri Lanka, discorrendo sobre as características gerais do país e sobre o histórico dos confrontos entre tâmeis e cingaleses, abordando também o processo de dispersão que deu origem à diáspora tâmil.

O conflito tâmil no Sri Lanka gira em torno da busca por independência do Tamil Eelam (que abrange 11 províncias no norte e leste do país), encabeçada por um grupo insurgente, os chamados Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE³). O conflito, em linhas gerais, se dá entre dois grupos étnicos distintos: tâmeis (aproximadamente 9% da população) e cingaleses (cerca de 70% dos habitantes da ilha)⁴. As raízes do conflito remontam à época da independência do país, em 1948, e às disputas pelo poder entre tâmeis e cingaleses após o processo de descolonização. Políticas discriminatórias contra os tâmeis e o sentimento de que a minoria não era representada levaram ao surgimento de grupos rebeldes que buscavam expressar a insatisfação da população tâmil. Como será demonstrado no capítulo seguinte, ao longo da história do conflito surgiram vários grupos rebeldes que buscavam defender os direitos tâmeis. Entretanto, a partir do final da década de 1970, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) vêm se destacando como o movimento que encabeça a luta tâmil no Sri Lanka, sendo um dos principais responsáveis

² Ver, por exemplo, Hall (2008), Smith e Stares (2007), Demmers (2002 e 2007) e Fair (2005 e 2007).

³ Desde já é importante dizer que as siglas referentes aos grupos e partidos políticos no Sri Lanka serão mantidas em inglês, com o intuito de facilitar a identificação pelo leitor em futuras leituras sobre o assunto.

⁴ Dados disponíveis em <<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html>> Acesso em 01 Ago 2007.

pela insurgência contra o governo cingalês (FERNANDO, 2005). Ações violentas perpetradas por esses grupos geraram ondas de revoltas anti-tâmeis que se espalharam pelo país e culminaram em uma guerra civil em 1983 (STOKKE & RYNTVEIT, 2000).

A história do conflito conta com a intervenção de uma força de paz indiana (1987-1988) e com diversas tentativas de negociações de paz. Um acordo de cessar-fogo, mediado pela Noruega, foi assinado entre o governo do Sri Lanka e o LTTE em 2002, entretanto, meses depois a trégua foi rompida (FERNANDO, 2005). Atualmente as hostilidades continuam ocorrendo no território em meio às tentativas de retomar o processo de paz. Sobretudo desde o início da guerra civil em 1983, a população tâmil vem sofrendo vários êxodos, dispersando-se pelos cinco continentes em razão da situação no norte e leste da ilha. Estima-se que cerca de um terço da população tâmil que vivia no país antes de 1983 deixou o Sri Lanka (FOGLERUD, 2001). De acordo com Cheran (2003) a diáspora tâmil é estimada em 700.000 pessoas, que vivem atualmente em regiões como Canadá, Europa, Índia e Austrália.

O segundo capítulo trará considerações acerca do conceito de diáspora e seu entendimento no campo das Relações Internacionais, apontando também abordagens que trabalham com a relação entre essas comunidades diaspóricas e o conflito na terra-natal, seja no sentido de favorecer o prolongamento seja contribuindo para a resolução das hostilidades.

Por fim, o terceiro capítulo buscará analisar o papel da comunidade diaspórica no Canadá em relação ao conflito interno que tem lugar na ilha do Sri Lanka, percebendo como o vínculo com o território de origem é preservado e identificando como a diáspora favorece o prolongamento da luta ou auxilia nos esforços para que a paz seja alcançada.

2 HISTÓRICO DO CONFLITO TÂMIL

O objetivo deste capítulo é proporcionar uma breve contextualização acerca do Sri Lanka, tornando possível a compreensão sobre o conflito tâmil, bem como o processo de dispersão dessa população. Para tanto, o capítulo estará organizado de modo a, inicialmente, apresentar dados gerais sobre o Sri Lanka, sua localização, características populacionais, econômicas, entre outros aspectos relevantes. A segunda seção contemplará os processos históricos vivenciados pelo país antes de sua independência, em 1948. Em seguida, será retratado o período no qual se observa o surgimento do nacionalismo étnico, quando se iniciam as rivalidades entre tâmeis e cingaleses. A quarta seção tratará da guerra civil e do período posterior a 1983, quando as hostilidades se intensificam no território⁵. Por fim, será discutida a dispersão do povo tâmil, o processo de diáspora propriamente dito.

2.1 A ilha do Sri Lanka: o palco do conflito

O conflito tâmil tem como palco a ilha formalmente conhecida como República Social Democrática do Sri Lanka, localizada no sul asiático a 29 km da costa indiana, ou seja, cerca de 1 hora de distância em barco (GUNARATNA, 1997). O país é banhado pelo Oceano Índico e possui uma costa de 1.340 km⁶. A capital é Colombo, cidade que possui cerca de 2 milhões de habitantes⁷, estando localizada na porção sudoeste da ilha. As principais cidades, além da capital, são Dehiwala-Mount Lavinia, Moratuwa e Jaffna. Sri Jayewardenepura Kotte é considerada a capital administrativa. A ilha está separada do subcontinente indiano pelo Golfo de Mannar e pelo Estreito de Palk, como demonstram os cartogramas abaixo.

⁵ Essa caracterização histórica do conflito, dividida em três períodos (até 1948, de 1948 a 1982 e de 1983 em diante) acompanha a sugestão de Fernando (2005).

⁶ Disponível em <<https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>> Acesso em: 13 fev. 2008.

⁷ Disponível em <<http://www.statistics.gov.lk/census2001/index.html>> Acesso em: 13 fev. 2008.



Figura 1: Localização do Sri Lanka
Fonte: <http://www.cfcCanada.ca>



Figura 2: Sri Lanka

Fonte: http://www.lib.utexas.edu/maps/sri_lanka.html.

Há mais de 30 anos o país vivencia um conflito que assume contornos étnicos, opondo tâmeis e cingaleses, representados respectivamente pelo grupo rebelde Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) e pelo governo do Sri Lanka. A reivindicação do grupo gira em torno da independência, ou ao menos autonomia, da chamada Pátria Tâmil, território que corresponde à porção norte e leste do país. Ela abrange 8 distritos e é onde

vive grande parte da população tâmil. Atualmente, os Tigres de Libertação controlam a parte norte da região que compreende a península de Jaffna, considerada a capital da Pátria Tâmil. Nessas regiões, o grupo insurgente exerce um governo *de facto*, focando questões de segurança interna e externa e enfatizando, também, aspectos sociais e de desenvolvimento econômico (STOKKE, 2006). Com exceção de algumas reservas de pedra calcária na península, a área não possui muitos recursos naturais. Uma das maiores particularidades da região está na relevância do porto de Trincomalee, um porto natural que possui uma posição estratégica, já que permite o acesso à Baía de Bengala. O mapa abaixo aponta a localização da Pátria Tâmil.



Figura 3: A Pátria Tâmil (Tamil Eelam)

Fonte: <http://www.tamilcanadian.com>

O Sri Lanka possui uma população de, aproximadamente, 20 milhões de habitantes⁸. Durante o século XIX a população da ilha era pequena e concentrada no sudeste e norte. O crescimento populacional, no início do século XX, ocorreu em função de ondas de imigrantes oriundos do sul da Índia. Milhares de tâmeis foram trazidos pelos britânicos para trabalharem nas plantações⁹. Eles foram responsáveis por cerca de 40% a 70% do crescimento populacional desse período. Atualmente, a taxa de crescimento anual corresponde a 0,78% e a população se concentra nas “zonas molhadas”, regiões que recebem grande quantidade de chuva durante o ano, e nos centros urbanos na costa da Península de Jaffna¹⁰.

A população do Sri Lanka pode ser dividida em grupos étnicos marcados, essencialmente, por distinções lingüísticas e religiosas. O maior grupo étnico é composto pelos cingaleses, que representam 73,8% da população. Os tâmeis são o segundo maior grupo e podem ser divididos entre tâmeis oriundos da Índia ou do próprio Sri Lanka. Juntos eles perfazem um total de 8,5% da população, embora antes da intensificação do conflito representassem 18% dela. Os muçulmanos são cerca de 7% da população e são provenientes da Índia, da Malásia ou da própria ilha¹¹. Resta, ainda, mencionar o grupo étnico constituído por europeus ou descendentes, chamados de *burghers*. Eles geralmente professam o cristianismo e vivem em áreas urbanas, correspondendo a menos de 1% da população¹².

A língua é um dos elementos cruciais de identificação dos grupos étnicos. O cingalês é o idioma oficial do país e é falado por 74% da população, sobretudo, cingaleses. O tâmil é falado por 18% da população do Sri Lanka, incluindo os muçulmanos que falam um tipo de tâmil árabe. O idioma também é falado por algo em torno de 40 milhões de pessoas em Tamil Nadu (província do sul da Índia), além de outros estados indianos

⁸ Disponível em <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>> Acesso em: 13 fev. 2008.

⁹ Um estudo aprofundado sobre a migração de tâmeis indianos no período colonial é feito em Guilimoto (1993).

¹⁰ Disponível em <<http://www.statistics.gov.lk/census2001/index.html>> Acesso em: 14 fev. 2008.

¹¹ A posição dos muçulmanos não será aqui discutida para não afastar o objetivo do trabalho, já que é em si mesma uma questão bastante complexa. Por serem os muçulmanos também uma minoria no país e por falarem um tipo de tâmil árabe, os partidos tâmeis no Sri Lanka acreditavam representar também os interesses da população muçulmana. Entretanto, a partir da década de 1980, a comunidade muçulmana passou a se opor a essa visão quando a luta tâmil assumiu o caráter de uma guerra civil contra o governo cingalês. Fato é que, mesmo que esse grupo não reconheça as organizações políticas tâmeis, não se tem notícia de uma liderança política muçulmana unificada (UYANGODA, 2005).

¹² Disponível em <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>> Acesso em: 14 fev. 2008.

vizinhos e entre emigrantes tâmeis espalhados ao redor do mundo. Como será visto adiante, o reconhecimento do idioma tâmil já representou um importante papel na história do conflito (DEVOTA, 2005).

A religião é, também, um elemento importante de identificação entre os grupos étnicos do país. De acordo com o censo de 2001¹³, 69,1% da população é budista e 7,1% hinduísta, havendo ainda muçulmanos, cristãos e outros. Em 1988, 93% dos cingaleses eram budistas e 99.5% dos budistas falavam o idioma cingalês (FEDERAL RESEARCH DIVISION, 1989). Os rituais, literatura e folclore cingaleses estão baseados na singularidade do budismo no Sri Lanka e na relação entre a cultura, a política e a religião. O budismo cingalês é caracterizado por uma fusão de vários elementos religiosos em um único sistema cultural. A religião possui um papel importante na vida política do país já que o Sri Lanka é definido como um defensor oficial do budismo.

Assim como o budismo representa um elemento de identificação entre os cingaleses, o hinduísmo vincula o povo tâmil. Cerca de 80% dos tâmeis do Sri Lanka e 90% dos tâmeis indianos são hindus. O hinduísmo reúne crenças e práticas de diversas religiões. No Sri Lanka, especialmente, ele está relacionado ao sistema cultural do estado indiano de Tamil Nadu. A principal fonte da religião é o Vedas, uma compilação de hinos oriundos do norte da Índia. Eles são datados de 1.500 a.C. e caracterizam a mais antiga literatura sul-asiática (FEDERAL RESEARCH DIVISION, 1989).

Tâmeis e cingaleses, como demonstrado, compõem grupos étnicos distintos, sendo diferenciados por meio da língua, da religião, da cultura e das tradições. Salvo algumas exceções, os cingaleses falam o idioma cingalês e são budistas. Os tâmeis falam tâmil e crêem nos deuses hindus. Os grupos étnicos, geralmente, estão concentrados em determinadas regiões do país: tâmeis indianos e tâmeis do Sri Lanka na península de Jaffna e em distritos do norte e leste e cingaleses especialmente nos distritos do sul. A capital, Colombo, é composta por uma maioria cingalesa, embora também compreenda parcelas substanciais da população tâmil, muçulmana e *burgher* (STOKKE; RYNTVEIT, 2000; DEVOTA, 2005).

As comunidades étnicas, na maior parte das vezes, vivem em vilas distintas e, nas cidades, habitam bairros diferentes. O fato de a educação no país ser ministrada no idioma

¹³ Disponível em <<http://www.statistics.gov.lk/population/index.htm>> Acesso em: 14 fev. 2008.

tâmil ou cingalês faz com que haja uma segregação entre os grupos desde a infância. A segregação étnica é reforçada pelo temor de que a posição dominante de determinado grupo venha a ameaçar o sistema cultural, lingüístico e religioso dos demais. Os cingaleses são maioria no país, mas temem o apoio da população de Tamil Nadu que, somada à população tâmil no Sri Lanka, equivale a algo em torno de quatro vezes o número de cingaleses. Há, ainda, o fato de que os cingaleses são o único grupo no mundo a falar o idioma e a professar a variação do budismo em que eles crêem. Ao mesmo tempo, a etnia tâmil, minoria na ilha, não tem certeza do apoio indiano e já experimentou várias restrições na vida social em razão do governo cingalês (FEDERAL RESEARCH DIVISION, 1989).

No que tange ao aspecto econômico, o Sri Lanka baseia suas atividades nos setores alimentícios e têxteis, se valendo também dos recursos advindos do turismo. O PIB do país equivale a U\$ 87,15 bilhões, dos quais cerca de U\$ 1 bilhão é proveniente de remessas financeiras enviadas pela população que vive em outros países¹⁴. Em sua trajetória econômica, o Sri Lanka abandonou, em 1977, as políticas econômicas estatais e se voltou para um comércio orientado para as exportações. A liberalização beneficiou a produção no sul, mas depreciou o preço dos produtos do norte, piorando as condições de vida da maioria da população tâmil. As conseqüentes restrições no bem-estar social da população tâmil são também consideradas um fator que contribuiu para o agravamento do conflito (KORF, 2005). A partir do início da década de 1980, apesar da guerra no país, a economia do Sri Lanka apresentou crescimento¹⁵. Isso se deve, de maneira geral, à reforma econômica, à expansão da indústria bélica e conseqüente aumento das oportunidades de emprego, além de que a militarização da ilha proporcionou um autoritarismo governamental capaz de conter todo tipo de revolta contra as reformas econômicas (VENUGOPAL, 2003).

Uma vez apresentadas as características gerais sobre a geografia, a população e a economia do Sri Lanka, torna-se possível passar às considerações históricas sobre o conflito tâmil. A trajetória política do país será, então, contemplada através da divisão entre três períodos históricos distintos: a fase anterior a 1948, o período no qual surgem as divergências entre tâmeis e cingaleses (1948 a 1982) e, por fim, os anos marcados pelos

¹⁴ Disponível em <<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>> Acesso em: 13 fev. 2008.

¹⁵ Para uma análise do impacto da guerra civil na economia cingalesa, ver KELEGAMA, Saman. **Managing the Sri Lankan economy at a time of terrorism and war**. Paper apresentado na International Conference on Terrorism in South Ásia: impact on development and democratic process. Nepal, 2002.

confrontos e hostilidades entre o governo cingalês e o grupo rebelde, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil. Na seqüência, será focado o processo de dispersão e formação de uma diáspora tâmil.

2.2 Antecedentes do conflito

Quando os portugueses chegaram à ilha do Sri Lanka (por volta de 1505), encontraram três reinos estabelecidos: um reino tâmil em Jaffna e dois cingaleses em Kotte e Kandy. O rei de Kotte deu permissão para que os portugueses construíssem, em Colombo, um posto para fins comerciais. Em pouco tempo os portugueses perceberam a importância da ilha (então chamada de Ceilão) para o comércio com as Índias. Devido a turbulências políticas internas, o reino de Kotte foi dominado e em 1619, o reino de Jaffna foi anexado aos domínios europeus. Nesse momento, apenas o reino de Kandy, o símbolo remanescente do poder budista cingalês, ainda não estava sob controle estrangeiro. Portugal passou, então, os próximos cinquenta anos tentando, em vão, dominar toda a ilha (WILSON; CHANDRAKANTHAN, 199-).

No início do século XVII os holandeses chegaram ao Ceilão e iniciaram negociações com o rei de Kandy. Um acordo foi firmado para que os holandeses ajudassem o reino na luta contra as ofensivas portuguesas, em troca da garantia de monopólio dos principais produtos comerciais da ilha, especialmente a canela. Em 1639, os holandeses retomaram os portos de Trincomalee e Baticaloa e os devolveram aos cingaleses. Contudo, quando eles retomaram os portos de Galle e Negombo, em 1640, os holandeses se recusaram a entregá-los ao rei. Após uma série de confrontos, Portugal entregou Colombo e Jaffna, em 1658. Percebendo que havia trocado um inimigo por outro, o Rei de Kandy incitou uma rebelião contra o domínio alemão, em 1664. Fato é que essa rebelião apenas gerou mais instabilidade e os alemães conseguiram ampliar seus domínios, monopolizando totalmente o comércio. Posteriormente, em 1796, os britânicos tomaram o porto de Trincomalee, após os holandeses terem negado o acesso de navios britânicos ao porto.

Apesar da promessa de que o Ceilão seria devolvido à Holanda, em 1797, Londres decidiu tornar a ilha uma possessão britânica (FEDERAL RESEARCH DIVISION, 1989).

Em 1815, o reino de Kandy foi palco de uma guerra interna. Após a interferência dos britânicos, foi firmado um tratado que decretou que as províncias do reino seriam trazidas sob controle britânico, contanto que elas continuassem a ser governadas de acordo com as leis e instituições budistas. Com a consolidação da soberania britânica sob Kandy, toda a ilha passou a estar debaixo de um único governo, algo que não acontecia desde o século XII. Em 1829, foi enviada uma comissão britânica para avaliar a administração do país. A Comissão *Colebrooke-Cameron* trabalhou buscando pôr fim à divisão administrativa em torno de diferenças étnicas e culturais. Ela propôs que o país fosse administrado através de sistemas uniformes e que contasse com a participação de tâmeis e cingaleses no governo. Apesar dessas recomendações, os britânicos continuaram a ocupar os altos postos da administração colonial.

Já no século XX, no período da I Guerra Mundial, a propaganda aliada acerca da liberdade e autodeterminação dos povos começou a despertar, no Ceilão, sentimentos nacionalistas. Os nacionalistas perceberam que deveriam deixar de lado as disputas partidárias e formaram, em 1919, o Congresso Nacional do Ceilão (CNC), que reuniu as maiores organizações políticas tâmeis e cingalesas. Apesar de o CNC ter conseguido a presença de membros não oficiais no Conselho Legislativo, em 1921, o fundador do Congresso, um tâmil, o abandonou alegando que o Congresso Nacional estava apenas representando interesses cingaleses. Um passo maior em busca da independência foi dado quando, em 1931, uma comissão real promulgou a Constituição *Donoughmore*, que visava permitir ao Ceilão um governo próprio, embora o nível mais alto de responsabilidade do governo continuasse sob controle britânico. A partir daí, foram surgindo partidos políticos organizados como o Grande Conselho Cingalês, fundado em 1937 visando restaurar o governo budista; a Associação Política *Burgher*; o Congresso Indiano do Ceilão; o Congresso Tâmil do Ceilão, além de outros partidos de direita. (WILSON; CHANDRAKANTHAN, 199-)

Quando Singapura foi tomada pelos japoneses, durante a II Guerra Mundial, a ilha do Sri Lanka se tornou uma base de operações fundamental para os britânicos. Apesar de o país ter sido colocado debaixo de uma jurisdição militar durante a guerra, ele se beneficiou

com o conflito, pois atendeu as demandas aliadas por produtos essenciais, por exemplo, a borracha. Diversas negociações ocorreram durante esse período, entre os britânicos e os partidos políticos nacionais, culminando no Ato de Independência do Ceilão em 1947, formalizando assim a transferência de poder. Nesse mesmo ano foi fundado o Partido Nacional Unido (UNP, em inglês) que incluía o Congresso Nacional do Ceilão e outros partidos. O UNP venceu as eleições de 1947 e em 4 de fevereiro de 1948 uma nova constituição entrou em vigor, fazendo do Ceilão um Estado independente (FEDERAL RESEARCH DIVISION, 1989).

2.3 O surgimento do nacionalismo étnico (1948-1982)

Um dos primeiros problemas étnicos entre tâmeis e cingaleses, após a independência, surgiu com o Ato de Cidadania de 1948, através do qual mais de um milhão de tâmeis indianos, em geral trabalhadores rurais, deixariam de ter direito à cidadania do país. No ano seguinte, o Congresso Tâmil do Ceilão se dividiu e uma facção formou o Partido Federal (Tâmil) que pregava uma postura mais agressiva diante dos cingaleses e a autonomia das regiões tâmeis no norte e leste. Divisões aconteceram, também, em meio ao UNP e em 1951 S.W.R.D. Bandaranaike fundou o Partido Liberdade do Sri Lanka (SLFP, em inglês), o primeiro partido não marxista de oposição ao UNP (STOKKE; RYNTVEIT, 2000).

Os problemas econômicos se agravaram nos anos seguintes e ocorreram movimentos de desobediência civil, às vezes agressivos, devido ao fim do subsídio para plantação de arroz (ABEYRATNE, 2004). A perda do apoio da população fez com que o Partido Nacional Unido (UNP) perdesse as eleições de 1956, fazendo com que Bandaranaike saísse vencedor após uma campanha que prometia defender a cultura cingalesa. O Partido Liberdade do Sri Lanka (SLFP) divulgou acusações de conspiração entre o UNP e a Igreja Católica Romana, afirmando que o budismo no país se encontrava ameaçado. No aspecto econômico, o governo de Bandaranaike prometeu nacionalizar plantações, bancos e companhias de seguro, pregando que o controle do comércio e das

indústrias deveria estar em mãos cingalesas. O dia das eleições coincidiu com o 2.500º aniversário da morte de Buddha, o que fortaleceu a campanha de Banadaranaike em favor do budismo e das tradições cingalesas, contribuindo para a vitória do candidato.

Um aspecto fundamental do governo eleito em 1956 foi o Ato da Língua Oficial, conhecido como *Sinhala Only*, que decretou o cingalês como único idioma oficial do país. A população tâmil se envolveu em protestos não violentos que resultaram em um acordo entre Bandaranaike e o líder do Partido Federal (Tâmil). O acordo previa autonomia para as províncias do norte e leste, bem como a utilização do idioma tâmil nas questões administrativas. O pacto previa, ainda, que logo seriam tomadas medidas em relação à cidadania dos tâmeis indianos, entretanto, o acordo não foi efetivado, pois o clero budista protestou e o denunciou como uma traição ao povo budista-cingalês (SENEVIRATNE, 2005).

Em maio de 1958 o rumor de que um cingalês havia sido assassinado por um tâmil desencadeou revoltas de âmbito nacional e centenas de pessoas (a maioria tâmeis) morreram. O governo declarou estado de emergência e forçosamente deslocou mais de 25 mil refugiados tâmeis das áreas cingalesas. A situação se agravou em 1959 quando o Primeiro Ministro Bandaranaike foi assassinado por um extremista budista. Quem assumiu o posto foi o então Ministro da Educação que dissolveu o parlamento meses depois. O Partido Nacional Unido (UNP) venceu as eleições em 1960, assumindo o poder Dudley Senanayake. O governo dele durou apenas alguns meses, já que o UNP foi acusado de ser um partido contrário aos interesses nacionalistas cingaleses (FERNANDO, 2005).

Em julho de 1960, Sirimavo Bandaranaike, a viúva do Primeiro Ministro assassinado, lançada pelo Partido Liberdade do Sri Lanka (SLFP), foi eleita. Um de seus primeiros atos oficiais foi enfatizar o cingalês como único idioma do governo. As reações tâmeis foram manifestas em forma de desobediência civil e a resposta governamental veio por meio da declaração do estado de emergência e da proibição das atividades políticas tâmeis. A Primeira Ministra nacionalizou setores significativos da economia e firmou acordos de importação de petróleo com a URSS, Romênia, Egito e outros países, até então, não envolvidos comercialmente com o país (ABEYRATNE, 2004). Para concorrer às eleições de 1965, o Partido Nacional Unido (UNP) se aliou ao Partido Federal e ao Congresso dos Trabalhadores do Ceilão (representando tâmeis indianos) e lançou uma

campanha baseada na “força da democracia” para combater o totalitarismo. Liderado por Senanayake, o UNP venceu e buscou atender tanto a tâmeis quanto a cingaleses. O governo valorizou a cultura cingalesa trocando um feriado cristão por um budista, ao passo que, também, regulamentou o tâmil como idioma paralelo nas regiões norte e leste. Os cingaleses reagiram com violência civil enquanto, mais uma vez, o governo declarava estado de emergência (DEVOTA, 2005).

Para as eleições de 1970, Sirimavo Bandaranaike formou uma coalizão (Frente Unida – UF) para combater o UNP. O programa de governo prometia mudanças estruturais que incluíam reforma agrária, aumento dos subsídios para o cultivo do arroz e nacionalização dos bancos locais e estrangeiros. A Frente Unida acusou o UNP de se aliar aos partidos tâmeis e prometeu adotar uma nova constituição que fizesse do país uma república, além de devolver ao budismo o seu papel na política. A Frente Unida (UF, em inglês), dessa forma, venceu as eleições, mas dentro de poucos meses, perdeu o controle sobre os grupos de direita no país (ABEYRATNE, 2004).

Como consequência, em março de 1971 a Frente de Libertação do Povo (JVP)¹⁶, um grupo composto por jovens cingaleses e fundado em 1967, lançou uma ofensiva para tomar o poder. Confrontos ocorreram em distritos do sul, centro-sul e centro-norte, mas o governo reprimiu o movimento e aprisionou a liderança e algo em torno de 16 mil suspeitos de insurgência. A estimativa foi de que houve, aproximadamente, 1.200 mortos. Nesse mesmo ano, o Ministro da Educação introduziu cotas para admissão nas universidades que reduziram os lugares que poderiam ser ocupados pelos estudantes tâmeis (FERNANDO, 2005).

A nova constituição foi promulgada em maio de 1972 e, nesse momento, o Ceilão se tornou uma república e foi renomeado como Sri Lanka. A Constituição Republicana favorecia a população cingalesa, efetivava o budismo como a religião do país e não continha elementos de federalismo. Dois novos grupos surgiram como expressão da insatisfação da comunidade tâmil. O primeiro, a Frente Tâmil Unida, reunia grupos de interesses e partidos legais e visava a autonomia das regiões tâmeis. O segundo grupo, chamado de Novos Tigres Tâmeis (TNT, em inglês) foi formado na península de Jaffna por

¹⁶ O movimento é conhecido pela sigla em cingalês JVP (*Janatha Vimukthi Peramuna*).

um jovem de 17 anos, Velupillai Prabhakaram, e parecia ter abandonado as vias de negociação política (GUNARATNA, 1997).

Após a morte de Senanayake em 1973, Junius Richard Jayewardene assumiu a liderança do UNP e começou a reestruturar o partido para torná-lo mais atrativo, especialmente, para os jovens. Ele se tornou o Primeiro Ministro do Sri Lanka em 1977. A Frente Unida de Libertação Tâmil (TULF, em inglês), antiga Frente Tâmil Unida, ficou fragilizada com a morte de seu líder e acabou se dividindo em seis ou mais grupos hostis diferenciados por castas, ideologias e divergências pessoais. Esses grupos ganharam a adesão de muitos jovens¹⁷ que ficaram conhecidos como tigres do Tâmil. O mais forte desses grupos eram os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE, em inglês), anteriormente conhecidos como Novos Tigres Tâmeis, que ganharam uma dimensão nacional através do assassinato do prefeito de Jaffna, responsável por autorizar que a polícia abrisse fogo contra uma manifestação por direitos tâmeis. Pouco depois, um rumor de que um policial cingalês teria morrido assassinado por terroristas tâmeis desencadeou revoltas que totalizaram 300 mortos, de acordo com a Organização de Reabilitação Tâmil¹⁸ (DEVOTA, 2005).

O governo de J. R. Jayewardene foi marcado pela promulgação da Constituição de 1978. A nova constituição substituiu o sistema governamental parlamentarista por um sistema presidencial com forte poder executivo. O presidente assumiria com um mandato de 6 anos e, com a aprovação do parlamento, escolheria o Primeiro Ministro. Jayewardene se tornou o primeiro presidente do Sri Lanka. Em outubro de 1980 ele retirou os privilégios de Sirimavo Bandaranaike de se engajar na política sob acusações de abuso de poder durante o seu governo. A nova constituição fazia concessões à população tâmil, por exemplo, retirando os difíceis critérios de admissão nas universidades e elevando o tâmil ao *status* de idioma nacional (GANGULY, 1996).

O presidente lançou a idéia de fazer uma conferência com todos os partidos para resolver os problemas étnicos da ilha. Enquanto a Frente Unida de Libertação Tâmil (TULF) e o Partido Nacional Unido (UNP) apoiaram a iniciativa, os Tigres deram continuidade aos ataques, provocando uma reação anti-tâmil entre os cingaleses. Um dos

¹⁷ A participação da juventude tâmil e cingalesa no conflito é discutida em Fernando, 2005.

¹⁸ Disponível em <<http://www.troonline.org/>> Acesso em: 20 fev. 2008.

diretores do grupo, Uma Maheswaram, foi expulso do LTTE devido a divergências ideológicas e fundou a Organização Popular de Libertação da Pátria Tâmil (PLOTE, em inglês). O governo promulgou o Ato de Prevenção ao Terrorismo, tendo em vista ataques a alvos como postos policiais e bancos, e a Península de Jaffna foi colocada sob lei marcial. O governo cingalês alegou que os terroristas vinham operando por meio de campos de treinamento no estado indiano de Tamil Nadu, enquanto o governo da Índia negava a hipótese (VENUGOPAL, 2003).

Em 1981 aconteceram eleições locais no norte para eleger membros para os conselhos distritais. Pouco antes das votações, o candidato do UNP foi assassinado. Mais revoltas tâmeis foram desencadeadas e as forças militares as reprimiam duramente. A Biblioteca Pública de Jaffna foi incendiada, supostamente, sob a direção de dois ministros do governo. A TULF decidiu boicotar as eleições presidenciais de 1982, a primeira na história do Sri Lanka, quando J. R. Jayewardene foi reeleito (FEDERAL RESEARCH DIVISION, 1989).

2.4 A guerra civil e seus desdobramentos (1983-2008)

O ano de 1983 foi marcado pelos maiores confrontos entre tâmeis e cingaleses e, conseqüentemente, pela emigração de milhares de tâmeis. Nesse ano, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) organizaram uma emboscada contra um comboio militar que causou a morte de 13 soldados. O ataque desencadeou uma onda de violência que matou cerca de 3 mil tâmeis e gerou o deslocamento de mais de 150 mil, que se refugiaram na Índia e em países do Ocidente. Os anos seguintes foram caracterizados pelo aumento da violência e por ataques dos militantes a alvos civis¹⁹. Entre os principais ataques estão: um ataque armado a civis na cidade cingalesa de Anuradhapura, matando 146 pessoas em 1985; a explosão de uma bomba em um jato da Air Lanka em maio de 1986, deixando 20 mortos e a explosão de uma estação de ônibus em Colombo em 1987 que resultou na morte de 110 civis (VOORDE, 2005).

¹⁹ Para uma análise aprofundada do processo de escalada do conflito após 1983, ver Sislin e Pearson (2006).

Como afirma Sumantra Bose (2002), no período anterior a 1983, a insurgência tâmil operava por meio de ataques esporádicos contra bases policiais, escritórios do governo e campos militares. Tais ataques eram perpetrados por pequenos grupos de guerrilheiros embora, ocasionalmente, apresentassem grande potencial destrutivo. Fato é que por volta de 1986, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) já contavam com milhares de combatentes bem equipados e altamente treinados, além de controlarem efetivamente várias províncias do norte e leste da ilha.

Em 1985 foram iniciadas conversações de paz mediadas pela Índia no Butão, onde foram estabelecidos os Princípios de Thimpu. Esses princípios davam as bases para que o conflito fosse resolvido e eles estavam baseados no reconhecimento da identidade tâmil como uma nacionalidade distinta, na garantia da integridade territorial das regiões tâmeis, no direito de autodeterminação do povo tâmil e no direito dos tâmeis indianos à cidadania. Enquanto as negociações de paz aconteciam, o LTTE tomou o controle da península de Jaffna e de outras áreas do norte. Em 1986, o presidente do Sri Lanka prometeu à Índia e à Frente Unida de Libertação Tâmil (TULF) que concederia uma autonomia substancial aos distritos do Eelam²⁰.

No início de 1987 o governo lançou uma campanha militar para retomar o controle das províncias do norte. Devido a pressões da população de Tamil Nadu, o governo indiano enviou barcos carregados com suprimentos em auxílio à população civil de Jaffna. Quando as embarcações indianas foram impedidas pela marinha cingalesa, a Índia enviou alimentos pelo espaço aéreo e, devido a exigências de políticos tâmeis no país, iniciou negociações com o governo do Sri Lanka. O governo indiano acusou o Sri Lanka de cometer atrocidades contra a população de Jaffna e de impedir a ajuda humanitária indiana. Em contrapartida, os cingaleses acusaram a Índia de encorajar o separatismo tâmil, possibilitando que os grupos guerrilheiros usassem o território de Tamil Nadu para treinamento. A discórdia chegou ao fim com um acordo de paz entre os dois países (Indo-Sri Lanka Peace Agreement), que estabelecia a intervenção de uma Força de Manutenção de Paz Indiana (IPKF, em inglês). Em julho de 1987, tropas indianas chegaram à ilha (VENUGOPAL, 2003).

O acordo entre a Índia e o governo cingalês primava por fortalecer a unidade, soberania e integridade territorial do Sri Lanka, preservando ao mesmo tempo a

²⁰ “Eelam” é o termo usado no idioma tâmil para caracterizar a região reivindicada pelos separatistas, ou seja, a Pátria Tâmil. Aqueles que vivem na região são chamados de “eelavar” (TEKWANI, 2006).

característica plural da sociedade. O objetivo era tornar possível a coexistência harmônica entre os diversos grupos étnicos, lingüísticos e religiosos do país, garantindo que todos os cidadãos pudessem viver de forma igualitária, segura e próspera. Em termos práticos, o acordo colocava as províncias do norte e leste como uma única unidade administrativa, que exerceria sua autonomia por meio do Conselho Provincial do Norte e Leste, que deveria ser eleito dentro de três meses. Tal conselho seria liderado por um ministro, cujas atividades deveriam ser supervisionadas por um governador que, por sua vez, seria escolhido pelo presidente do Sri Lanka. O ministro do Conselho teria autoridade para deliberar acerca de questões menos relevantes, ao passo que as decisões mais significativas estariam sujeitas à aprovação do governador. Em última instância, o governo central do país ainda teria o controle das questões políticas relativas às províncias do norte e leste da ilha (BOSE, 2002).

Para garantir a implementação do acordo, todos os guerrilheiros tâmeis deveriam entregar as armas dentro de um prazo de 72 horas. Em contra-partida, o presidente cingalês garantia uma anistia geral a todos os combatentes tâmeis e prisioneiros políticos encarcerados nas prisões do país. Velupillai Prabhakaram, líder dos Tigres de Libertação, se demonstrava contrário aos termos do acordo e afirmou, em julho de 1987, que abrir mão das armas significava deixar o povo tâmil sem defesa, à mercê da violência do Estado. Nesse mesmo mês, as tropas indianas de manutenção da paz desembarcaram no Sri Lanka para garantir a implementação do acordo. Em outubro daquele ano, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE), que erroneamente não foram incluídos nas negociações, mais uma vez, rejeitaram o tratado estabelecido entre a Índia e o governo cingalês (BOSE, 2002).

Meses depois, o presidente Jayewardene acusou a Força de Paz Indiana (IPKF) de não impedir os ataques tâmeis e declarou que ordenaria a retirada das tropas indianas caso elas não garantissem a segurança dos cidadãos. A IPKF iniciou, então, uma ofensiva contra os tigres nas regiões norte e leste do país, empreendendo esforços para conter a guerrilha tâmil, o que acabou afastando as possibilidades de implementação do acordo de paz (BYMAN *et al.*, 2001). O fato das atenções estarem voltadas para o norte deu oportunidade para que os cingaleses extremistas da Frente de Libertação do Povo (JVP) ganhassem força no sul. Vários ataques foram cometidos, entre eles a explosão de uma granada perto da mesa onde estavam o presidente e o Primeiro Ministro Premedassa, em um encontro do governo.

A eleição de 1988 foi ganha por Ranasinghe Premadasa do Partido Nacional Unido (UNP), em detrimento de Sirimavo Bandaranaike, do Partido Liberdade do Sri Lanka (SLFP). O novo governo reprimiu fortemente as revoltas cingalesas, capturando e assassinando o líder da Frente de Libertação do Povo (JVP). Nesse ano, a Índia fez uma última tentativa de implementar o acordo estabelecido com o governo cingalês, promovendo eleições para constituir o Conselho Provincial. Fato é que tal tentativa não foi bem sucedida, favorecendo que o novo governo do país pedisse a retirada da força indiana de paz. Dessa forma, em 1989, ocorreram as primeiras negociações de paz diretas, tendo em vista que os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) se prontificaram a negociar com o governo de Premadasa. No dia 1 de junho desse ano, as tropas indianas se retiraram definitivamente do Sri Lanka. Apesar das tentativas de paz, em 1990 novas hostilidades ocorreram entre o LTTE e o governo cingalês²¹. O ano de 1991 foi marcado pelo assassinato do Primeiro Ministro indiano, Rajiv Gandhi, morto em Tamil Nadu, por um homem-bomba do LTTE. O Primeiro Ministro possuía uma postura firme em relação ao grupo insurgente e, possivelmente, voltaria a interferir no conflito (GUNARATNA, 1997).

Em 1993, o presidente Premadasa foi assassinado em um ataque suicida. Wijetunge assumiu a presidência e o LTTE anunciou disposição para conversar com o governo caso houvesse a garantia de federalização do país. O então presidente rejeitou a proposta e, no ano seguinte, o LTTE declarou um cessar-fogo unilateral para receber o governo de Chandrika Kumaratunga. O governo eleito em 1994, sob a plataforma de colocar um fim na guerra, iniciou negociações de paz com o LTTE e, em 1995, foi assinado um acordo que colocava fim às hostilidades. Após o acordo, os Tigres de Libertação deram um ultimato ao governo para que as reivindicações tãmeis fossem atendidas. Tendo em vista que o governo ignorou as exigências, o LTTE colocou fim ao acordo (GANGULY, 1996).

Em julho de 1995 o governo cingalês lançou uma ofensiva contra os rebeldes em Jaffna. Uma igreja que servia de abrigo para refugiados, fora da zona de combate, foi repetidas vezes bombardeada pelas forças aéreas do Sri Lanka. Em outubro outra ofensiva governamental retomou o controle da cidade de Jaffna e de outras áreas, fazendo com que mais de 400 mil civis fugissem para as áreas controladas pelo LTTE. No ano seguinte o governo recuperou o controle de toda a península de Jaffna e os Tigres do Tâmil

²¹ Uma listagem completa dos atentados suicidas perpetrados pelos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) entre 1990 e outubro de 2000 pode ser encontrada em Pape (2003).

manifestaram o desejo de participar de negociações de paz mediadas por um país neutro. O governo cingalês, entretanto, rejeitou a proposta. As hostilidades e confrontos continuaram ocorrendo no território (STOKKE, 2006).

Em 1998, o LTTE recuperou o controle de algumas cidades do Eelam, voltando a ocupar quase toda a região da Pátria Tâmil. O ano foi marcado, também, pelo ataque a um local sagrado budista. Em 1999 a presidente Kumaratunga foi ferida em um atentado a bomba. Pouco depois ela foi reeleita presidente do Sri Lanka.

Em fevereiro de 2000, a Noruega se prontificou a mediar as negociações de paz entre tâmeis e cingaleses, enviando à ilha Erik Solheim, um conselheiro especial do Ministro das Relações Exteriores norueguês. Em abril, o LTTE recuperou uma importante base militar na entrada de Jaffna, bem como outros campos onde foram mortos milhares de soldados cingaleses e conseguidas muitas armas e munições. Apesar disso, em dezembro, os Tigres concordaram com o enviado norueguês e anunciaram um cessar-fogo unilateral, com duração de um mês, com vistas a demonstrar o comprometimento com as negociações. Contudo, o governo cingalês não concordou em tomar a mesma atitude, recusando retirar suas tropas da região norte antes que as conversações de paz se iniciassem (BOUFFARD; CARMEN, 2006).

No ano seguinte, foi divulgado pelo enviado da Noruega um relatório conhecido como *Memorandum of Understanding*, no qual constavam as regras básicas para um acordo de cessar-fogo entre as partes, que deveria ocorrer em 2002, após um ano de negociação sobre os termos do mesmo. O memorando esclarecia os passos necessários para o cessar-fogo e estabelecia um conjunto de medidas para construir a confiança entre o LTTE e o governo cingalês, buscando garantir o sucesso do acordo. De fato, progressos foram alcançados com a assinatura do documento e, ainda em 2001, a presidente Kumaratunga dissolveu o parlamento e a UNP venceu as eleições parlamentares de dezembro, criando um ambiente favorável às negociações de paz (BOUFFARD; CARMEN, 2006).

Com o objetivo de colocar fim ao conflito étnico no Sri Lanka, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) e o governo cingalês assinaram então, em fevereiro de 2002, o acordo de cessar-fogo, mediado pela Noruega. Foi estabelecida pelas partes, também, a Missão para o monitoramento do Sri Lanka (SLMM, em inglês), visando acompanhar o rumo tomado pelas negociações (WARD; HACKETT, 2003). O

desarmamento dos grupos guerrilheiros teve início e, após 12 anos, a estrada que liga a península de Jaffna ao resto da ilha foi reaberta, permitindo que deslocados voltassem a suas casas e que as atividades comerciais fossem retomadas. Em setembro, as conversações de paz tiveram início na Tailândia e, pela primeira vez, os dois lados trocaram prisioneiros de guerra. Em dezembro, o governo e os guerrilheiros concordaram que as províncias tâmeis teriam autonomia e tâmeis e cingaleses dividiriam o poder, como reivindicava o LTTE (LTTE, 2003).

No ano seguinte, foi organizada em Tóquio, com o apoio da Noruega, uma conferência internacional onde foram arrecadados U\$ 4,5 bilhões em doações para favorecer o processo de paz no Sri Lanka. A assistência internacional veio, sobretudo, dos governos norueguês, japonês, norte-americano e da União Européia, que distribuiriam os recursos no período entre 2003 e 2006. Apesar de os doadores afirmarem que a assistência financeira deveria estar diretamente relacionada ao progresso substancial do processo de paz, a estratégia não se mostrou bem-sucedida (UYANGODA, 2005).

Em meados de 2003 o LTTE se negou a continuar negociando diante da alegação de que a internacionalização do processo de paz havia alterado a balança de poder entre o governo cingalês e os rebeldes, afirmando que os recursos eram controlados pelo governo enquanto os tâmeis continuavam sendo marginalizados no país (UYANGODA, 2005). O grupo rebelde, em outubro desse ano, enviou ao governo cingalês uma proposta que visava a criação de uma Autoridade Interina de Autogoverno. A proposta foi rejeitada pela presidente Kumaratunga que, no mês seguinte, respondeu com a declaração de estado de emergência no país, posicionando tropas na capital e suspendendo o parlamento. As negociações de paz, dessa forma, ficaram estagnadas enquanto as piores inundações, já vivenciadas pelo país, deixaram 200 mortos e mais de 4 mil desabrigados (SILVA, 2005). A tabela abaixo esquematiza as diferentes fases de negociação pelas quais passou o conflito no Sri Lanka, apresentando também os atores externos envolvidos e os resultados alcançados.

Table 1
Conflict Management Techniques Used During the Sri Lanka Conflict

Date	Actors	Third party	Agreement	Offer	Outcome	Management strategy
1957	GoSL (Sri Lanka Freedom Party headed by Bandaranaike)	Federal Party	Bandaranaike-Chelvanayakam Pact	Autonomous regional councils and recognition of the Tamil language	Political pressure and extremists on both sides force parties to abandon negotiations	Attempt to negotiate a participatory system
1965	GoSL (United National Party headed by Senanayake)	Federal Party	Senanayake-Chelvanayakam Pact	Creation of district councils and the Tamil Language Act	1966 Tamil Language Bill and introduction of the District Council Draft Bill	Attempt to negotiate a participatory system
1972-1983	GoSL	TUF, TULF, TELO, EROS, LTTE	No negotiation	Mix of coercion and co-optation policies (i.e., Tamil language and terrorism Bills)	Escalation of violence and transformation of the relations from ethnic tensions to an ethnic conflict	Control and co-optation
1984	GoSL (United National Party under J.R. Jayawardene)	TULF	India 1984 All-Party Conference	Development of district development councils	Halted because of extremist pressure and violence	Third-party mediation

Downloaded from <http://sad.sagepub.com> at LONDON METROPOLITAN UNIV on March 11, 2015

(Table 1 contd.)

Date	Actors	Third party	Agreement	Offer	Outcome	Management strategy
1985	GoSL (United National Party under J.R. Jayawardene)	Eelam National Liberation Front as an umbrella organisation	India Thimpu Talks	Development of district development councils	Abandoned because of the impossibility to reconcile high demands and low offers	Third-party mediation
1987	GoSL (United National Party under Jayawardene)	TULF	India Indo-Sri Lankan Accord	Temporary merge of the Northern and Eastern Provinces liberation of prisoners, return of refugees	Intervention by the IPKF, increase of violence and impossibility to implement other clauses of the accord	Third-party intervention
1989	GoSL (United National Party under Premadasa)	LTTE	Premadasa-LTTE talks	Withdrawal of the IPKF, ceasefire, withdrawal of the Sixth Amendment	Abandoned because of GoSL inability to amend the constitution	Negotiation of a ceasefire
1995	GoSL (People Alliance under Kumaratunga)	LTTE	PA-LTTE Talks	End of hostilities and economic embargo	Abandoned because of a lack of trust	Negotiation of a ceasefire
2002	GoSL (People Alliance under Kumaratunga)	LTTE	Norway Memorandum of Understanding	Modalities of the ceasefire and series of confidence-building measures	Stalemate because of a lack of commitment and resurging violence	Third-party mediation

Tabela 1: Etapas do processo de paz do conflito no Sri Lanka

Fonte: BOUFARD; CARMEN, 2006.

Nas eleições gerais de 2004, Mahinda Rajapakse se tornou o Primeiro Ministro, substituindo Ranil Wickremesinghe, um dos principais arquitetos do processo de paz. Em julho, ocorreu o primeiro atentado desde o acordo de paz de 2002, quando a explosão de uma bomba atingiu o centro de Colombo. Em novembro de 2004, num discurso proferido no dia em que os combatentes mortos dos Tigres de Libertação são homenageados, o líder do LTTE, Velupillai Prabhakaran, ameaçou retomar a guerra, criando a expectativa de que o acordo de cessar fogo seria oficialmente rompido no início do ano seguinte. Entretanto, em dezembro de 2004 a ilha foi assolada por um tsunami e a situação social do país se agravou. Várias regiões e bases controladas pelo LTTE foram fortemente afetadas pelas ondas gigantes, que causaram também inúmeros danos à infra-estrutura e às capacidades navais do grupo insurgente²² (SMITH, 2007).

O ano de 2005 ficou marcado pelo retorno da violência e das hostilidades entre o governo cingalês e os Tigres. Durante as eleições desse ano ocorreram diversos ataques e assassinatos e o então Primeiro Ministro Rajapakse foi eleito presidente, embora muitos tâmeis não tenham participado das votações²³. Em agosto, o assassinato do Ministro das Relações Exteriores do Sri Lanka, supostamente cometido pelo LTTE, afastou ainda mais a possibilidade de retorno das negociações de paz. O ministro assassinado, Laxman Kadirgamar, havia sido responsável pela política externa cingalesa durante muitos anos, sendo atribuído aos esforços dele o reconhecimento internacional dos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil como uma organização terrorista. No final de 2005, Prabhakaran declarou que faria um último apelo ao governo cingalês para que as negociações fossem retomadas. Caso o governo do país não respondesse de forma favorável, as operações militares do grupo seriam intensificadas. O que se observou a partir de então foi a mobilização dos Tigres e a convocação da população tâmil para “a guerra final” (SMITH, 2007).

O ano de 2006, conseqüentemente, foi caracterizado por ataques e violência no território, em meio às tentativas de retomar o processo de paz (SENEWIRATNE, 2006). Apesar de conversações entre o governo e os rebeldes, mediadas pela Noruega, a ilha, ao longo do ano, foi palco de diversos atentados terroristas e respostas governamentais,

²² Para uma análise sobre o impacto do Tsunami sobre o conflito no Sri Lanka, ver LE BILLON, Philippe; WAIZENEGGER, Arno. **Peace in the wake of disaster? Secessionist conflicts and the 2004 Indian Ocean tsunami**. Journal Compilation. Royal Geographical Society, 2007.

²³ Banco de dados do Laboratório de Monitoramento dos Focos de Tensão (UNI-BH), acessado em 27 de fevereiro de 2008.

gerando mais de mil mortos e 200 mil deslocados apenas na primeira metade do ano. Como consequência da instabilidade, a rota A9, que interliga a península de Jaffna ao resto do país, foi novamente fechada e as permissões de entrada nas áreas controladas pelo LTTE foram todas negadas (SMITH, 2007).

Em 2007, o governo cingalês investiu numa campanha ofensiva para retomar as regiões do leste sob controle dos Tigres. Em março desse ano, o LTTE lançou seu primeiro ataque aéreo, atingindo uma base militar próxima ao aeroporto internacional. Meses depois o governo declarou ter retomado a última base rebelde no leste da ilha e a intensificação do conflito fez com que milhares de tâmeis fossem expulsos da capital pela polícia cingalesa. Em outubro desse ano, um ataque aéreo dos Tigres do Tâmil destruiu 8 aeronaves cingalesas e matou mais de 30 pessoas na base aérea de Anuradhapura. Em novembro, outro atentado perpetrado pelo LTTE, deixou 16 mortos em Colombo²⁴.

O ano de 2008 se caracteriza por uma forte onda de violência, já que em janeiro o governo oficialmente abandona o cessar-fogo de 2002. Ao longo do ano foram noticiados inúmeros atentados cometidos pelos rebeldes, bem como diversas ofensivas lançadas pelo governo cingalês, sendo que ao final dos dois primeiros meses, apenas, já podiam ser contabilizados mais de 1.800 mortos²⁵. O mapa abaixo mostra as áreas sob controle dos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) e as regiões do Eelam já retomadas pelo governo do Sri Lanka.

²⁴ Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/country_profiles/1166237.stm> Acesso em: 04 mar. 2008.

²⁵ Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,OI2642428-EI294,00.html>> Acesso em: 05 mar. 2008.

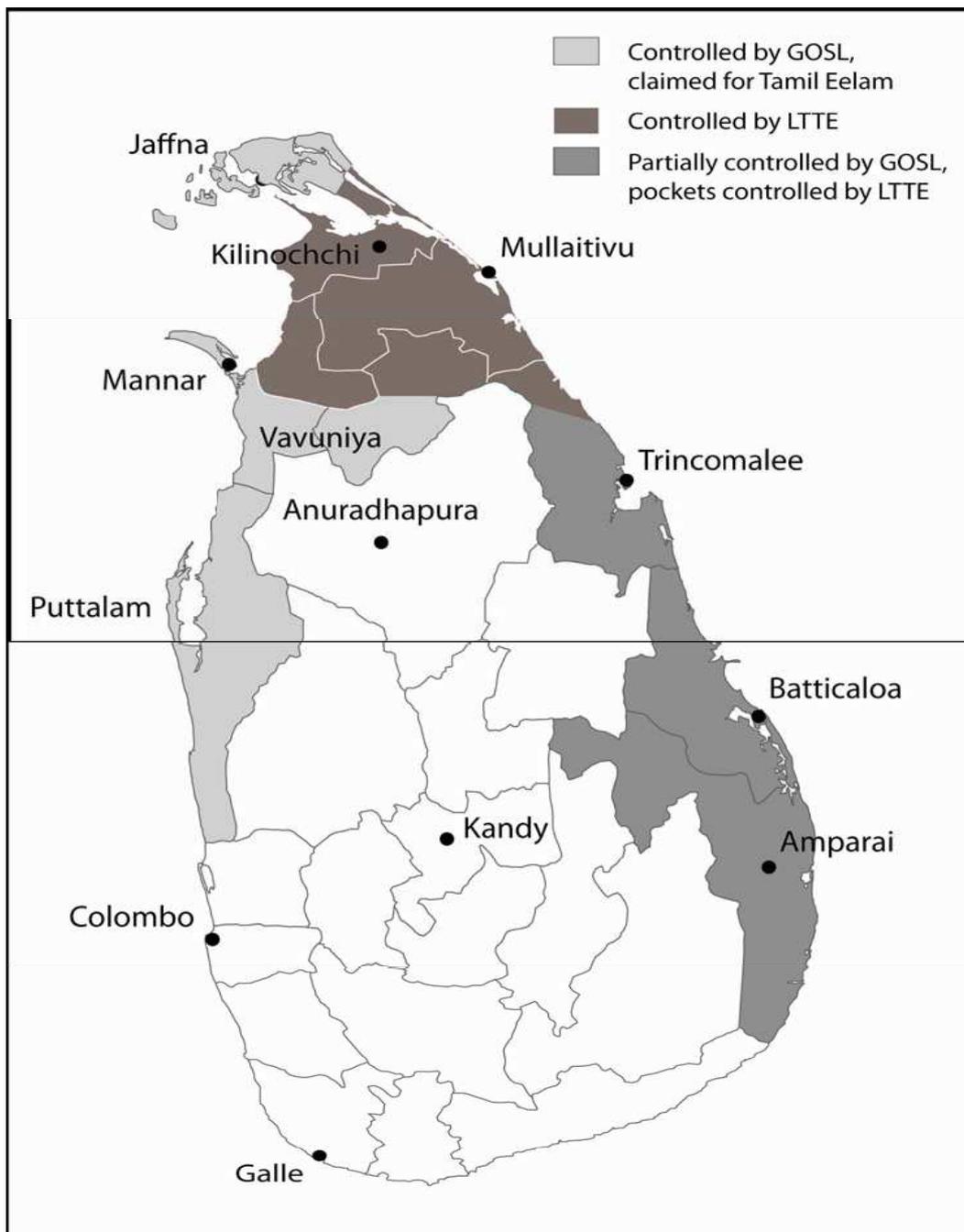


Figura 4: Áreas controladas pelo LTTE e pelo governo do Sri Lanka (GOSL) em 2006

Fonte: STOKKE, 2006.

2.5 A dispersão tâmil

Como fica claro a partir das considerações sobre o histórico do conflito, o processo de dispersão da população tâmil se deve às repetidas ondas de violência vivenciadas pelo país graças às rivalidades entre tâmeis e cingaleses. Os confrontos entre o governo cingalês e os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil foram responsáveis por gerar, ao longo dos anos, milhares de deslocados e pessoas que deixaram a ilha em razão da insegurança. A diáspora tâmil se origina, fundamentalmente, a partir da região norte e leste da ilha e é composta de cerca de 700 mil tâmeis que se fixaram em diversos países na América do Norte, Europa, Oriente Médio, Austrália e Ásia (SRISKANDARAJAH, 2004).

Devido aos diversos vínculos com o exterior, proporcionados pelo processo de colonização experimentado pelo país, a população do Sri Lanka apresenta uma longa tradição em emigrar, deixando a ilha por diversas razões. A elite social e econômica do país, por exemplo, possui uma forte tradição em deixar o território temporariamente, motivada por questões como educação e trabalho. Membros de outras classes sociais, nos anos mais recentes, deixaram a região também em busca de oportunidades de emprego, exercendo trabalhos domésticos e braçais em países do Oriente Médio e do Ocidente. Fato é que a diáspora tâmil, em particular, deve ser entendida dentro do contexto da crescente violência que tomou conta do Sri Lanka em decorrência do conflito entre o governo e o grupo rebelde (SRISKANDARAJAH, 2004).

Sobretudo após ser deflagrada a guerra civil, que assolou as regiões norte, leste e a capital Colombo, em 1983, a população minoritária passou a temer que sua segurança física não pudesse ser mais garantida no Sri Lanka. Como demonstrado anteriormente, a partir de então os confrontos entre as forças cingalesas e os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) se tornaram constantes, fazendo das regiões reivindicadas como a Pátria Tâmil uma verdadeira zona de guerra. Durante a década de 1990, uma guerra convencional entre o governo e os Tigres do Tâmil tomou conta do país, gerando destruição nas regiões norte e leste, causando um grande número de mortos e milhares de deslocados. As hostilidades iniciadas em 1983, além do impacto imediato à população nas regiões atingidas, fizeram

com que os tâmeis que já viviam fora do país ficassem relutantes em retornar, solicitando asilo nos lugares onde já se encontravam. Os fluxos migratórios de tâmeis de classe média também aumentaram e da década de 1980 em diante observam-se diversas ondas migratórias que culminam na dispersão do povo tâmil devido às hostilidades no país, fazendo com que, atualmente, um em cada quatro tâmeis viva fora do Sri Lanka (FUGLERUD, 2001).

Fato é que, desde antes da intensificação das hostilidades no território, centenas de tâmeis deixaram a ilha, principalmente em direção ao Reino Unido, em busca de educação e trabalho, já que políticas migratórias desde a época da independência desfavoreciam os tâmeis nesses aspectos. Após a década de 1980 e a escalada do conflito, milhares de refugiados emigraram, reunindo-se à população tâmil que já vivia fora do Sri Lanka. Um dos destinos mais procurados era a Inglaterra, até que este país restringiu sua política migratória, fazendo com que os tâmeis procurassem abrigo em outros países da Europa e da América do Norte, particularmente no Canadá (VAN HEAR, 2004).

Dessa forma, a diáspora tâmil foi sendo formada, em grande medida, por refugiados que solicitaram asilo em países diversos da Europa e América do Norte. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, entre os anos de 1980 e 1999, mais de 256 mil pessoas provenientes do Sri Lanka solicitaram asilo em países desenvolvidos, fazendo com que os tâmeis estivessem na lista dos dez grupos que mais se candidataram ao *status* de refugiado no período. Especialmente entre 1987 e 2001, os tâmeis compunham um dos três grupos que mais solicitaram asilo no Canadá e devido à alta taxa de concessão do *status* de refugiado nesse país, é nele que se encontra a maior comunidade tâmil vivendo fora do Sri Lanka, cerca de 300 mil (CHERAN, 2004).

Como demonstram as tabelas abaixo, entre 1991 e 2001 o Sri Lanka ocupava a quinta posição na lista de países de origem dos imigrantes que chegaram ao Canadá, contribuindo com 3,4% do total. Na categoria dos refugiados, entre 1998 e 2000, o país era a segunda maior fonte de imigrantes que chegavam ao Canadá solicitando o *status* de refugiado, perfazendo em média 10% do total. A maior parte da população proveniente do Sri Lanka se fixou em Toronto, tornando-se o quarto maior grupo de imigrantes a chegar à cidade no ano 2000.

Table 4
Immigration to Canada by top ten source countries, 1991–2001

Country	% of Immigrants	Rank
China, People's Republic ⁴	10.8%	1
India	8.5%	2
The Philippines	6.7%	3
Hong Kong	6.5%	4
Sri Lanka	3.4%	5
Pakistan	3.2%	6
Taiwan	2.9%	7
The United States	2.8%	8
Iran	2.6%	9
Poland	2.4%	10

⁴ Except Hong Kong.

SOURCE: *Globe and Mail*, 2003

Tabela 2: Principais países de origem dos imigrantes no Canadá
Fonte: HYNDMAN, 2003.

Table 5
Refugees to Canada by top ten source countries, 2000

Country	1998			1999			2000		
	#	%	Rank	#	%	Rank	#	%	Rank
Yugoslavia	559	2.45	14	629	2.58	13	3,831	12.75	1
Sri Lanka	2,132	9.34	2	2,611	10.70	2	3,234	10.76	2
Afghanistan	1,354	5.93	4	1,816	7.45	3	2,537	8.44	3
Iran	1,477	6.47	3	1,447	5.93	4	1,503	5.00	4
Pakistan	724	3.17	9	1,088	4.46	7	1,235	4.11	5
Somalia, D. Republic	1,195	5.23	6	1,380	5.66	5	1,209	4.02	6
India	853	3.74	8	697	2.86	10	1,107	3.68	7
Iraq	947	4.15	7	915	3.75	8	982	3.27	8
Republic of Zaire	609	2.67	11	696	2.85	11	947	3.15	9
Bosnia-Herzegovina	3,590	15.72	1	2,698	11.06	1	839	2.79	10

SOURCE: CIC (2001).

Tabela 3: Principais países de origem dos refugiados no Canadá
Fonte: HYNDMAN, 2003.

Table 6
Immigration to Toronto by top ten source countries, 2000

Country	1998			1999			2000		
	#	%	Rank	#	%	Rank	#	%	Rank
China, People's Republic	8,757	11.47	1	13,696	16.22	1	18,305	16.94	1
India	7,484	9.80	2	9,126	10.81	2	15,600	14.44	2
Pakistan	5,885	7.71	3	6,512	7.71	3	10,478	9.70	3
Sri Lanka	2,626	3.44	8	3,590	4.25	4	4,142	3.83	4
The Philippines	3,087	4.04	6	3,287	3.89	5	3,909	3.62	5
Korea, Republic of	1,699	2.22	10	2,998	3.55	7	3,457	3.20	6
Iran	3,715	4.86	4	3,133	3.71	6	2,983	2.76	7
United Arab Emirates	1,324	1.73	14	1,221	1.45	16	2,214	2.05	8
Russia	2,690	3.52	7	2,263	2.68	8	2,126	1.97	9
Jamaica	1,868	2.45	9	1,984	2.35	9	2,025	1.87	10

SOURCE: CIC (2001).

Tabela 4: Principais países de origem dos imigrantes em Toronto.
Fonte: HYNDMAN, 2003

Além da população tâmil no Canadá, estima-se que cerca de 100 mil tâmeis vivem no Reino Unido, 35 mil nos Estados Unidos, 30 mil na Austrália, 50 mil na Alemanha, cerca de 60 mil na França, 20 mil nos Países Baixos, 40 mil na Suíça, algo em torno de 8 mil na Noruega, 7 mil na Dinamarca, além de comunidades em outros países europeus, asiáticos e do Oriente Médio²⁶. Vale mencionar ainda que, de acordo com o Comitê para Refugiados dos EUA, no ano 2000 existiam cerca de 110 mil tâmeis vivendo na província sul indiana de Tamil Nadu, sendo que 60% dessa população se encontravam em campos de refugiados (MCDOWELL, 2004).

A comunidade tâmil no Canadá, em particular, vem se formando nos últimos 20 anos e se concentra fundamentalmente na região de Toronto. Entre 1991 e 2001, a população tâmil correspondeu, em média, a 6,4% de todos os imigrantes que residem nessa área. De acordo com o Departamento de Estatísticas do Canadá, a expectativa é que, em 2017, a população tâmil canadense perfaça um total que gire em torno de 450 a 550 mil pessoas, graças ao aumento da imigração e ao crescimento populacional. Cerca de 70% da diáspora tâmil no Canadá reside no país a mais de dez anos e 70% da população total

²⁶ Disponível em < <http://www.tamilnation.org/diaspora/index.htm> > Acesso em: 02 abr. 2008.

possui cidadania canadense. O restante se divide em 25% de residentes permanentes, 3% que estão no processo de solicitação do *status* de refugiado e 2% considerados refugiados convencionais (CTCC, 2007). Outros aspectos relevantes acerca da diáspora tâmil no Canadá serão apontados nos capítulos seguintes, a fim de que seja analisado o papel dessa comunidade em relação ao conflito na terra-natal.

3 COMUNIDADES DE DIÁSPORA: APROXIMANDO OU AFASTANDO A PAZ NA TERRA-NATAL?

Como mencionado, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre a comunidade de diáspora tâmil no Canadá e o conflito no Sri Lanka, percebendo que papel esse grupo exerce em relação à situação na terra-natal. Para tanto, torna-se necessário apresentar estudos sobre diáspora por meio dos quais a análise será feita, apontando conceitos e perspectivas que serão úteis para o entendimento da correlação entre a comunidade tâmil que vive fora do país e o conflito interno. Este capítulo, dessa forma, buscará desenvolver, em primeiro lugar, considerações sobre as diásporas, definições possíveis para o termo, características apresentadas por essas comunidades e a forma como essa categoria pode ser entendida no campo das Relações Internacionais. Na segunda seção, será discutida a relação entre a existência de comunidades de diáspora e o prolongamento do conflito na terra-natal, tratando da natureza dos conflitos internos e da atuação dessas comunidades na continuação das hostilidades. Por fim, serão indicadas abordagens e conceitos relevantes para que seja possível examinar a participação da diáspora no processo de resolução dos conflitos no país de origem, evidenciando como essas comunidades atuam de modo a favorecer a paz na região.

3.1 Diáspora: conceito, características e as Relações Internacionais

O termo diáspora pode ser utilizado para indicar o processo de dispersão de uma determinada população, assim como para designar as comunidades vivendo fora do país de origem. Segundo o geógrafo político Pierre George (1985), diásporas ocorrem quando se observa a dispersão de um povo através de vários êxodos, o estabelecimento de comunidades em pontos de asilo variados em quase todos os continentes, a manutenção das características culturais do grupo e a segregação em relação ao meio receptor. O termo surge para caracterizar o fenômeno vivenciado pelos judeus, podendo ser aplicado também

a coletividades que se assemelham no que tange à distribuição geográfica, mobilidade e formas de inserção no país para onde se destinam. O autor ressalta que quando ocorre uma completa assimilação à sociedade do país hospedeiro e rompimento dos vínculos materiais e ideológicos com a comunidade de origem, deixa de haver diáspora.

Esse conceito surge, portanto, para caracterizar o processo de dispersão vivenciado pelos judeus, embora venha a ser útil também para tratar de outros grupos que se espalharam pelo mundo, dando origem a comunidades que permanecem vinculadas umas às outras e ao centro de dispersão, como acontece no caso tâmil. Michelle Reis (2004) chama a atenção para a existência de três períodos históricos por meio dos quais a diáspora deve ser interpretada. A primeira fase se refere ao período clássico, associado à Antiguidade e Idade Média, seguida pelo período moderno, que vai desde 1500 até 1945 e, posteriormente, pelo período contemporâneo, que tem início com o final da II Guerra Mundial e se estende até os dias de hoje.

A primeira fase faz referência ao caso judeu, geralmente tomado como referencial nos estudos sobre diáspora, mas que, segundo a autora, deve ser entendido como parte desse período. A era moderna, por sua vez, traz consigo as dispersões e o surgimento de comunidades minoritárias em razão da escravidão e da colonização. Durante essa fase, a expansão européia (1500-1818), a Revolução Industrial e o período entre-guerras foram responsáveis pelos processos de diáspora. As diásporas contemporâneas, por outro lado, possuem especificidades, sendo fortemente influenciadas pelo fenômeno da globalização²⁷. Enquanto as dispersões no período clássico poderiam ser associadas ao exílio, no período contemporâneo as causas para a formação das comunidades diaspóricas são variadas e complexas, podendo estar associadas a situações traumáticas (guerras ou desastres) ou mesmo a oportunidades econômicas (REIS, 2004).

A questão central é que as diásporas contemporâneas estão intimamente relacionadas ao fenômeno da globalização, sobretudo no que tange ao avanço das tecnologias de telecomunicação, transporte e informação, permitindo o aumento dos fluxos e transações entre os Estados em escala global. O aumento desses fluxos transnacionais possibilita a intensificação do vínculo estabelecido entre as comunidades de diáspora nos

²⁷ Vale destacar que a globalização não será entendida no presente trabalho como um fenômeno que irá suceder a organização política estatal, mas como um processo que permite a intensificação de fluxos “transplanetários e supraterritoriais” (SCHOLTE, 2002).

países hospedeiros e a terra-natal. Na medida em que a telefonia, o fax, a Internet, a mídia de massa, as redes financeiras e os baixos custos de transporte favorecem a conexão entre os membros da diáspora e o país de origem, a diáspora contemporânea assume um caráter mais dinâmico (REIS, 2004), tornando-se capaz, então, de representar um papel fundamental nos assuntos da terra-natal.

De modo complementar, Gabriel Sheffer²⁸ (*apud* FOURON, 2004: p.461,462) afirma que a diáspora é um fenômeno perene, recorrente e universal que, de um modo geral, precede e transcende a história dos judeus. As comunidades dispersas apresentam diferenças, de acordo com o processo vivenciado por cada grupo, mas compartilham uma característica semelhante naquilo que diz respeito à manutenção da identidade e do vínculo com a terra-natal, mesmo residindo permanentemente em meio à sociedade hospedeira. As comunidades diaspóricas preservam uma identidade étnico-nacional por meio da organização e da participação ativa nas esferas política, econômica e social. São estabelecidas redes transnacionais que refletem a complexidade do relacionamento entre os membros da diáspora, o país hospedeiro, a terra-natal e até mesmo outros atores internacionais.

Embora diferentes autores salientem aspectos distintos na conceituação das diásporas, a idéia de deslocamento – deixar um lugar específico para viver em outro – parece estar presente em todas as definições, fazendo com que o vínculo com a terra-natal se torne o elemento central. Como sugere Martin Sokefeld (2006), a formação de uma comunidade de diáspora não é necessariamente uma consequência imediata da migração, mas o resultado de um processo de mobilização²⁹ que reafirma noções de pertencimento a um grupo e a existência de “raízes” em um lugar de origem. O autor define o termo diáspora como “comunidades imaginadas transnacionais”, fazendo referência à expressão de Benedict Anderson (1983)³⁰, que interligam pessoas vivendo territorialmente separadas (SOKEFELD, 2006, p.267).

²⁸ SHEFFER, Gabriel. **Diásporas politics: at home abroad**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

²⁹ O processo de mobilização política está relacionado à construção de identidades coletivas através da elaboração de ideologias, da construção de organizações, da socialização dos membros, etc. Ver Tarrow (1998).

³⁰ Para Anderson, as nações podem ser entendidas como comunidades imaginadas, pois na mente de cada indivíduo existe uma imagem da comunidade da qual participam, de modo que os limites e fronteiras dessa comunidade são imaginados por cada um dos membros.

Dessa forma, entende-se que a população migrante não necessariamente é uma diáspora, mas pode se *tornar* uma comunidade diaspórica, na medida em que desenvolve um sentimento de comunidade, mesmo que isso ocorra anos após a migração ter acontecido. É impossível falar em diáspora sem que haja uma identidade compartilhada, um sentimento comum de pertencimento a um determinado grupo. E no caso das diásporas, diferentemente de outras comunidades imaginadas, trata-se de uma comunidade dispersa transnacionalmente. O surgimento de uma diáspora, sendo assim, é fruto de um processo de mobilização social, a partir do qual é criado o senso de pertencimento e intensificado o vínculo com a região de origem³¹ (SOKEFELD, 2006).

Esse aspecto é desenvolvido também por Adamson e Demetriou (2007), quando as autoras analisam o surgimento de uma identidade curda em meio a essa população residente na Alemanha e nos demais países europeus. Durante as décadas de 1950 e 1960, os curdos provenientes, sobretudo, da Turquia se inseriam às sociedades locais como imigrantes trabalhadores, temporariamente na Europa por razões econômicas. Fato é que, após a década de 1980, marcada pelas repressões políticas na Turquia, os exilados políticos curdos começaram a deixar o país se juntando às comunidades curdas já existentes nos países europeus. A partir daí, a população curda foi sendo mobilizada por atores não-estatais, por meio de jornais, canais de televisão e outras formas de disseminação de informações, de modo a promover a língua, a cultura, a história e o nacionalismo curdo. Dessa forma, foi surgindo uma identidade em meio à população curda, fazendo dela uma comunidade de diáspora distinta tanto da sociedade do país hospedeiro, quanto da sociedade predominante no país de onde emigraram. Como será visto adiante, o caso tâmil apresenta características semelhantes que revelam a importância do processo de mobilização na formação da diáspora e, inclusive, na atuação da diáspora em relação ao conflito na terra-natal.

Como mencionado anteriormente, as diásporas contemporâneas são fortemente influenciadas pelo fenômeno da globalização, marcado pelo aumento da mobilidade de pessoas, produtos, capital, idéias e informações através das fronteiras nacionais. A existência e a intensificação desses fluxos transnacionais favorecem o processo de

³¹ Lyons (2004) chama atenção para o fato de que os grupos diaspóricos mais facilmente mobilizados são aqueles cuja identidade está associada a um povo ou comunidade “sem Estado” ou marginalizados. Na ausência de um Estado no qual os direitos e tradições do povo são defendidos e preservados, se torna necessária a articulação da diáspora de modo a proteger a identidade do grupo.

mobilização política, facilitando a criação de redes³² transnacionais nas quais as diásporas podem estar inseridas (ADAMSON, 2002). Roza Tsagarousianou (2004) destaca que, dessa forma, as diásporas não devem ser interpretadas levando em conta apenas noções de etnicidade, mobilidade e deslocamento, mas considerando também a idéia de conectividade. É importante notar como a dinâmica transnacional favorece a manutenção do vínculo entre as comunidades diáspóricas e a terra-natal, que muitas vezes, como no caso tâmil, corresponde a uma região que possui relevância simbólica para o grupo.

A questão, portanto, é que as diásporas devem ser compreendidas em meio a esse contexto de globalização e intensificação de fluxos que possibilitam o aprofundamento da conectividade. As diásporas devem ser situadas em meio a um conjunto de fluxos transnacionais que interligam localidades distantes geograficamente, sendo essas comunidades também responsáveis por promoverem essa interação. As novas tecnologias e a rapidez nas comunicações impulsionam a circulação de pessoas, capital, informações, estilos de vida, etc., devendo a diáspora ser compreendida como parte dessa dinâmica. Levando em conta o aspecto da conectividade, as diásporas podem ser definidas como parte de redes e fluxos econômicos, tecnológicos, culturais e ideológicos, considerando a dinâmica da interação entre as várias comunidades espalhadas pelo globo e também com a terra-natal (TSAGAROUSIANOU, 2004).

Ainda para garantir o entendimento acerca da idéia de diáspora, categoria fundamental para o presente trabalho, vale a pena diferenciar, mesmo que de forma breve, os conceitos de diáspora e refugiados, usados muitas vezes de forma intercambiável. Segundo a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1951, um refugiado é uma pessoa que “... temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, (...) não quer voltar a ele”³³. O termo refugiado indica uma situação de acolhida, de proteção e, nesse caso, quando o refugiado recebe o direito de asilo do país onde se

³² O conceito de redes é definido como “... um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos”. Podem existir vários tipos de redes compostas por pontos (nós), distantes no globo, que se interligam (CASTELLS, 1999, p. 498).

³³ Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_refugiados.php> Acesso em: 30 abr. 2008.

encontra, ele passa a gozar da proteção e dos direitos civis do Estado que o acolheu (GEORGE, 1985).

Como coloca Pierre George (1985), a migração de refugiados se dá de duas formas distintas: a partir da fragmentação de uma população homogênea, podendo dar origem a uma diáspora, ou através da transferência massiva de uma coletividade, geralmente para uma região vizinha. Seja qual for a forma, o refugiado se encontra sempre diante de duas opções, a saber, a assimilação em meio à sociedade receptora ou a segregação em um gueto. A questão, portanto, é que refugiados podem fazer parte de uma comunidade de diáspora, principalmente, quando são provenientes de uma população que por razões diversas se fragmentou, e quando permanecem vinculados a esse grupo, não assimilando as características da sociedade receptora³⁴. Uma comunidade de diáspora pode ser formada por um número significativo de refugiados, embora nem todo refugiado faça parte de uma diáspora³⁵.

Para ficar mais claro, as comunidades de diáspora podem ser compostas por refugiados que receberam asilo, membros do grupo que inicialmente emigraram em busca de empregos e educação, residentes permanentes e até membros do grupo que já possuam cidadania do país onde vivem³⁶. O que difere a diáspora é, como demonstrado anteriormente, a preservação da identidade da população, do vínculo com a terra-natal, é o processo de mobilização e de conectividade. Como afirma R. Cheran (2006), o termo diáspora pode ser expandido para incluir várias comunidades que expressam sua identidade e práticas culturais como resultado do deslocamento e da transnacionalidade, sendo de fato exemplos de comunidades transnacionais.

Tendo em vista as características da diáspora, é possível passar à compreensão de como essa categoria pode ser entendida no campo das Relações Internacionais, salientando a existência de um intenso vínculo entre as esferas doméstica e internacional. Uma importante contribuição nesse sentido é trazida por Shain e Barth (2003) quando os autores apontam as diásporas como atores independentes que influenciam ativamente a política

³⁴ Uma discussão nesse sentido sobre refugiados enquanto parte das novas diásporas é feita em Crisp (1999).

³⁵ Lyons (2004) aponta para a existência de “diásporas geradas por conflitos”, caracterizadas por um deslocamento forçado e violento que gera um vínculo ainda mais intenso com o território de origem, acompanhado muitas vezes pelo desejo de retorno à terra-natal quando a paz for alcançada.

³⁶ Um estudo sobre os diferentes tipos de diáspora e um levantamento sobre a bibliografia disponível acerca desse aspecto é feito em Lahneman (2005).

externa da terra-natal. Na perspectiva deles, as atividades das diásporas podem ser incorporadas no “espaço teórico” compartilhado por construtivistas e liberais³⁷, já que essas duas correntes reconhecem, em graus variados, o impacto da identidade e das interações domésticas no comportamento internacional. Enquanto o construtivismo leva em conta a identidade, preferências e motivações dos atores, o liberalismo busca explicar as ações dos atores uma vez que suas preferências estão definidas. Outro ponto em comum é o fato de tanto liberais quanto construtivistas reconhecerem a importância de uma gama variada de atores não estatais.

Sendo assim, como as diásporas se destacam enquanto atores que interligam as esferas doméstica e internacional da política, o estudo dessa categoria contribui para o avanço das teorias em questão. Pelo fato de terem suas motivações baseadas na identidade, as comunidades de diáspora são relevantes para o esforço construtivista de explicar a construção da identidade nacional³⁸. Ao mesmo tempo, o estudo da diáspora contribui para o avanço da visão liberal, pois suas atividades e a influência que exercem em relação à terra-natal, apesar de estarem fora do território, amplia o significado do termo “política doméstica”, fazendo com que ele inclua não apenas o que está dentro do Estado mas também aquilo que está fora do território mas faz parte do povo (SHAIN; BARTH, 2003).

Considerando a diáspora como uma população com origem comum que reside fora da sua terra-natal, mas que se identifica como parte de uma mesma comunidade, Shain e Barth (2003) indicam a existência de três tipos de membros. Os membros das comunidades diáspóricas, portanto, podem ser classificados como centrais, passivos ou silenciosos. Os membros centrais fazem parte da elite da diáspora, atuando ativamente nas questões do grupo e, geralmente, sendo atores cruciais no processo de mobilização da comunidade, como discutido anteriormente. Os membros passivos são aqueles passíveis de serem mobilizados quando acionados pela liderança ativa. Por fim, os silenciosos permanecem, na

³⁷ Para uma explicação acerca dos pressupostos teóricos e principais idéias do Liberalismo e do Construtivismo nas Relações Internacionais, ver capítulos 3 e 6, respectivamente, de Nogueira e Messari (2005).

³⁸ Essa questão é discutida com mais profundidade em Adamson e Demetriou (2007). As autoras chamam a atenção para o fato de a diáspora ser um instrumento útil na análise das mudanças no relacionamento entre os Estados e as identidades coletivas. Diante do processo de globalização, a lógica espacial e organizacional das identidades coletivas desterritorializadas e baseadas em redes, como é o caso das diásporas, pode ser comparada e contrastada com as identidades coletivas territorialmente definidas e institucionalizadas, como são os Estados nacionais.

maior parte do tempo, alheios aos assuntos da diáspora, podendo ser mobilizados e se envolverem em períodos de crise.

Nesse sentido, as atividades das diásporas podem ser diferenciadas em ativas e passivas. As comunidades diaspóricas podem ser atores passivos quando são inseridos nas relações internacionais por outros atores, sem que essa seja exatamente sua vontade. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando a diáspora carece de auxílio externo diante do Estado hospedeiro, ou quando o governo da terra-natal diz representar “o seu povo”, incluindo aqueles que estão fora do território. Nesses casos, as diásporas são atores passivos, pois quem age ativamente é o governo da terra-natal ou de outros Estados (SHAIN; BARTH, 2003).

Por outro lado, as diásporas podem também ser vistas como atores ativos e é essa a perspectiva mais relevante para este trabalho. Em primeiro lugar, Shain e Barth (2003) demonstram que as diásporas podem influenciar a política externa do Estado hospedeiro, sobretudo quando se trata de sociedades democráticas, organizadas em torno de grupos de interesse. A diáspora, portanto, é capaz de influenciar o Estado hospedeiro a agir em favor da terra-natal. Os autores reconhecem que esse é o caso, principalmente, da sociedade norte-americana e talvez por tomarem como base o exemplo da diáspora judaica, não exploram a possibilidade de que a terra-natal seja apenas um território simbólico e não necessariamente um Estado reconhecido internacionalmente.

Uma segunda possibilidade elencada pelos autores diz respeito à capacidade das comunidades diaspóricas de influenciarem a política externa da terra-natal. Grupos de diáspora que alcançam poder econômico e político conseguem afetar ativamente a terra-natal, na medida em que se tornam as fontes de recrutamento e financiamento para atividades violentas. Dessa forma, as comunidades vivendo em outros países exercem um papel fundamental nas decisões da terra-natal de prosseguir lutando ou adotar políticas de acomodação (SHAIN; BARTH, 2003). Mais uma vez é interessante notar como o modelo judeu serve de referencial, levando em conta que, nesse caso, os interesses da diáspora corresponderiam aos interesses da terra-natal, fazendo com que a ação dos grupos diaspóricos influencie a política externa do país de origem. Sendo assim, as atividades da diáspora seriam vistas como uma variável independente que influencia a política externa da terra-natal (variável dependente). A questão é que, como será visto adiante, no caso da

diáspora tâmil os interesses do grupo parecem ser contrários aos interesses da terra-natal, se for considerada a política do Sri Lanka. Nesse caso, diferente da experiência dos judeus, seria necessário considerar não o Estado de origem, mas de fato a política da terra-natal que pode ser um território simbólico, como é a chamada Pátria Tâmil³⁹.

Acerca dos interesses da diáspora, Shain e Barth (2003) indicam quatro motivações possíveis para que esses grupos influenciem a política externa da terra-natal. Esses interesses podem estar relacionados a questões referentes à situação da comunidade no Estado hospedeiro (*over-here*) ou a assuntos alheios ao país onde se encontram (*over-there*). A primeira motivação diz respeito ao impacto da política externa da terra-natal nos interesses do povo como todo, não só da diáspora, mas de todo o grupo que vive em lugares diferentes do mundo. Geralmente esses interesses estão associados à definição da identidade do grupo, a sentimentos de solidariedade, preservação da memória ou mesmo considerações financeiras. É tratando do interesse em torno da definição da identidade, que os autores fazem uso da perspectiva construtivista das Relações Internacionais. Muitas vezes, a identidade não só define os interesses, como colocam os construtivistas, como ela é em si mesma o interesse. Dessa forma, para algumas comunidades de diáspora a identidade não é apenas o ponto de início a partir do qual os interesses são definidos. A preservação da identidade é, para vários grupos, o ponto de partida e o objetivo final.

Em segundo lugar, a motivação da diáspora pode estar vinculada à preocupação com a segurança da terra-natal. Nesse caso, a influência da diáspora na política externa da terra-natal se dá pela preocupação com o território, seja pela possibilidade de retorno ou pela relevância mítica da região. Uma terceira motivação tem a ver com os interesses de uma comunidade específica, podendo incluir a relação da comunidade de diáspora com o Estado hospedeiro. Nessas circunstâncias, a diáspora busca influenciar a política externa da terra-natal segundo suas prioridades e caso não seja bem-sucedida nessa empreitada, a comunidade pode adotar uma política externa por conta própria, reivindicando ser a representante dos interesses daquele povo. O quarto fator apontado pelos autores menciona a importância da política externa da terra-natal para os interesses das organizações formadas pela diáspora. Essas organizações, de um modo geral, existem para lidar com

³⁹ Como já visto anteriormente, quando se trata especificamente da terra-natal, que no caso tâmil é uma região do Estado cingalês, o ator central pode não ser exatamente o governo, mas sim o movimento de insurgência que controla o território.

assuntos relativos à terra-natal e uma política do país de origem que prejudique sua atuação acaba ameaçando a razão de ser desses organismos (SHAIN; BARTH, 2003).

Dadas as motivações que interferem nas atividades das diásporas, nota-se que não basta que o grupo deseje influenciar a política da terra-natal, é preciso que ele tenha capacidade para realizar essa tarefa. Essa capacidade, que é então determinante para a eficácia das atividades da diáspora, depende em larga medida do grau de motivação, das características da terra-natal e também do Estado hospedeiro. A motivação dos grupos diaspóricos pode variar ao longo do tempo e de acordo com os assuntos em questão. Quando o engajamento na política da terra-natal é percebido como uma forma de reforçar a identidade, a tendência é que o grau de motivação seja maior. Nesse momento vale lembrar que quanto mais unida for a diáspora, e menos divergências houver em torno do posicionamento do grupo, maiores as chances de sucesso⁴⁰ (SHAIN; BARTH, 2003).

As características da terra-natal e do Estado hospedeiro também são fundamentais para a efetividade das atividades da diáspora. A natureza do país onde se encontra a comunidade de diáspora determina a habilidade do grupo de se organizar e exercer influência sob a terra-natal. Quanto mais permeável, no sentido de democrático, é o Estado hospedeiro, maior a capacidade da diáspora de influenciar a política externa desse país em relação à terra-natal (SHAIN; BARTH, 2003). Vale ressaltar, também, que além da permeabilidade do Estado hospedeiro e da atuação direta dele junto ao país de origem da diáspora, outras características se tornam relevantes, como por exemplo a forma como esse Estado controla as atividades das comunidades de diáspora dentro de seu território⁴¹.

Além da natureza do Estado hospedeiro, as características da terra-natal são fundamentais para que a influência da diáspora de fato seja eficaz. Nesse caso, leva-se em conta a fraqueza ou permeabilidade no sentido de “fragilidade” ideológica, material e institucional. Quanto mais fraco é o país de origem, mais suscetível ele é à influência da diáspora (SHAIN; BARTH, 2003). Os autores destacam a importância dessa fraqueza e permeabilidade para a formulação da política externa da terra-natal, mais uma vez considerando uma correspondência entre os interesses da diáspora e do país de origem –

⁴⁰ Impedir posições divergentes, divisões na diáspora, garantindo a unidade faz parte também do processo de mobilização política. Depende do sucesso do processo de mobilização, da capacidade daqueles que o encabeçam de conseguirem o apoio do grupo (MOORE, 2002).

⁴¹ Esse ponto será mais discutido na próxima seção, quando for considerada a atuação de movimentos insurgentes junto às comunidades de diáspora.

como acontece com os judeus, embora seja diferente no caso tâmil. Entretanto, a pobreza ideológica, material e, principalmente, institucional parece também ser decisiva no que tange à capacidade do país de origem de lidar com os fluxos transnacionais com os quais a diáspora está relacionada. Na seção seguinte, essa questão poderá ser mais bem contemplada.

Como demonstrado, a contribuição de Shain e Barth (2003) favorece o entendimento acerca da diáspora no âmbito das Relações Internacionais, inclusive salientando a importância do estudo dessa categoria. As motivações das comunidades de diáspora apresentadas pelos autores (*over-here* ou *over-there*) serão úteis como modelo analítico na busca por compreender o envolvimento da diáspora tâmil com o conflito no Sri Lanka. Entretanto, como fica nítido, os autores têm como referencial a diáspora judaica que, como discutido no início deste capítulo, pode não ser suficiente para a compreensão de outros casos de diásporas contemporâneas⁴². No caso específico da diáspora judaica, a terra-natal corresponde realmente a um Estado, havendo dessa forma uma correspondência entre os interesses das comunidades diaspóricas e do país de origem⁴³.

Apesar das considerações de Shain e Barth serem úteis para a análise da diáspora tâmil, o caso em questão difere muito da experiência dos judeus, que parece reger o pensamento dos autores. Nesse sentido, o estudo do caso em particular pode avançar nas discussões sobre as comunidades de diáspora e sua relação com o centro de dispersão, já que a terra-natal tâmil é uma região simbólica e não um Estado. Isso faz com que os interesses da diáspora não necessariamente correspondam aos interesses do governo cingalês, gerando implicações distintas para a política do Sri Lanka.

A importância do estudo das diásporas no âmbito das Relações Internacionais é discutida também por Adamson e Demetriou (2007) que apontam para a diáspora como uma categoria analítica útil. Isso decorre do fato de as diásporas possuírem vários componentes de identidade, a partir dos quais os Estados nacionais são definidos, a despeito de se diferenciarem deles pela sua estrutura organizacional e espacial. Isso

⁴² Em artigo anterior, Shain (2002) reconhece que os interesses da diáspora nem sempre são compatíveis com a visão das autoridades da terra-natal, indicando que isso ocorre, geralmente, com diásporas “sem-Estado”.

⁴³ Hagel e Peretz (2005) chamam atenção para o fato de que quando as diásporas, atores transnacionais, e os Estados compartilham os mesmos interesses, não só os primeiros influenciam os últimos como o contrário também acontece. Os autores afirmam que os Estados também influenciam as diásporas e podem até usar esses grupos para alcançarem seus interesses, questionando assim a autonomia dos atores transnacionais.

significa dizer que a diáspora pode ser definida como uma coletividade social que existe além das fronteiras do Estado e que é bem sucedida ao longo do tempo em manter um senso de coesão interna e o apego ao lugar de origem, desenvolvendo também um aparato organizacional interno, bem como, vínculos transnacionais. Dessa forma, enquanto os Estados se caracterizam por uma lógica organizacional institucional e pela lógica espacial territorializada, as diásporas possuem uma lógica organizacional baseada em redes e uma lógica espacial desterritorializada.

Nota-se que, sendo assim, as diásporas, principalmente contemporâneas, estão diretamente associadas ao processo de globalização e à existência de fluxos transnacionais, que são também fundamentais para a mobilização desses grupos, como já discutido anteriormente. Portanto, a utilização do conceito de diáspora é frutífera nas Relações Internacionais ainda por viabilizar o estudo acerca do impacto das atividades transnacionais e das mudanças no nível internacional, devidas ao fenômeno da globalização, nos Estados nacionais. A diáspora se mostra, então, uma categoria analítica favorável ao campo de estudo das Relações Internacionais, na medida em que auxilia na compreensão de questões como identidade nacional, política externa, comunidades transnacionais, mobilização política, globalização, entre outras.

Diante do exposto, este trabalho buscará analisar o papel da diáspora tâmil no Canadá como um ator ativo que interfere nos assuntos da terra-natal, gerando implicações não apenas para a chamada Pátria Tâmil, mas também para a política cingalesa. O objetivo é analisar especificamente a atuação da comunidade diaspórica junto ao conflito interno no Sri Lanka, buscando saber se o grupo favorece o prolongamento ou o fim das hostilidades. Para tanto, a próxima seção trará estudos acerca da participação das comunidades de diáspora no prolongamento dos conflitos, enquanto a última parte deste capítulo se dedicará a compreender a influência desses grupos no favorecimento da resolução do conflito.

3.2 Diáspora e o prolongamento dos conflitos

Para que seja possível verificar a atuação das comunidades de diáspora no prolongamento das hostilidades na terra-natal, torna-se necessário, em primeiro lugar, compreender a natureza do conflito em questão. Rubin, Pruitt e Kim (1994) definem conflito como uma divergência percebida de interesses ou como a aparente impossibilidade das partes de atingirem seus objetivos simultaneamente. De acordo com Peter Wallensteen (2002), um conflito pode ser caracterizado por uma situação social na qual dois ou mais atores se esforçam para obter, num mesmo momento, um conjunto de recursos escassos. Essas definições indicam que as partes entram em ação para obterem ao mesmo tempo determinados recursos, entendidos como qualquer tipo de interesse dos atores. Existe, portanto, uma incompatibilidade de interesses entre as partes (MITCHELL, 1981). De maneira mais clara, como apontam Pfetsch e Rohloff (2000), conflitos são caracterizados pelo choque de interesses que se sobrepõem, estando tais interesses relacionados a questões e valores nacionais, como independência, autodeterminação, fronteiras e território, distribuição de poder, etc. O conflito tem que opor pelo menos duas partes, que podem ser Estados ou outros grupos organizados.

Como será demonstrado adiante, no conflito no Sri Lanka, em particular, os atores envolvidos são, de um lado, o governo cingalês e, de outro, o grupo rebelde tâmil, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE). Dessa forma, os confrontos no país podem ser caracterizados como um conflito interno, assunto discutido no campo das RI, sobretudo, por Michael E. Brown (1996). Segundo ele, conflitos internos são definidos como disputas violentas ou potencialmente violentas, motivadas primariamente por fatores domésticos e caracterizadas por ameaças e violência armada que ocorrem dentro das fronteiras de um único Estado. Os principais atores desses conflitos são, geralmente, o governo e grupos rebeldes.

As causas dos conflitos internos podem ser divididas em quatro tipos de fatores: estruturais, políticos, econômicos e culturais. Em primeiro lugar, as causas podem ser estruturais como Estados fracos, problemas de segurança interna ou a geografia étnica. Brown (1996) afirma que alguns Estados já “nascem” fracos e por isso não conseguem

exercer um controle efetivo sob todo o território. Como consequência, líderes de oposição, organizações criminosas e grupos rebeldes podem atuar mais livremente e conflitos violentos podem acontecer. Nesses Estados, em função da ineficácia das instituições, os grupos internos se sentem responsáveis por sua própria segurança e acabam desenvolvendo maneiras próprias de fazerem frente a possíveis ameaças. A geografia étnica representa, também, uma característica relevante já que países etnicamente heterogêneos são mais propensos a conflitos internos, segundo Brown. Quando as minorias étnicas se localizam em uma região específica, existem grandes possibilidades de surgimento de um conflito separatista⁴⁴ e de que os grupos étnicos estabeleçam o controle da área reivindicada.

Fatores políticos como instituições políticas discriminatórias, ideologias nacionais exclusionárias e políticas elitistas podem também ser causas de conflitos dentro de um país. Mesmo em regimes democráticos é possível que haja ressentimento por parte de grupos que não se sentem devidamente representados. Além disso, em alguns lugares o sentimento de nacionalismo está mais ligado à identidade étnica do que ao fato de que todos os que vivem em um mesmo país devem possuir direitos semelhantes. Jack Snyder⁴⁵ (*apud* BROWN, 1996, p.17) aponta que o nacionalismo étnico surge em decorrência do fracasso das instituições, quando elas já não são capazes de prover as necessidades básicas dos indivíduos⁴⁶. Nota-se, então, que Estados fracos estão ainda mais suscetíveis a esse tipo de fenômeno. Independente da característica que os diferencia, grupos separados por rivalidades étnicas, religiosas, políticas ou ideológicas possuem uma grande propensão para o conflito se existem, sobretudo, objetivos incompatíveis que levam à competição e provocam nos grupos o medo de serem dominados pelo outro (BROWN, 1996).

As causas dos conflitos internos estão, também, baseadas em fatores econômicos e sociais que são originados por problemas econômicos, modernização ou sistemas discriminatórios. Elementos como a inflação, o desemprego e a competição por recursos (especialmente terra) são responsáveis por gerar frustrações e tensões sociais. Muitas vezes as reformas na economia também são prejudiciais em razão dos choques econômicos e do fim de subsídios por parte do governo. Assim como nos fatores políticos, sistemas discriminatórios, baseados em etnias ou classes, que fornecem oportunidades e acesso

⁴⁴ Para mais sobre conflitos separatistas, ver Levine (1996) e Heraclides (1997).

⁴⁵ SNYDER, Jack. Nationalism and the crisis of the Post-Soviet State. *Survival*, 35(1), 1993.

⁴⁶ O surgimento do nacionalismo étnico no Sri Lanka foi contemplado na seção 3 do capítulo anterior.

desigual aos recursos, provocam ressentimentos que podem levar à violência. Para Brown (1996), um exemplo de conflito em que prevalecem as discriminações econômicas é o próprio caso do Sri Lanka, como será analisado no capítulo seguinte. Até mesmo o crescimento econômico pode dar bases para conflitos, pois beneficia determinados grupos mais que outros.

O último conjunto de causas está relacionado a fatores culturais ou perceptuais expressos através de padrões culturais de discriminação e grupos historicamente problemáticos. A discriminação de minorias ocorre quando se identificam oportunidades educacionais desiguais, constrangimentos legais no que tange ao uso e ensino do idioma desses grupos e restrições na liberdade religiosa. Já em relação aos problemas entre grupos, trata-se de uma questão de percepção de um em relação ao outro, sendo que sentimentos hostis antigos podem legitimar as rivalidades históricas (BROWN, 1996).

No conflito tâmil-cingalês podem ser identificados aspectos relacionados a esses quatro fatores, como será mais bem descrito no capítulo seguinte. O país possui uma geografia étnica particular (tâmeis no norte e nordeste e cingaleses no sul e centro-oeste) e já foi, também, afetado ao longo de sua história por políticas discriminatórias como o *Sihala Only* ou as cotas nas universidades para estudantes tâmeis (STOKKE, 2006). Em relação ao aspecto econômico, será possível notar que as contradições no processo de desenvolvimento do país criaram um ambiente propício para o surgimento do conflito (ABEYRATNE, 2004). As hostilidades são motivadas, também, por divergências entre os diferentes grupos étnicos. As características culturais distintas, dentre elas a língua e a religião, são elementos chaves para a criação da identidade dos grupos e as discriminações, no caso do Sri Lanka legitimadas pelo governo, colaboraram para o surgimento de sentimentos hostis entre as etnias (GANGULY, 1996). Os conflitos, massacres e a violência ocorrida entre os grupos fazem com que um se torne uma ameaça à sobrevivência cultural do outro.

Considerando a complexidade das causas que geraram o conflito tâmil, é possível caracterizá-lo também como um conflito intratável, sobretudo quando se leva em conta seu aspecto identitário. A natureza intratável dos conflitos é abordada por Louis Kriesberg

(2003) como uma forma particular de conflitos sociais⁴⁷, por meio da qual os conflitos se tornam prolongados, persistindo por um longo período de tempo. Tais conflitos são conduzidos de modo que os adversários ou observadores os considerem “destrutivos”, principalmente pelo fato de que são feitos esforços no sentido de resolvê-los ou transformá-los, embora essas tentativas não sejam geralmente bem sucedidas. A falta de sucesso se deve, essencialmente, ao fato de que esses conflitos passam a envolver questões que tocam a identidade do grupo, fazendo com que as causas se tornem enraizadas e difíceis de serem resolvidas.

Jacob Bercovitch (2003,p.2) deixa mais claro a natureza desse fenômeno, ao definir conflitos intratáveis como “... um processo (não apenas um único episódio violento) de relacionamentos competitivos que se estende por um período de tempo e envolve percepções hostis e ações militares ocasionais”. Conflitos intratáveis, portanto, como pode ser observado no caso do Sri Lanka, são conflitos duradouros⁴⁸, que envolvem Estados ou outros atores que compartilhem um sentimento recíproco de queixa, reclamação. Esse sentimento pode girar em torno de questões de identidade, soberania, valores ou crenças, fazendo com que as partes se percebam com hostilidade e animosidade⁴⁹, levando-as a um comportamento violento e destrutivo em relação ao oponente.

Situações em que determinados grupos oponentes se percebem como ameaça, gerando violência e incompatibilidades difíceis de serem resolvidas, podem ser ainda caracterizadas como conflitos identitários. Esses conflitos, segundo François Thual (1995), são profundos, pois tocam nos fundamentos de uma sociedade, atingindo o imaginário coletivo e, muitas vezes, assumindo contornos étnicos e religiosos. As diferenças entre os grupos, nessas situações, favorecem o surgimento de “micronacionalismos identitários”, fazendo com que o conflito seja marcado por um “medo existencial”, medo de que a identidade do grupo venha a desaparecer. Em geral, conflitos identitários acontecem quando um grupo (étnico, religioso) se sente desprovido de um território, além de sentir-se

⁴⁷ Kriesberg (2007) define conflitos sociais, em linhas gerais, como uma situação em que duas ou mais pessoas ou grupos manifestam que compartilham objetivos incompatíveis.

⁴⁸ O conceito de “conflitos sociais prolongados” também se aplica ao caso tâmil, pois, como coloca Azar (1990), esses conflitos envolvem aspectos religiosos, étnicos, culturais e identitários.

⁴⁹ Os fatores que podem ser causas de conflitos intratáveis são discutidos por Maiese (2003) que aponta aspectos morais, questões de justiça, direito, necessidades humanas não alcançadas, aspectos relacionados à identidade, à distribuição de recursos, dentre outros.

também privado de seu direito de viver, de sua especificidade e de sua identidade (THUAL, 1995).

A questão da identidade é um fator central nesse tipo de conflito, tendo em vista que é a percepção de identidades incompatíveis entre grupos que faz com que hostilidades entre eles sejam deflagradas⁵⁰. Para que um conflito possa emergir, é necessário que os oponentes tenham um senso de identidade coletiva a respeito de si mesmos e dos oponentes, de modo que encarem o conflito como uma luta entre “nós” e “eles” (KRIESBERG, 2003; 2007). Como poderá ser visto adiante, a luta pela Pátria Tâmil, que traduz o conflito interno no Sri Lanka, pode ser entendida sob essa perspectiva, considerando que o confronto entre os Tigres de Libertação (LTTE) e o governo representa, na verdade, um conflito entre tâmeis e cingaleses⁵¹. Quando se leva em conta a existência de uma identidade tâmil, torna-se ainda mais relevante analisar o papel da diáspora em relação ao conflito interno, já que uma das características que define uma comunidade de diáspora é a preservação da identidade e do vínculo com a terra-natal.

Antes de passar à análise do papel da diáspora, propriamente dita, cabe ainda apontar uma discussão relevante acerca da natureza dos conflitos internos. Essa discussão concerne à dimensão internacional desses conflitos e é levantada por Michael Brown (1996). Ele aponta que conflitos internos sempre acabam envolvendo Estados vizinhos, o que alguns autores tratam como uma forma de “contágio”. Entretanto, o autor demonstra que essa analogia às doenças é simplista e mecânica. Isso ocorre porque pensar a dimensão dos conflitos como um problema de “contágio” retrata uma movimentação que acontece apenas em um sentido: do lugar onde os conflitos começam para os Estados vizinhos. Dessa forma, além dos Estados atingidos parecerem vítimas passivas do “contágio”, a

⁵⁰ Kriesberg (2007) indica que quatro condições são necessárias para que conflitos sociais possam emergir. Em primeiro lugar, pelo menos uma das partes deve se identificar como um grupo separado daquele identificado como o oponente. A segunda condição é que os membros de um dos grupos tenham queixas, reclamações em relação aos oponentes, formulando, como a terceira condição necessária, objetivos para modificar o comportamento dos oponentes, com vistas à diminuição das queixas e reclamações. Por fim, é preciso que o grupo afligido acredite ser capaz de alcançar os objetivos desejados, em detrimento do grupo adversário.

⁵¹ É possível fazer essa afirmação tendo em vista que o conflito, ao longo de sua história, já foi marcado por diversas revoltas e ondas de violência populares, não sendo caracterizado apenas pela hostilidade entre as forças governamentais e os grupos insurgentes.

impressão que se tem é que esse transbordamento do conflito é algo incontrolável, além da capacidade de controle dos Estados⁵².

Brown (1996) divide os impactos dos conflitos internos nos países vizinhos em cinco grupos: problemas de refugiados, problemas econômicos, problemas militares, instabilidade e guerra. Ataques a civis são constantes em conflitos internos e, por isso, é comum que eles gerem um grande número de refugiados. A chegada de refugiados geralmente impõe um certo peso econômico aos países que os acolhem. Além disso, campos de refugiados são, muitas vezes, usados para recrutamento ou reorganização de grupos combatentes. Isso pode trazer problemas para a segurança do Estado que os recebe diante da acusação de estarem abrigando rebeldes. A Índia, por exemplo, já foi acusada pelo governo do Sri Lanka de permitir que os Tigres de Libertação (LTTE) utilizassem territórios indianos para treinamentos militares.

Os Estados vizinhos são também afetados por problemas econômicos, já que conflitos armados podem prejudicar o comércio, o transporte de mercadorias, as comunicações, o acesso à matéria-prima, dentre outros. Se o conflito ameaça a instabilidade da região ele pode, inclusive, repelir investimentos e provocar uma grande piora nas relações comerciais. Problemas militares também não são difíceis de ocorrer. Territórios vizinhos podem ser utilizados para despachar armas e suprimentos para grupos rebeldes. Armas para os Tigres do Tâmil passaram pelo estado indiano de Tamil Nadu, por exemplo. Grupos rebeldes podem, ainda, promover ataques nos países vizinhos, como ocorreu quando o ex-Primeiro Ministro indiano, Rajiv Gandhi, foi assassinado em um ataque suicida, supostamente perpetrado pelo LTTE, em retaliação à Força Indiana de Manutenção da Paz estabelecida em 1987 (BROWN, 1996).

Os conflitos internos impactam seus vizinhos, ainda, causando instabilidade política. Essa instabilidade é oriunda dos problemas com refugiados, dos problemas econômicos e da ação dos grupos rebeldes nos Estados próximos. A possibilidade de uma guerra entre Estados não pode ser descartada. Um Estado vizinho pode se ver envolvido em uma guerra por tentar preservar sua soberania frente à tentativa do Estado em conflito interno que deseja eliminar rebeldes em território vizinho. Uma outra situação acontece se o governo cria animosidades com um vizinho para desviar a atenção da população de um

⁵² Cf. Brown 1996, p.23,24,591.

problema interno. Um conflito interno pode, além disso, colaborar para o surgimento de um nacionalismo agressivo e radical, cujo primeiro alvo é, geralmente, um país próximo (BROWN, 1996).

Como apontado anteriormente, Brown (1996) acredita que a dimensão dos conflitos internos não pode ser vista como algo que flui apenas do Estado em conflito para os vizinhos⁵³. Ele caracteriza o sentido contrário desse impacto (partindo dos demais países para o Estado em conflito) através da intervenção dos outros países no conflito interno. Essa ingerência pode se manifestar na forma de uma interferência humanitária, defensiva, protecionista ou oportunista. Perceber que outros Estados influenciam os conflitos internos é um passo inicial importante para compreender o caráter que eles possuem. Fato é que a dimensão desses conflitos não se limita apenas a impactos nos países próximos, mas pode estar relacionada a fenômenos que não se prendem a fronteiras estatais.

Michael Brown tem razão quando afirma que o impacto ou a dimensão de um conflito não se dá apenas em um sentido. Existem vários fatores externos ao Estado que podem influenciar um conflito. A visão de Brown, contudo, é restrita, pois ele define esses fatores apenas através das intervenções estatais que o país em conflito pode sofrer. Não são levados em consideração o papel de fenômenos transnacionais (tráfico de armas, fluxos financeiros) e atores não estatais (grupos guerrilheiros, comunidades de diáspora, etc)⁵⁴. Notar como um Estado vizinho pode interferir em um conflito interno é um avanço relevante para compreender a complexa relação entre as esferas interna e internacional, entretanto, esse é apenas um primeiro passo. É levando em conta o fato de que os conflitos internos, como o tâmil, são impactados por atores alheios ao território, que essa seção pretende salientar o papel das comunidades de diáspora no que tange à continuação das hostilidades na terra-natal, buscando notar se esses atores contribuem para que o conflito se torne ainda mais intratável.

A atuação desses grupos diaspóricos em relação ao conflito no país de origem é desenvolvida por Byman *et. al* (2001) quando os autores analisam os tipos de apoio

⁵³ Pfetsch e Hohloff (2000) também indicam que os conflitos podem se internacionalizar quando recebem apoio político, diplomático ou recursos externos, quando o conflito interno gera um confronto em outro país, ou quando forças externas intervêm na questão.

⁵⁴ Demmers (2002) aponta que conflitos violentos intra-Estados não se restringem mais apenas aos territórios em questão. Cada vez mais os conflitos internos contemporâneos se tornam “dispersos e deslocalizados”, sendo o envolvimento das diásporas um dos fenômenos responsáveis pela “desterritorialização” desses conflitos, tendo em vista que grupos identitários não estão limitados territorialmente.

possíveis a movimentos de insurgência⁵⁵. De acordo com eles, movimentos que insurgem contra um determinado governo podem ser beneficiados pelo apoio externo na medida em que recebem ajuda financeira, livre acesso a locais onde podem organizar as operações (santuário), apoio militar (treinamento, armas e suprimentos), bem como suporte político. Os atores que promovem esse apoio são diversos, podendo ser Estados, diásporas, refugiados, outros grupos rebeldes, grupos religiosos, indivíduos enriquecidos, dentre outros.

Tratando especificamente das diásporas, esses grupos são apontados como um ator emergente, devido ao aumento dos fluxos transnacionais, capaz de exercer um papel substancial no apoio ao movimento insurgente que se opõe ao governo na terra-natal⁵⁶. Segundo Byman *et. al* (2001), as diásporas vêm se tornando cada vez mais importantes para as insurgências, pois, diferente dos Estados, esses grupos concedem suporte financeiro mais facilmente, além de não buscarem exercer controle sobre o movimento. Outro ponto relevante é que as diásporas são motivadas por afinidades étnicas (devido à natureza do conflito ao qual estão relacionadas), enquanto Estados, por exemplo, geralmente apóiam insurgentes por interesses políticos⁵⁷. Os membros da diáspora, muitas vezes, além da empatia que sentem em relação à luta de seu grupo étnico no país de origem, também compartilham um sentimento de culpa por estarem a salvo enquanto seus familiares e outros permanecem em meio à violência do conflito. Sendo assim, as comunidades de diáspora podem ser facilmente mobilizadas pelo grupo insurgente e incentivadas a colaborar dando suporte financeiro e político.

⁵⁵ Uma insurgência é definida pelos autores como uma atividade político-militar irregular e ilegal que, via de regra, tem por objetivo o controle de um território em particular (BYMAN *et. al*, 2001). Os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE), portanto, são considerados um movimento de insurgência.

⁵⁶ Também nesse sentido, as diásporas étnicas são vistas por Brian Nichiporuk (2000) como “novos instrumentos estratégicos nos conflitos”, tendo em vista que, diante dos avanços nas comunicações e nos transportes, as comunidades diaspóricas são capazes de exercer um papel central nas campanhas militares envolvendo seu país ou território de origem. Segundo o autor, esse papel pode estar relacionado ao levantamento de fundos para aquisição e transferência de armas, a campanhas propagandísticas internacionais que visam macular a imagem do oponente na terra-natal e ainda à capacidade dessas comunidades de exercerem pressão sobre o governo do país hospedeiro para que ele se volte contra os inimigos no país ou território de origem.

⁵⁷ Acredita-se que as diásporas vêm se tornando atores cada vez mais significativos em relação aos conflitos no país de origem tendo em vista as mudanças na natureza das guerras contemporâneas. Vários fatores podem ser apontados como aspectos distintos das chamadas “novas guerras” (KALDOR, 1999), embora talvez o principal deles seja a centralidade de grupos identitários, que compartilham de uma mesma identidade étnica, religiosa, cultural, lingüística, etc. (DEMMERS, 2007).

O apoio das diásporas pode ser crítico para o prolongamento do conflito, sobretudo, em razão da assistência financeira que as comunidades vivendo fora do território podem prover⁵⁸. No estudo desenvolvido por Byman *et. al* (2001) é feito um levantamento identificando que significativo apoio a grupos insurgentes tem sido concedido por comunidades diaspóricas em várias regiões do globo⁵⁹, com exceção da América Latina, já que diásporas tendem a auxiliar insurgências étnicas – algo considerado raro nessa região do mundo. As diásporas, portanto, segundo os autores, provêm recursos financeiros para os grupos rebeldes, possibilitando a aquisição de armas, além de serem fonte de recrutamento, tornando-se uma peça chave na manutenção das campanhas insurgentes. Esse apoio diaspórico, sem sombra de dúvidas, aumenta as capacidades do grupo insurgente, dando a ele condições de enfrentar por mais tempo a oposição militar do governo.

Para os autores, as motivações pelas quais as diásporas concedem apoio a movimentos insurgentes se diferem bastante das razões pelas quais outros Estados, por exemplo, fazem isso. De um modo geral, as comunidades diaspóricas são motivadas pelo desejo de apoiar o grupo ao qual pertencem. Como visto na seção anterior, a noção de pertencimento e o vínculo com a terra-natal são elementos centrais que caracterizam as diásporas. Dessa forma, essas comunidades, via de regra, nutrem sincera empatia pelos companheiros no território de origem, sentindo-se muitas vezes culpadas por estarem a salvo enquanto outros se vêem envolvidos na violência do conflito. Esse sentimento de culpa é, em várias circunstâncias, suscitado pelo grupo rebelde de modo a fazer com que os membros da diáspora concedam apoio financeiro e político aos insurgentes (Byman *et. al*, 2001).

As diásporas podem, ainda, contribuir com o grupo insurgente por razões ideológicas ou por compartilharem dos mesmos objetivos. Alguns tâmeis, por exemplo, compartilham dos vagos ideais marxistas dos Tigres de Libertação (LTTE), assim como do

⁵⁸ Em um estudo realizado para o Banco Mundial, Collier e Hoeffler (2000) afirmam que um país em conflito que vivenciou um processo de diáspora e conta com expressivas comunidades vivendo em outras regiões, possui, imediatamente após o fim das hostilidades, seis chances mais de experimentar o ressurgimento do conflito do que aqueles países que não passaram por um processo semelhante. Segundo os autores, isso ocorre porque essas comunidades se mobilizam politicamente, reivindicando direitos para o grupo étnico e a terra-natal, como forma de preservarem o sentimento de pertencimento. Além disso, os membros da diáspora são mais enriquecidos que as pessoas no país de origem, podendo arcar com os custos do financiamento, sem sentirem os danos causados pelas hostilidades, já que vivem em territórios distantes.

⁵⁹ Diversos grupos rebeldes recebem ou já receberam significativo apoio de comunidades emigradas. Exemplos são as insurgências na Argélia, Azerbaijão, Egito, Índia (Punjab e Caxemira), Indonésia (Aceh), Israel, Líbano, Rússia, Ruanda, Turquia, Kosovo e Sri Lanka (BYMAN *et.al*, 2001).

desejo de uma Pátria Tâmil independente. Fato é que, na maior parte dos casos, questões ideológicas são menos importantes para as diásporas do que o fato de serem representantes das aspirações de uma comunidade em particular. Além disso, existe também a possibilidade de que o apoio diaspórico à insurgência seja fruto de coerção praticada por membros do grupo rebelde. Nesse caso, os representantes do movimento podem forçar os integrantes da diáspora que possuem seus próprios negócios a cederem parte de seus lucros para a causa ou podem até ameaçar a segurança de familiares que estejam na terra-natal, caso o apoio voluntário não seja bem-sucedido (BYMAN *et. al*, 2001).

Esse engajamento financeiro da diáspora é desenvolvido também por Katrin Radtke (2006) que demonstra como os grupos rebeldes, que levam adiante a luta no país de origem, são responsáveis pela mobilização da comunidade diaspórica⁶⁰. O argumento da autora indica que os grupos armados necessitam estabelecer um vínculo com a “economia moral” da diáspora⁶¹, para que a mobilização dos recursos financeiros de fato seja bem sucedida. As formas pelas quais o financiamento pode ser alcançado são classificadas como doações, atividades empresariais, taxas e pagamento por proteção, como será evidenciado adiante, no capítulo quatro.

Essas formas de levantamento de fundos para o grupo guerrilheiro, todas praticadas em meio à diáspora, revelam a significativa contribuição das comunidades diaspóricas no prolongamento dos conflitos na terra-natal. Diante disso, é possível que se questione o papel dos governos hospedeiros, a razão pela qual eles não atuam de modo a impedir o apoio da diáspora ao movimento de insurgência. Em primeiro lugar, é difícil para os países hospedeiros discernirem imigrantes obedientes à lei de ativistas ou representantes dos grupos armados. Para fazer essa diferenciação seria necessário investir no monitoramento das comunidades imigradas, algo que requer gasto, além de ir contra as políticas democráticas de vários países do Ocidente, como o Canadá, por exemplo. Outro fator

⁶⁰ Além da mobilização das comunidades de diáspora, grupos rebeldes podem obter financiamento para suas atividades por meio do controle e exploração ilegal de recursos naturais legais, comercializados nos mercados local e internacional; da cobrança ilegal de impostos ou controle do mercado ilícito; do controle local e regional da economia ilícita, relacionada à produção e tráfico de drogas e armas, por exemplo; ou ainda através da prática de atividades criminosas como roubo, extorsão e seqüestros (GUÁQUETA, 2003).

⁶¹ Por economia moral da diáspora, a autora entende um sistema econômico informal, a partir do qual os membros da diáspora se ajudam, dadas as condições adversas do exílio, especialmente em países onde os imigrantes não podem contar com apoio institucionalizado do Estado ou quando as comunidades diaspóricas se formam pela imigração ilegal. Trata-se de uma economia informal baseada em redes de solidariedade estabelecidas entre amigos, parentes e membros de um mesmo grupo étnico, que se torna fundamental para a sobrevivência do grupo (RADTKE, 2006).

importante diz respeito à influência política que a insurgência exerce sobre as comunidades de diáspora, sendo capaz, muitas vezes, de conduzir os votos dos integrantes da diáspora em favor de determinados candidatos políticos. Percebe-se, então, que alguns governos são condescendentes com o apoio que a diáspora fornece aos grupos armados por uma questão de inércia. Se eles não tomam nenhum tipo de postura, tacitamente estão permitindo que esses atores se organizem e arrecadem fundos em meio à diáspora. Por outro lado, a oposição ao movimento de insurgência demandaria um aumento de gastos que, aparentemente, não traria benefícios diretos (BYMAN *et al.*, 2001).

Além do papel do governo hospedeiro frente à atuação das comunidades de diáspora em relação ao conflito, Jolle Demmers (2007) explica que o “contexto hospedeiro” deve ser levado em conta para que se possa compreender a relação entre diáspora e o conflito na terra-natal. Segundo a autora, o ambiente hospedeiro, no qual a comunidade diaspórica está inserida, pode criar condições que favoreçam o engajamento da diáspora e mesmo o financiamento dos grupos insurgentes. O primeiro fator relevante é o “medo da paz”, fruto do dilema enfrentado pelos membros da diáspora que enxergam a terra-natal como um lugar para onde desejam regressar, quando a paz for alcançada, ao passo que não querem abrir mão da vida estável e segura que muitas vezes já conquistaram no Estado hospedeiro. A paz, nesse sentido, traz incertezas e leva embora a justificativa dos membros da diáspora para viverem no exterior, fazendo com que essas comunidades acabem incentivando o prolongamento das hostilidades e a manutenção da identidade do grupo.

Outro fator que favorece o envolvimento da diáspora com a luta no país de onde vieram diz respeito ao fato de que a maior parte das pessoas que deixam seu lugar de origem, em razão das guerras contemporâneas, migra para democracias liberais do Ocidente. Esses Estados permitem a realização de manifestações populares, celebrações nacionalistas e festivais que promovem determinada identidade étnica, religiosa ou cultural, facilitando o processo de mobilização política e impedindo que a identidade do grupo seja esquecida. Dessa forma, nota-se que a condição do Estado hospedeiro pode criar o ambiente perfeito para as atividades da diáspora em relação ao conflito, garantindo a esses grupos segurança identitária, oportunidades políticas e recursos operacionais (DEMMERS, 2007).

Tendo em vista o potencial da diáspora no que tange ao financiamento dos grupos rebeldes, vale salientar que a provisão de recursos financeiros se torna um elemento crucial para o prolongamento das hostilidades na terra-natal. Como aponta Alexandra Guáqueta (2003) a duração dos conflitos internos está intimamente associada à capacidade financeira dos grupos armados⁶². É claro que para que a viabilidade econômica favoreça o prolongamento do conflito, é necessário que os rebeldes tenham condições de traduzir os recursos financeiros em capacidade militar e poder de intimidação. E essa condição depende, entre outros fatores, da estrutura política, legal e administrativa do Estado onde os confrontos ocorrem, de modo a permitir que o grupo combatente alcance os recursos livremente, dando continuidade à luta. Além disso, para que o conflito se prolongue, é indispensável que as duas partes gozem de poder econômico para sustentar os enfrentamentos, sem que tenham condições suficientes para ganhar a guerra. Isso implica dizer que as forças regulares (tropas do governo) não possuem capacidades econômicas e militares suficientes para vencer os rebeldes, pois, caso as possuíssem, poderiam colocar fim ao conflito (independente de ser ou não esse o melhor modo de terminar a guerra). Sendo assim, esse tipo de conflito pode ser encerrado se forem injetadas grandes somas financeiras em uma das partes ou se, por outro lado, forem cancelados os recursos de ambos os lados (GUÁQUETA, 2003).

Sendo assim, nota-se que a atuação das diásporas em relação aos conflitos internos é um aspecto fundamental para a compreensão da dinâmica desses conflitos, podendo ser consideradas atores cruciais para o prolongamento das hostilidades na terra-natal. Não se trata de afirmar que todas as diásporas se engajam no financiamento de grupos armados, pois, como demonstrado, esse engajamento é fruto de um processo de mobilização política que, muitas vezes, é encabeçado pelo próprio movimento insurgente. Uma questão fundamental, contudo, diz respeito ao fato de que as comunidades de diáspora, via de regra, sustentam a identidade do grupo, acentuando assim as incompatibilidades que fazem com que o conflito se prolongue. Dessa forma, fica claro que as comunidades de diáspora vivendo no exterior podem desempenhar um papel crítico de apoio a movimentos de insurgência e de manutenção da identidade do grupo, favorecendo a continuação do

⁶² Azam, Collier e Hoeffler (2001) desenvolvem uma perspectiva econômica acerca das guerras civis e também concordam que as insurgências só são economicamente viáveis quando os rebeldes possuem recursos financeiros suficientes para cobrir os custos do conflito armado.

conflito e inclusive conferindo a ele um caráter que transcende as fronteiras do Estado. Feitas essas considerações, é possível passar adiante na tentativa de perceber como as atividades das diásporas podem afetar ou contribuir para o processo de resolução do conflito no país de origem, buscando identificar que tipo de papel essas comunidades desempenham no sentido de favorecer o fim das hostilidades.

3.3 Diáspora e resolução de conflitos

Tendo em vista as características da diáspora, seu entendimento no âmbito das Relações Internacionais e a forma como essas comunidades podem favorecer o prolongamento dos conflitos, torna-se necessário analisar a possibilidade de que a existência de comunidades diaspóricas possa contribuir para a resolução dos conflitos. Dessa forma, o objetivo desta seção é apresentar as comunidades de diáspora como atores capazes de favorecer o fim das hostilidades na terra-natal, buscando apontar abordagens, conceitos-chave que indiquem que tipo de papel os grupos diaspóricos podem exercer no processo de resolução do conflito.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que não se trata de fazer uma revisão da literatura sobre resolução de conflitos, mas de apresentar discussões que auxiliem na compreensão das comunidades de diáspora como atores relevantes para a pacificação da terra-natal. Como afirma Cordula Reiman (2000) o campo da análise e resolução de conflitos é uma área ainda em desenvolvimento e, por isso, não se pode dizer que exista de fato uma única teoria sobre a questão. Dessa forma, essa seção pretende apresentar conceitos e abordagens referentes à resolução de conflitos em Relações Internacionais, buscando instrumentos que sirvam de parâmetro para a análise da diáspora como um ator relevante nesse sentido. Não se trata, portanto, de esgotar a revisão da literatura sobre o tema, o que inclusive fugiria ao objetivo do trabalho, mas de discutir aspectos centrais da resolução de conflitos, salientando como a diáspora estaria inserida nesse processo.

De acordo com Peter Wallensteen (2002), o processo de resolução de conflitos pode ser definido como uma situação na qual as partes entram em acordo para resolver suas

incompatibilidades. Tal acordo indica que cada oponente aceita que o outro continue existindo enquanto uma “parte”, no sentido de que aceitam que o outro lado seja, no futuro, um ator com o qual tenham que negociar. Isso significa que nenhum dos lados vence totalmente, ganhando tudo o que é possível, mas significa, também, que nenhuma das partes perde tudo, de modo que ninguém se torna o único perdedor.

É importante distinguir o conceito de resolução de conflitos da idéia de cessar-fogo, que obviamente faz parte do processo de resolução como um todo e que indica um acordo capaz de congelar o *status quo* militar, embora não necessariamente resulte na paz. As medidas de resolução de conflitos, dessa forma, visam tanto solucionar as incompatibilidades quanto pôr fim à luta armada. Nesse sentido, a noção de resolução de conflitos é também mais ampla que a simples idéia de paz, entendida como ausência de guerra, tendo em vista que o processo de resolução visa fazer com que as partes concordem em respeitar uma à outra, tornando possível a coexistência dos grupos (WALLESTEEN, 2002).

Considerando a essência da idéia de resolução de conflitos, que é lidar com as incompatibilidades, é interessante também diferenciar alguns termos recorrentes na literatura sobre o tema. O conceito de solução de conflitos (*conflict settlement*) indica um acordo entre as partes que permite colocar fim ao conflito armado, interrompendo o comportamento violento, embora não signifique, necessariamente, que as contradições estruturais que geraram o conflito tenham sido resolvidas. A idéia de gestão de conflitos (*conflict management*), de um modo geral, é utilizada para se referir aos esforços realizados para lidar com o conflito no sentido de limitar, mitigar a violência que o caracteriza (MIALL; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 2005).

Como já demonstrado, o conceito de resolução é mais abrangente, pois visa buscar as causas profundas dos conflitos para tentar resolvê-las, modificando, é claro, a atitude violenta das partes, mas indo além disto. Outra noção importante diz respeito ao processo de transformação do conflito (*conflict transformation*), cujo objetivo é transformar as relações sociais injustas que geram os conflitos, modificando a própria estrutura de interação entre as partes oponentes. A transformação seria, então, o nível mais profundo do processo como um todo de resolução do conflito (MIALL; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 2005).

Outros termos que também estão sempre presentes na literatura sobre análise e resolução de conflitos são aqueles que tratam da paz. A idéia de *peace-making* indica uma situação na qual as partes oponentes são induzidas a chegarem voluntariamente a um acordo que coloque fim ao conflito. O termo *peace-keeping*, por outro lado, se refere à interposição de forças armadas internacionais para separar os grupos em conflito, podendo estar associado também à presença internacional num conflito para garantir o monitoramento, policiamento ou mesmo apoio a equipes humanitárias. Já a noção de *peace-enforcement* é caracterizada pela imposição de um acordo por um terceiro que tenha capacidade para impor uma determinação às partes. Por fim, o conceito de *peace-building* se volta para a tentativa de lidar com as contradições que geraram as incompatibilidades entre as partes, buscando resolver as causas estruturais e o relacionamento em longo prazo dos oponentes (MIALL; RAMSBOTHAM; WOODHOUSE, 2005).

Tendo em vista esses conceitos básicos, essa seção buscará apresentar considerações sobre o papel da diáspora nos processos que favorecem o fim do conflito, notadamente no que tange à resolução, transformação e *peace-building*, tendo em vista serem essas as alternativas que buscam lidar com as incompatibilidades entre as partes⁶³. De todo modo, buscar-se-á discutir se, em alguma medida, a existência de comunidades diaspóricas pode favorecer o processo de resolução do conflito na terra-natal, não só no sentido de colocar fim às hostilidades, mas também cooperando para que as incompatibilidades entre as partes possam ser resolvidas.

Como demonstrado na seção anterior, o conflito tâmil pode ser caracterizado como um conflito interno, de caráter separatista, que envolve questões identitárias, de modo que pode ser considerado como um conflito intratável, como um conflito social prolongado. Entender a natureza do conflito é fundamental para pensar seu processo de resolução, buscando perceber, então, como a diáspora pode atuar no favorecimento da paz na terra-natal. Levando em conta, em primeiro lugar, que se trata de um conflito que acontece dentro de um Estado, nesse caso o Sri Lanka, e que opõe o governo cingalês e um movimento insurgente tâmil, a questão pode ser entendida à luz do que Peter Wallensteen (2002) chama de conflitos pela formação de Estados. Essas situações são marcadas pela

⁶³ Importante esclarecer que tanto a idéia de transformação quanto a noção de *peace-building* estão inseridas no processo de resolução como um todo. Por buscarem lidar com as incompatibilidades entre as partes podem ser consideradas etapas do processo de resolução de conflitos.

hostilidade entre um governo e um grupo oponente que se baseia em uma identidade particular e que está vinculado a uma região geográfica dentro do Estado em questão, reivindicando a formação de um novo Estado naquele território específico. Geralmente esses conflitos envolvem discriminações sociais (como aponta Brown, 1996) e estão relacionados a um tipo de nacionalismo (étnico, religioso, etc.).

Essas discriminações sociais, sejam elas étnicas, religiosas, lingüísticas ou outras, contribuem para que esses conflitos observem o aumento da frustração entre as partes, a concentração territorial dos grupos (no caso do Sri Lanka a população tâmil se concentra no norte e leste), o surgimento de uma comunidade identitária segregada do resto da população e, ainda, se o território está próximo a uma fronteira internacional, a articulação do movimento insurgente para conseguir acesso a armas, financiamento e assistência internacional. Sendo assim, considerando que a discriminação é um aspecto central nesse tipo de conflitos, Wallensteen (2002) analisa os mecanismos que podem ser utilizados no processo de resolução nesses casos. Ele elenca sete mecanismos a partir dos quais as incompatibilidades entre as partes podem ser resolvidas, favorecendo então o fim do conflito.

De um modo geral, para resolver qualquer tipo de conflito, existem, segundo o autor, sete maneiras por meio das quais as incompatibilidades podem ser dissolvidas ou as partes se tornam capazes de conviver com elas. O primeiro caminho está relacionado à alteração das prioridades, fazendo com que uma das partes altere seu objetivo mais prioritário, abrindo caminho para que o outro lado faça o mesmo e as negociações sejam viáveis. O segundo mecanismo indica que as partes podem ceder um pouco em seus objetivos, encontrando um ponto no qual os recursos disputados possam ser divididos entre os dois lados. Outra possibilidade é que uma das partes alcance todas as suas demandas em uma questão, enquanto o outro lado atinge todos os seus objetivos em outro assunto (*horse-trading*).

A quarta forma pela qual a resolução de um conflito pode ser encontrada trata do controle compartilhado, no qual os oponentes decidem comandar juntos os assuntos da disputa. Esse processo exige, obviamente, um certo grau de confiança entre as partes, podendo ser, por exemplo, um arranjo temporário para um período de transição. O quinto mecanismo apresenta a possibilidade de que as partes deleguem o controle da questão em

disputa a um ator externo, renunciando ao controle dos recursos disputados. Em sexto lugar, as partes oponentes podem lançar mão de mecanismo de resolução como a arbitragem ou outros procedimentos legais. Por fim, resta como alternativa para resolver um conflito, a possibilidade de postergar a resolução, ganhando tempo para que as condições políticas ou a atitude popular, por exemplo, se modifiquem (WALLENSTEEN, 2002).

Considerando esses sete mecanismos que podem favorecer a resolução dos conflitos de um modo geral, Wallensteen faz uma aplicação deles para o processo de resolução de conflitos pela formação e independência de um Estado, como ocorre no Sri Lanka. Nesse tipo de conflito, então, a primeira forma de resolução, a alteração das prioridades, está relacionada à possibilidade de reduzir o significado da dimensão territorial, fazendo com que o conflito fosse definido apenas em torno da questão da discriminação, da luta por direitos iguais. Embora esse seja um caminho viável, o autor reconhece que quando surge uma demanda territorial, dificilmente essa reivindicação é removida da agenda. Considerando a segunda forma apontada, que trata da divisão dos recursos entre as partes, a alternativa seria encontrar um caminho pelo qual o território pudesse ser dividido, trazendo à tona a opção da autonomia regional ou do federalismo, conferindo à população da região um certo grau de “independência”.

No que tange à terceira forma de resolução, que garante vitória para cada uma das partes em assuntos distintos, a resolução de um conflito dessa natureza poderia se dar através de uma mudança na identidade do povo, do deslocamento da população ou mesmo da troca de territórios (que se aplica a casos em que uma região tenha sido conquistada numa guerra anterior, por exemplo, sendo então devolvida por uma parte à outra). Contudo, segundo o autor, essas três possibilidades possuem um grau baixo de legitimidade, de modo que o fim do conflito seria improvável. A quarta e a quinta alternativas de resolução de conflitos, que dizem respeito ao controle dos recursos, quando aplicadas a esse tipo de situação, estariam relacionadas ao acesso ao governo. Nesses casos, ambas as partes teriam o mesmo tipo de acesso ao governo e às decisões, em âmbito local ou mesmo nacional. O sexto mecanismo, que indica a possibilidade de recorrer à arbitragem ou outros instrumentos legais, abriria espaço, então, para que a questão territorial fosse resolvida dessa forma. A última alternativa, por fim, faria com que a resolução do conflito fosse

postergada, por exemplo, estabelecendo um cronograma para as negociações no intuito de ganhar tempo para que a situação seja alterada de alguma maneira (WALLENSTEEN, 2002).

Em linhas gerais, a perspectiva de Wallensteen indica como possibilidades para a resolução desse tipo de conflitos – que opõe o governo do Estado e um grupo com uma identidade distinta que se estabelece numa dada região do território – alternativas que acabam chegando à autonomia ou federalismo, ou ainda a um grau maior de democratização do país. Essas alternativas não parecem exatamente viáveis em conflitos como o tâmil, considerados intratáveis, pois em todos os caminhos para a resolução é necessário, aparentemente, que as partes assumam um compromisso, cedendo em seus objetivos. Como o próprio autor demonstra, tais situações são marcadas por um sentimento de discriminação e pela existência de identidades enraizadas e incompatíveis. De toda forma, por mais que os mecanismos de resolução apontados não pareçam exatamente adequados para conflitos como o que ocorre no Sri Lanka, vale a pena identificar se as comunidades de diáspora teriam algum papel a representar em cada circunstância.

No caso da alteração das prioridades, no sentido de reduzir a importância da questão territorial, a tendência é que as comunidades de diáspora permaneçam intransigentes, pois, como visto nas seções anteriores deste capítulo, o território, a terra-natal, possui um valor simbólico para os grupos diaspóricos, dificultando que o conflito seja resolvido dessa forma. A segunda possibilidade, relacionada à divisão dos recursos, entendida como autonomia territorial ou federalismo, pode ser uma alternativa válida, mas que, talvez, não seja suficiente para que o povo se sinta livre e seguro no território, nem tampouco para que os membros da diáspora percebam como o modo ideal de colocar fim ao conflito. O terceiro mecanismo de resolução, que incluiria uma mudança na identidade do grupo ou a troca de território, também parece inviável em conflitos intratáveis e que contam com a existência de comunidades de diásporas. A identidade, como já demonstrado, é o vínculo que interliga aqueles que vivem no país de origem e os grupos espalhados pelo mundo, é o que gera o sentimento de pertencimento a um povo, fazendo com que a preservação das características identitárias e do território original seja, muitas vezes, o objetivo por trás dos conflitos.

A quarta e quinta formas de resolver um conflito, que tratam do controle dos recursos, seriam aquelas nas quais as comunidades de diáspora, aparentemente, poderiam interferir de maneira positiva. Os grupos diaspóricos, por estarem fora da região em conflito, são capazes de chamar a atenção internacional para a questão na terra-natal. Essa capacidade de pressionar politicamente para uma resolução do conflito pode culminar na intervenção de um ator internacional (Estado ou Organização Internacional), fazendo com que as partes adotem medidas que recebem a aprovação da sociedade internacional. Nesse caso, estando a atenção internacional voltada para o conflito, as chances de que haja um compromisso entre as partes para compartilhar o poder ou dar acesso igual aos grupos dentro do Estado (políticas democráticas) parecem mais altas. No sexto mecanismo identificado por Wallensteen (2002), a atuação da diáspora seria semelhante, já que as comunidades podem pressionar para que a questão seja resolvida por instrumentos legais internacionais. Já o último caminho, a postergação da resolução do conflito, parece só acentuar as incompatibilidades, dando espaço para o aumento das hostilidades entre as partes e para que o nacionalismo (étnico, religioso) se torne cada vez mais arraigado e o conflito mais intratável.

O processo de resolução de conflitos dessa natureza é analisado também por Alexis Heraclides (1997), que estuda como se dá o fim de guerras separatistas. O autor argumenta que – diferente de guerras civis em geral, nas quais o fim do conflito ocorre por meio de vitórias militares – nos conflitos separatistas a negociação e o comprometimento das partes é mais viável para resolver essas situações. Segundo a definição do autor, esse tipo de conflito envolve uma luta armada entre um Estado soberano e um movimento baseado numa região específica, que busca dividir o território, fazendo da região um Estado independente. Essa mobilização separatista é fruto do sentimento de uma identidade coletiva distinta, associado a queixas relativas à discriminação e desvantagem comparativa dentro do Estado em questão. Fica claro, então, que o conflito tâmil no norte e leste do Sri Lanka pode também ser entendido dentro dessa perspectiva de conflitos separatistas.

Analisando então um conjunto de 70 conflitos separatistas entre os anos de 1945 e 1996, Heraclides (1997) percebe que aqueles conflitos que terminam por meio de vitórias militares têm grandes chances de ressurgir, já que as incompatibilidades entre as partes não foram resolvidas. Além disso, um Estado que opta por uma solução militar para o conflito,

e não por um processo de resolução, corre o risco de ser derrotado pelo movimento separatista, o que levaria ao desmembramento do Estado. Outro resultado possível é que tentando solucionar o conflito utilizando a força, o Estado pode fazer com que a situação fique “congelada” enquanto o grupo insurgente resiste às ofensivas do governo. Nesse caso, o passar do tempo favoreceria o movimento separatista que, gradativamente, passaria a ser visto, internacionalmente, como o governo *de facto* na região.

Dessa forma, baseando-se na literatura sobre resolução de conflitos e a partir dos casos estudados, Heraclides (1997) aponta 12 circunstâncias nas quais os conflitos separatistas parecem chegar a um fim. Segundo o autor, conflitos separatistas terminam quando (1) as partes percebem não haver perspectiva de vitória no campo de batalha para nenhum dos lados, criando o palco perfeito para negociações. (2) Outra possibilidade é que os custos (econômicos, humanos) da continuação da guerra excedam, para os dois lados, os benefícios simbólicos de continuar lutando. (3) De modo semelhante, as partes podem perceber haver mais ganhos e menos perdas no acordo de paz, do que na manutenção das hostilidades. Geralmente isso é resultado de uma mudança na percepção de uma das partes, que toma a iniciativa de conduzir as negociações. Acontece, por exemplo, quando o Estado decide conceder um alto grau de autonomia para a região, abrindo espaço para se chegar a uma resolução. (4) O fim do conflito pode ser a melhor alternativa também quando ambos os lados estão exaustos econômica, militar e moralmente. (5) Quando ocorre algum tipo de “transformação” no conflito, como uma mudança na liderança, no regime político do país, o surgimento de uma nova ideologia ou uma alteração internacional, as chances de que as negociações tenham início também são grandes. (6) Outra circunstância que favorece a resolução de um conflito separatista acontece quando o lado mais forte (geralmente o Estado) está numa posição de vantagem militar, mas opta pela negociação com o grupo insurgente, ao invés de colocar fim ao conflito pela vitória militar.

A resolução de um conflito separatista pode ser alcançada também (7) quando um dos lados, governo ou rebeldes, perde ou está em vistas de perder um apoio externo militar ou político, que seja crucial para a continuação da luta. (8) Outra possibilidade ocorre quando a parte mais fraca, o grupo insurgente, tem apoio de uma potência vizinha que, embora pareça apoiar o movimento, não deseja incorporar ao seu território a região separatista. Nesses casos, a potência pressiona para que o conflito seja resolvido, embora

muitas vezes o processo de resolução não seja bem sucedido⁶⁴. (9) Esse tipo de conflito pode chegar ao fim, também, por meio da mediação, oficial ou não, de um ator não-estatal que consiga prover o mínimo de confiança de que cada uma das partes cumprirá os compromissos que assumiu. (10) Formas coercitivas de mediação, realizadas por Estados ou organizações internacionais, podem pressionar as partes a entrarem em acordo e, dessa forma, o conflito pode ser resolvido. Segundo o autor, as chances de um processo bem sucedido nesse caso são maiores quando algum outro fator está associado. (11) O fim do conflito é favorecido, também, quando um cessar-fogo foi assinado e os grupos combatentes estão fisicamente separados, por uma força de *peace-keeping* por exemplo, de modo que o dilema da segurança entre os grupos é aliviado. (12) Por fim, o processo de resolução pode ser tornar viável, ainda, quando a negociação contempla as demandas da liderança separatista, oferecendo a ela uma posição de prestígio, por exemplo, no comando do governo da região (HERACLIDES, 1997).

Como é possível notar, o estudo realizado por Alexis Heraclides (1997) indica as circunstâncias que abrem caminho para a resolução de um conflito separatista, o que não garante que uma vez iniciadas as negociações elas realmente levarão à resolução das incompatibilidades. Apesar disso, e embora o autor não mencione esse aspecto, é possível tentar perceber se, em alguma medida, as comunidades de diáspora geradas por conflitos poderiam influenciar ou favorecer o surgimento das circunstâncias mencionadas. Ao que parece, a atuação dessas comunidades poderia ser relevante naquilo que tange à pressão política que os grupos diaspóricos podem exercer, contribuindo para criar as situações 7, 9 e 10, enumeradas anteriormente. Comunidades de diáspora que vivem num país que apóia o grupo insurgente são capazes de pressionar para que o governo hospedeiro retire seu apoio e incentive a resolução do conflito. A pressão exercida pelos membros da diáspora pode fazer, também, com que uma terceira parte, um Estado ou organização, intervenha no conflito na terra-natal, se propondo a mediar as conversações entre as partes ou mesmo impondo que o conflito seja resolvido.

O papel da diáspora no prolongamento e no processo de resolução do conflito no país de origem é discutido de fato, por Shain (2002), dentre outros autores, que indica que

⁶⁴ Para exemplificar esse tipo de circunstância, o autor usa o próprio caso do Sri Lanka, abordando a intervenção indiana no conflito que, embora tenha contado com o estabelecimento de uma força de paz, não foi bem sucedida, pois não incluiu o grupo insurgente nas negociações (HERACLIDES, 1997).

as comunidades de diáspora interferem no conflito na terra-natal por serem, elas mesmas, afetadas diretamente pelo que se passa no país de origem. O conflito na terra-natal afeta os grupos diaspóricos economicamente, socialmente, no sentido da auto-imagem da comunidade e na forma como a sociedade hospedeira a percebe e, ainda, psicologicamente, considerando as ameaças que os membros da diáspora podem sofrer por parte dos grupos engajados no conflito. O autor evidencia que, dessa forma, as comunidades de diáspora respondem exercendo um papel ativo no conflito, seja na continuação das hostilidades ou no processo de resolução.

Como o papel da diáspora no prolongamento do conflito já foi discutido na seção anterior, se torna necessário abordar a atuação das comunidades diaspóricas especificamente no favorecimento do processo de resolução⁶⁵. Jonathan Hall (2008) afirma que uma atuação positiva das comunidades de diáspora pode se dar em três âmbitos, gerando impactos políticos, econômicos e sócio-culturais. No âmbito político, o autor salienta que as comunidades de diáspora são capazes de atrair a atenção internacional, do Estado hospedeiro ou de organizações internacionais, para os problemas na terra-natal, revelando, por exemplo, violações contra os direitos humanos, fome e miséria, pressionando, dessa forma, para que as partes combatentes se comprometam num processo de resolução do conflito não violento. Além disso, durante os processos de paz, membros da diáspora têm condições de prover recursos profissionais importantes como consultores ou mesmo representantes, por exemplo⁶⁶. É possível ainda que as organizações formadas pelas diásporas auxiliem os mediadores internacionais a estabelecerem contato com as partes combatentes, facilitando o processo de paz e até aumentando a confiança e as garantias para que as partes e os mediadores se engajem no processo.

No aspecto econômico o papel dos grupos diaspóricos pode também ser substantivo no favorecimento da resolução do conflito. Como já demonstrado anteriormente, conflitos internos muitas vezes giram em torno da desigualdade econômica e da pobreza, sobretudo

⁶⁵ Como aponta Hall (2008) grande parte da literatura sobre diásporas e conflitos enfatiza o papel negativo da diáspora, tratando essencialmente como um ator que só tende a contribuir para o prolongamento das hostilidades na terra-natal.

⁶⁶ O autor afirma que membros da diáspora negociaram diretamente representando as partes combatentes e estiveram envolvidos como conselheiros durante conversações de paz entre facções afegãs em 2001, entre senhores da guerra somalis em 2003 e entre os Tigres Tâmeis e o governo do Sri Lanka em 2002. No capítulo seguinte esse ponto será retomado a fim de perceber a atuação da diáspora tâmil na resolução do conflito no Sri Lanka.

quando um grupo da sociedade (étnico, por exemplo) se encontra numa situação de inferioridade econômica. Nesses casos, remessas financeiras internacionais podem funcionar como um meio de substituir a capacidade limitada do governo de prover bem-estar para a população como um todo, amenizando as crises econômicas que acentuam os conflitos⁶⁷. Durante situações de guerra, determinados serviços básicos, como saúde e educação, são sustentados por remessas financeiras estrangeiras, criando a base necessária para o desenvolvimento econômico pós-conflito.

Nessa questão, as diásporas podem favorecer a situação da terra-natal tendo em vista que, após um acordo de paz e aliados à ajuda internacional, esses recursos são capazes de exercer um papel relevante na reconstrução do país, prevenindo que o conflito ressurja e fornecendo uma alternativa para a economia de guerra. As contribuições financeiras das diásporas, portanto, auxiliam na reconstrução e desenvolvimento da terra-natal pós-conflito, principalmente porque as remessas tendem a estar direcionadas para as áreas mais afetadas pela violência e pela destruição provocada pelo conflito. Os recursos humanos são também fundamentais para a transição para a paz. Os membros da diáspora têm condições de prover novas idéias, valores, habilidades e *know-how*, elementos fundamentais para a reconstrução das estruturas políticas, econômicas e sociais (HALL, 2008).

Por fim, no âmbito sócio-cultural, a influência das diásporas na promoção da paz é também significativa, uma vez que tendo acesso à liberdade, bem-estar e conhecimento, esses grupos são capazes de criar e disseminar várias formas de mídia, por meio das quais podem influenciar a identidade e os interesses dos que vivem no país de origem. Os grupos diaspóricos acabam refletindo valores e normas das sociedades nas quais estão inseridos – geralmente sociedades democráticas e desenvolvidas – possibilitando que idéias como democracia, justiça social e direitos humanos cheguem aos que permanecem na terra-natal. Essa influência pode se dar por meio da mídia, das artes, do contato entre a diáspora e associações culturais e sociais no país de origem, por meio de “diálogos *online*” na Internet ou pela contribuição direta de membros da diáspora na sociedade natal. O importante é que a disseminação de idéias e valores através do contato entre a diáspora e a terra-natal pode

⁶⁷ Ver REAGAN, P.M.; FRANK, R.W. **Migrant remittances as social welfare payments and the prospects for civil war**. Paper presented at Bridging Multiple Divides, 49^o Annual Convention of the International Studies Association (ISA). San Francisco, 2008.

contribuir para a resolução do conflito, por exemplo, levando a sociedade a se expressar, nas eleições ou em manifestações populares, a favor da paz (HALL, 2008).

Nesse ponto, é importante destacar que a visão de Hall (2008) percebe com otimismo a influência da diáspora na identidade e nos interesses da terra-natal. Segundo o autor, as diásporas devem ser entendidas como grupos variados de indivíduos e organizações que, embora compartilhem uma mesma identidade, podem enxergar o conflito no país de origem de modo diferenciado, lidando com o “trauma da guerra” no sentido de favorecer a paz e não o prolongamento das hostilidades. Outros autores, como por exemplo Lyons (2004), apresentam uma visão menos otimista, como demonstrado na segunda seção deste capítulo, afirmando que as diásporas tendem a ser intransigentes em relação ao processo de resolução, já que se apegam à identidade e ao território de origem – que muitas vezes são o objeto de disputa no conflito – e não sofrem mais as conseqüências danosas das hostilidades, por viverem no exterior.

Entretanto, apesar de considerar que as diásporas geradas por conflitos tendem a reforçar a dinâmica que faz com que as hostilidades perdurem, Lyons (2004) entende que é possível que a percepção das comunidades diaspóricas seja modificada por meio do diálogo ou outros tipos de processos, fazendo com que o papel desses grupos seja alterado. Se as comunidades de diáspora alteram seu apoio a líderes e organizações, no sentido de buscar a paz, um importante fator que contribui para o prolongamento do conflito pode ser reduzido. Como demonstrado, as diásporas são fontes potenciais de idéias e apoio para a construção da paz, e não apenas atores que dificultam a resolução do conflito.

Essa visão é compartilhada por autores que discutem o papel da diáspora na construção da paz na terra-natal (*peace-building*). Joanna Spear (2006) aponta que as comunidades de diáspora podem exercer importantes papéis nas esferas políticas, econômicas, sócio-culturais, como já demonstrado, mas inclui ainda uma esfera filantrópica. Nesse caso, acredita-se que o surgimento de organizações filantrópicas em meio à diáspora pode contribuir para a criação de um “espaço” positivo de discussão e engajamento em relação ao conflito. Além disso, essas organizações muitas vezes se voltam não apenas para o auxílio à comunidade diaspórica no Estado hospedeiro, difundindo idéias que favoreçam a paz, mas também para a assistência à população que se encontra nas zonas afetadas pela guerra na terra-natal.

Feargal Cochrane (2007) aprofunda ainda mais essa perspectiva, pois entende que as comunidades de diáspora devem ser interpretadas como um elemento da sociedade civil, capaz de contribuir efetivamente para a construção da paz. Embora não estejam presentes fisicamente no território em conflito, esses grupos compartilham de laços históricos, culturais, econômicos e emocionais com aqueles que permanecem na terra-natal, ou seja, com aqueles envolvidos diretamente no conflito. Dessa forma, e citando Boulding (1989)⁶⁸, o autor apresenta três formas de poder por meio dos quais a paz pode ser alcançada. A primeira delas é o poder de ameaças, entendido como a capacidade de forçar ou compelir de modo coercitivo. A segunda forma é o poder de troca, que caracteriza relações marcadas por alianças táticas, que geram benefícios mútuos. A terceira forma, então, é o poder chamado de integrativo, baseado numa noção de que os atores são capazes de convencer, atrair e influenciar através de uma persuasão intelectual, sentimental ou mesmo espiritual. Esse tipo de poder teria a capacidade de construir organizações, criar grupos, inspirar lealdade e desenvolver legitimidade. Para Cochrane (2007), as comunidades de diáspora são capazes de exercer esse tipo de poder, se tornando, assim, atores relevantes na construção da paz na terra-natal⁶⁹.

Considerando que as diásporas são atores relevantes para todas as fases de um conflito, Jacob Bercovitch (2007) também chama a atenção para a atuação dessas comunidades na etapa de resolução e na fase pós-conflito. Para o autor, no momento em que o conflito está sendo resolvido ele é influenciado tanto por fatores internos, como a exaustão das partes combatentes, quanto por fatores externos, que seriam as diásporas. Os grupos diaspóricos podem ter sua percepção sobre o conflito alterada por passarem a acreditar que as hostilidades já duraram o suficiente. Nesse momento, a influência do grupo pode ser positiva para a resolução do conflito se a comunidade de diáspora passar, por exemplo, a conceder apoio político a um líder ou organização na terra-natal que possui uma posição pacifista.

⁶⁸ BOULDING, K. **Three faces of power**. London: Sage, 1989.

⁶⁹ Maria Koinova (2007) discute, ainda, o papel de comunidades de diáspora na reconstrução de sociedades divididas pós-conflito. Ela afirma que os grupos diaspóricos atuam no favorecimento da reconstrução do país, após um acordo de paz, por estarem eles mesmos exaustos de apoiar o estado de guerra ou pela incapacidade de exercer influência política quando um Estado ou uma organização internacional está impondo a segurança na terra-natal. Na visão da autora, a presença internacional no conflito é um elemento fundamental para que a atuação da diáspora seja transformada no sentido de incorporar atividades predominantemente pacíficas.

A comunidade no exterior é capaz, também, de auxiliar na resolução do conflito promovendo diálogo ou outros tipos de processos que possam romper as percepções inflexíveis entre os oponentes. Nessa fase, a diáspora pode pressionar para que haja algum tipo de mediação, chamando a atenção de organizações internacionais ou da comunidade internacional, ou pode de maneira mais discreta se comunicar com os membros da elite na terra-natal para informá-los sobre o desejo e possibilidade de colocar fim ao conflito. Os membros da diáspora desempenham uma influência construtiva, ainda, quando se envolvem em *workshops* de “solução de problemas”, por meio dos quais são exploradas diferentes idéias e alternativas para o processo de resolução. Líderes da diáspora, grupos de estudantes, mulheres, dentre outros, são também mobilizados nesse momento para se envolverem no diálogo e facilitarem os termos da resolução (BERCOVITCH, 2007).

Na etapa pós-conflito, o papel da diáspora é também significativo, pois manter a paz e impedir que o conflito se torne violento de novo é uma tarefa delicada. Esse papel está dividido, em semelhança ao que já foi mencionado anteriormente, em medidas políticas, apoio financeiro e influência sócio-cultural. Na esfera política, a diáspora é capaz de fortalecer a sociedade civil na terra-natal, pressionar para que haja uma força da ONU para garantir a paz, divulgar idéias e valores de democracia, liberdade de imprensa, respeito aos direitos humanos, além de denunciar a corrupção, os regimes autoritários e a necessidade de instituições estatais justas e igualitárias (BERCOVITCH, 2007).

No campo econômico, as comunidades diaspóricas são também cruciais, tendo em vista que, por viverem muitas vezes em países desenvolvidos, podem conceder suporte financeiro para a reconstrução da terra-natal, destruída pela guerra. Esse apoio econômico da diáspora auxilia, por exemplo, no desarmamento e desmantelamento do exército rebelde, pois permite que sejam criados projetos para que os ex-soldados encontrem outra maneira de se colocarem na sociedade – uma iniciativa dispendiosa, com a qual países pobres não têm como lidar. O investimento financeiro da diáspora auxilia, também, na reconstrução do país, fazendo reviver os negócios e alavancando a economia da região afetada pelo conflito. É possível, ainda, que organizações formadas pela diáspora se envolvam ativamente em atividades e projetos econômicos e sociais, que favorecem a população afetada e afasta a possibilidade de que o conflito ressurgir (BERCOVITCH, 2007).

Por fim, a influência sócio-cultural diz respeito à promoção, pela diáspora, da justiça, verdade e reconciliação na terra-natal. A reconciliação é um processo fundamental para o estabelecimento de uma paz duradoura, permitindo que o relacionamento entre os grupos, rompido pela guerra, seja de fato reconstruído. Nesse processo, a diáspora exerce um papel muito relevante, pois a comunidade no país de origem tende a receber melhor o conselho e opinião dos membros da diáspora do que de outros estrangeiros. A diáspora pode conceder expertise, conhecimento e compreensão acerca das normas e valores culturais da sociedade que precisa ser reconciliada. Dessa forma, a literatura, publicações e outras produções culturais da diáspora contribui para que a imagem negativa entre as partes seja modificada (BERCOVITCH, 2007).

Como foi possível perceber ao longo deste capítulo, o papel das comunidades de diáspora em relação ao conflito no país de origem é percebido de forma tanto negativa, no sentido de que esses grupos podem favorecer o prolongamento das hostilidades, quanto de maneira positiva, considerando que a diáspora pode auxiliar na pacificação da região. De um modo geral, fica claro que as comunidades diaspóricas devem ser entendidas como atores ativos na política internacional e que, por manterem um vínculo intenso com a terra-natal, se tornam fundamentais para a dinâmica e para os desdobramentos do conflito ao qual estão relacionadas. De toda forma, no capítulo seguinte esse aspecto será analisado, buscando demonstrar se no caso tâmil a diáspora parece favorecer a paz ou a continuação da luta que acontece no Sri Lanka.

4. A DIÁSPORA TÂMIL E O CONFLITO NO SRI LANKA

Considerando que as comunidades de diáspora podem exercer um papel bastante significativo no conflito que ocorre na terra-natal, este capítulo buscará demonstrar como a comunidade tâmil no Canadá se relaciona com a guerra no Sri Lanka, tentando perceber se suas atividades, em alguma medida, favorecem o prolongamento das hostilidades ou a resolução do conflito. Para estabelecer a correlação entre a diáspora e o conflito tâmil, este capítulo estará organizado em três seções distintas. A primeira buscará apresentar as características da comunidade tâmil no Canadá, discutindo como se dá a preservação da identidade, mesmo fora do país de origem, e ressaltando os mecanismos por meio dos quais o vínculo com a terra e a comunidade natal é preservado. A segunda parte tratará de analisar o papel da diáspora tâmil no prolongamento do conflito, evidenciando se o grupo diaspórico tâmil no Canadá contribui, de alguma forma, para que a guerra no Sri Lanka continue acontecendo. Por fim, a última seção estará dedicada à análise da atuação da diáspora no sentido de favorecer a resolução do conflito, buscando identificar se a comunidade diaspórica tâmil exerce um papel relevante na tentativa de resolver a guerra no país de origem.

4.1 A população tâmil no Canadá: preservação da identidade cultural e manutenção do vínculo com a terra-natal

Antes de analisar o papel da diáspora tâmil em relação ao prolongamento ou resolução do conflito, torna-se necessário caracterizar a comunidade tâmil no Canadá, apresentando como a identidade e o vínculo com a terra-natal são preservados, evidenciando também como esse grupo pode ser visto como um importante ator na esfera internacional. O objetivo dessa seção, portanto, é apenas caracterizar a comunidade tâmil no Canadá para que, nas seções seguintes, possa ser estabelecida uma correlação entre a diáspora e o conflito propriamente dito. Como colocado na seção 5 do segundo capítulo, a

comunidade tâmil no Canadá é bastante expressiva, pois compreende algo em torno de 300 mil pessoas, sendo considerada a maior comunidade tâmil fora do Sri Lanka. Grande parte dessa comunidade vive na região de Toronto e está presente no território canadense há mais de 10 anos, sendo que a maioria dos membros são cidadãos canadenses ou residentes permanentes (CTCC, 2007).

Embora as comunidades tâmeis espalhadas pelo mundo apresentem características distintas, todas elas demonstram algumas semelhanças. Em primeiro lugar, as repetidas ondas de migração em razão do conflito acabaram fazendo com que os grupos de recém-chegados se juntassem aos tâmeis que já viviam no exterior, criando regiões que se tornaram verdadeiros centros diaspóricos. No caso do Canadá, os imigrantes tâmeis tendem a se fixar em Toronto, tendo estabelecido uma comunidade tâmil de cerca de 250 mil pessoas, tornando-se um dos maiores grupos de imigrantes da região (CTCC, 2007). Essa concentração dos membros da diáspora favorece a constituição de redes sociais entre eles, permitindo que aqueles que chegam recentemente possam contar com o apoio da comunidade tâmil já estabelecida para encontrar emprego e acomodação, conseguindo se fixar com maior facilidade (SRISKANDARAJAH, 2004).

Além disso, diante da existência dessas redes sociais, todas as comunidades tâmeis ao redor do mundo são caracterizadas pelo surgimento de associações diaspóricas dedicadas a serviços de assistência econômica e social. Geralmente essas associações são responsáveis pela realização de atividades comerciais, pela coordenação de escolas que ensinam o idioma tâmil, de academias de música e dança, de grupos de jovens, estudantes, grupos religiosos, escolas de arte e teatro, reunindo também veículos de mídia e grupos de pressão de imigrantes e refugiados. Nos lugares onde as comunidades são maiores, como ocorre em Toronto, existem inúmeras organizações, associações e grupos que promovem vários tipos de eventos ao longo do ano. Como será demonstrado adiante, a existência dessas associações, os serviços prestados e os eventos culturais realizados são fundamentais para reforçar o vínculo entre a comunidade e com a terra-natal, possibilitando que os membros da diáspora tenham sua identidade tâmil reforçada, o que faz com que eles se tornem atores ativos em relação ao conflito (SRISKANDARAJAH, 2004).

Vale ressaltar, ainda, que a diáspora tâmil, embora numericamente pequena e geograficamente dispersa, tem emergido como um ator de suma importância para o conflito

no Sri Lanka, sobretudo, em razão de sua capacidade de se articular transnacionalmente e em função do afastamento da Índia da questão. Como foi possível observar no capítulo 2, durante a década de 1980 a Índia foi um dos principais atores internacionais a se envolver no conflito, inclusive enviando uma força de paz à ilha em 1987. Contudo, após o fracasso da intervenção indiana, o país passou a não se posicionar mais diante do conflito e a evitar a entrada de refugiados e militantes tâmeis em seu território, principalmente em virtude das acusações de apoiar os rebeldes tâmeis e conceder asilo aos refugiados⁷⁰. Desde então, a Índia deixou de ser o grande centro político, social e cultural em meio à população tâmil, fazendo com que as comunidades de diáspora se tornassem responsáveis pelo futuro cultural e político dos tâmeis do Sri Lanka (SRISKANDARAJAH, 2004).

Dessa forma, como ficará evidente ao final deste capítulo, a importância econômica, cultural, política e social da diáspora tâmil tem aumentado significativamente. Levando em conta a destruição na infra-estrutura econômica no norte do país, provocada pelas décadas de conflito, e o grande número de tâmeis deslocados em função das hostilidades entre o governo e os rebeldes, as remessas financeiras enviadas pelos membros da diáspora para suas famílias se tornam uma importante fonte de renda com potencial para auxiliar a reconstrução do país. No aspecto cultural, os esforços de líderes e grupos diaspóricos para proteger a herança cultural tâmil, associados às oportunidades de manifestação cultural concebidas pela maioria dos países hospedeiros, têm resultado numa significativa mobilização e atividade cultural em meio às comunidades de diáspora. Ainda, na esfera política, com o fim da interferência indiana, as comunidades tâmeis espalhadas pelo mundo vêm se tornando um dos principais atores que atuam em favor da causa e dos interesses tâmeis, suscitando o nacionalismo tâmil e, como será discutido adiante, muitas vezes apoiando o separatismo dos Tigres de Libertação (SRISKANDARAJAH, 2004).

Tendo feito algumas considerações gerais sobre a diáspora tâmil como um todo, é necessário passar à análise da comunidade tâmil no Canadá, discutindo, em primeiro lugar, como se dá a preservação da identidade e a manutenção do vínculo com a terra-natal, mesmo a milhares de quilômetros de distância do Sri Lanka. Sem dúvida, dois aspectos que estão intimamente associados são vitais para a preservação da identidade cultural tâmil e,

⁷⁰ Na Índia existem algo em torno de 110 mil tâmeis vindos do Sri Lanka, vivendo principalmente na província sul indiana de Tamil Nadu, cuja costa fica a cerca de 80 Km de distância das principais regiões do norte do Sri Lanka (WAYLAND, 2004).

conseqüentemente, para a mobilização e articulação dessa comunidade em relação ao conflito: a existência de organizações e associações tãmeis e o fluxo de idéias e informações. Os avanços tecnológicos e os novos meios de comunicação permitem que idéias e informações circulem livremente pelo mundo e a mobilidade desses fluxos possibilita que a identidade de uma comunidade seja mantida apesar da distância territorial. A mídia e a disseminação de idéias e informações são essenciais para garantir a unidade da diáspora tâmil, possibilitando a mobilização política transnacional (ADAMSON, 2002), como já discutido no capítulo anterior.

A circulação de informação entre as comunidades de diáspora representa um fator importante para a manutenção da identidade e para assegurar que a população tâmil que vive fora da ilha se mantenha informada sobre todos os acontecimentos que envolvem o conflito. Em Toronto circulam semanalmente 10 jornais no idioma tâmil, sendo que metade deles é gratuita⁷¹. Existem 7 estações de rádio que colocam no ar, durante toda a semana, programas falados em tâmil que, inclusive, recebem ligações de ouvintes. A cidade conta com três cinemas que exibem apenas filmes em tâmil e é onde está localizada a maior loja de vídeo e música tâmil em todo o mundo. Existem mais de dez templos hindus⁷², além de uma série de empreendimentos e organizações políticas, culturais, empresariais e sociais encabeçadas por membros da diáspora. A *Tamil Eelam Society* se destaca como uma das principais organizações de assistência social à população tâmil recém-chegada em Ontário, por exemplo⁷³ (WAYLAND, 2004).

Através da disseminação de informações a identidade da comunidade tâmil no Canadá pode ser garantida, evitando que os membros da diáspora assimilem totalmente as características do lugar onde se encontram. Por meio de jornais, programas de rádio, cinema e etc. a população tâmil se mantém informada sobre o conflito no Sri Lanka e sobre as comunidades tãmeis em outros países. Além disso, as características culturais, a língua e a religião são preservadas, evitando que aqueles que deixaram o Sri Lanka adotem, em seu dia-a-dia, os hábitos da sociedade onde estão inseridos, em detrimento do modo de vida tâmil. Como evidenciado na primeira seção do capítulo anterior, é essencial que um grupo

⁷¹ A título de curiosidade, incluindo a Europa e os EUA são mais de 40 jornais, sendo a maioria deles administrada por membros dos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (GUNARATNA, 1997).

⁷² Segundo um relatório da Human Rights Watch (2006) o número de templos hindus em Toronto chega a cerca de 40.

⁷³ A página virtual da organização pode ser acessada em <<http://www.tesoc.org/>> Acesso em 25 out. 2008.

de diáspora preserve sua identidade, não abandonando suas tradições culturais, lingüísticas e religiosas. Quando ocorre uma completa assimilação à sociedade hospedeira, deixa de haver diáspora (GEORGE, 1985).

A Internet possui um papel crucial na disseminação de informações, possibilitando que em qualquer lugar do mundo, onde exista um computador com acesso à rede, uma pessoa possa se informar sobre os mais diversos assuntos. Existe uma grande quantidade de *websites* nos quais se encontram análises de acontecimentos sob uma perspectiva tâmil, cronologias sobre o conflito no Sri Lanka, canais de comunicação para as comunidades de diáspora, além de diversos outros assuntos não relacionados às questões políticas, como, por exemplo, classificados e anúncios (WAYLAND, 2004). Alguns sítios são destinados especificamente à comunidade canadense, como o *Tamil Canadian*⁷⁴. Nele estão disponíveis listas de associações tâmeis e sugestões sobre como fazer contato com o governo canadense, dentre outros serviços⁷⁵. Outros, como o *Tamil Nation*⁷⁶, são voltados para a população tâmil como um todo, especialmente para aqueles dispersos geograficamente.

Muitos desses *sites* estão em inglês, mas podem também ser lidos no idioma tâmil, através de um *software* especializado. Neles os tâmeis podem ler jornais da Pátria Tâmil, ouvir estações de rádio do Eelam, enviar cartões eletrônicos que apresentam bandeiras, mapas e estão voltados para ocasiões festivas, podem ouvir discursos do líder dos Tigres de Libertação (LTTE), acessar informações da terra-natal como, por exemplo, páginas amarelas, participar de plataformas de discussão sobre a luta tâmil, além de terem à disposição uma série de dados políticos, históricos, culturais, dentre outros. Nesse ambiente virtual a comunidade tâmil em todo o mundo, inclusive no Canadá, se sente conectada, mantém suas tradições e características culturais e permanece informada e engajada politicamente em relação ao conflito na ilha⁷⁷. Muitos desses *sites* são considerados os

⁷⁴ <<http://www.tamilcanadian.com/>> Acesso em 28 out. 2008.

⁷⁵ Segundo sua página virtual, o *Tamil Canadian* foi desenvolvido para fornecer informações sobre a cultura e história do povo tâmil, estando direcionado especialmente àqueles vivendo no Canadá. O objetivo é preservar a identidade tâmil, tendo em vista que, em função do conflito e do genocídio perpetrado pelo governo cingalês, a história e cultura tâmil estaria na eminência de ser destruída.

⁷⁶ <<http://www.tamilnation.org>> Acesso em 28 out. 2008.

⁷⁷ Uma discussão interessante sobre o papel da Internet na manutenção do vínculo e da identidade de grupos pode ser encontrada em ERICKSEN, Thomas H. **Nations in cyberspace**. ASEN Conference, London School of Economics. 2006.

“oficiais” da causa tâmil e do Eelam e são mantidos pelos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (TEKWANI, 2006).

Em alguns momentos a Internet é a única fonte de informação sobre as zonas de combate, devido à censura do governo cingalês⁷⁸. Quando os combates são intensificados na ilha, ocorre um aumento significativo na busca por informações nos *sites* tâmeis de notícias. No início de novembro de 1999, por exemplo, quando o LTTE lançou uma ofensiva contra as forças governamentais, o *Tamil Canadian* e o *Tamil Net*⁷⁹ registraram algo em torno de 1 milhão de visitas cada um (WAYLAND, 2004). É interessante notar que os sítios que representam a Pátria Tâmil visam conectar virtualmente toda a população separada fisicamente e pregam a constituição de um Estado convencional. Sendo assim, a maioria deles rejeita a correspondência que existe entre a rede (*world wide web*) e os territórios governados por Estados, ou seja, não utilizam as terminações que caracterizam a origem dos *websites*⁸⁰. De maneira geral, fazem uso das terminações “.com” ou “.org” (ENTEEN, 2006).

Como é possível notar, e como foi argumentado na primeira seção do capítulo anterior, as comunidades de diáspora devem ser interpretadas em meio a esse contexto de globalização e intensificação de fluxos transnacionais, como os fluxos de idéias e informações (TSAGAROUSIANOU, 2004). A existência de organizações e associações que promovem a cultura tâmil no exterior, a circulação de jornais impressos, a existência de estações de rádio e de canais de televisão, além de outras formas de propagar a cultura, língua e religião tâmil contribuem para que a identidade seja preservada e para que os membros da diáspora permaneçam informados e conectados ao que acontece no país de origem. Como foi afirmado anteriormente, essas formas de cultivar e propagar a identidade tâmil são responsáveis por garantir a mobilização social, acentuando o senso de

⁷⁸ Em junho de 1998, por exemplo, jornalistas nacionais e estrangeiros foram proibidos de entrar nas regiões onde estavam ocorrendo os combates entre as tropas do governo e o LTTE. As informações eram fornecidas apenas pela imprensa militar e as notícias publicadas em outros países não podiam ser “importadas” devido à censura. Assim sendo, acredita-se que até o governo e os oficiais militares buscavam informações em *sites* tâmeis na Internet (WAYLAND, 2004).

⁷⁹ <<http://www.tamilnet.com/>> Acesso em 30 out. 2008.

⁸⁰ Os sites brasileiros, por exemplo, fazem uso da terminação “.br”. Supostamente, sites criados por comunidades de diáspora poderiam utilizar as terminações dos países em que se encontram ou aqueles criados pelos tâmeis no Sri Lanka poderiam terminar com o “.lk”, mas isso não acontece. Como é anunciado em alguns *sites*, a população tâmil na diáspora se considera uma nação transnacional.

pertencimento ao povo tâmil e intensificando o vínculo com a Pátria Tâmil, com a região simbólica considerada como terra-natal.

A Internet e os demais meios de comunicação são também instrumentos eficientes usados pelos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil para garantir a mobilização política. As tecnologias de comunicação são utilizadas para propagar uma mensagem nacionalista, atingindo o maior número possível de tâmeis, a despeito da distância espacial que os separa. As festividades anuais do Dia do Herói (*Maaveerar Naal*), por exemplo, são uma expressão da forma como as informações, idéias e o sentimento de identidade são rapidamente disseminados e reforçados em meio à diáspora.

Todos os anos, no dia 27 de novembro o líder dos Tigres de Libertação (LTTE), Velupillai Prabhakaran, faz um discurso em homenagem aos mártires da guerra, dando informações acerca dos últimos acontecimentos envolvendo o conflito. Milhares de membros da diáspora se reúnem, ao mesmo tempo, em espaços públicos para realizarem suas próprias comemorações. Apenas alguns minutos após o discurso de Prabhakaran eles são capazes de ouvi-lo através de estações particulares de rádio. Em aproximadamente trinta minutos, o texto (já em inglês) pronunciado pelo líder e as fotos do evento podem ser acessados através da Internet. Dessa forma, durante festividades e datas especiais, as comunidades de diáspora podem ter a sensação de que estão conectadas à terra natal, pois têm acesso praticamente em tempo real aos acontecimentos no Tamil Eelam (WAYLAND, 2004).

A realização de eventos que reúnem os membros da diáspora e valorizam a cultura e identidade tâmil é um fator primordial na manutenção do vínculo com a terra-natal e da identidade do grupo. Através de conferências, passeatas, festivais, comemorações, eventos e outros tipos de manifestação, e até mesmo de pressão política, as redes sociais tâmeis vão sendo reforçadas e a comunidade de diáspora é mobilizada politicamente em relação ao conflito. Em 1998, por exemplo, cerca de 15 mil tâmeis saíram às ruas de Toronto, no dia do 50º aniversário da independência do Sri Lanka, e marcharam até a Assembléia Legislativa de Ontário protestando contra a forma como o governo cingalês vinha agindo em relação ao povo tâmil na ilha (WAYLAND, 2004).

Eventos como esses, promovidos por organizações e associações tâmeis no Canadá, são importantes para chamar a atenção do governo canadense e da comunidade

internacional. Entretanto, todas essas manifestações possuem outra função primordial: relembrar os membros da diáspora tâmil sobre o vínculo que eles possuem com a terra-natal e com o conflito que lá acontece, fazendo com que essa população que vive fora do país não abandone sua identidade cultural e lembre sempre os sacrifícios daqueles que lutam pela independência da Pátria Tâmil.

Nota-se, portanto, que a promoção desses eventos e manifestações e a propagação de idéias e informações contribuem para que a comunidade de diáspora seja mobilizada, preservando a identidade e se engajando no conflito que ocorre no país de origem, como será demonstrado nas seções seguintes. Percebe-se, dessa forma, que as associações e organizações da diáspora tâmil podem ser interpretadas como os membros centrais da diáspora, apontados por Shain e Barth (2003), como foi discutido no capítulo anterior. São elas que atuam de maneira ativa em meio à comunidade e por isso se tornam cruciais para a mobilização do resto do grupo. Os milhares de tâmeis que atendem aos eventos, que se envolvem nas manifestações, que se juntam a grupos tâmeis diversos⁸¹ e que acessam as páginas virtuais destinadas à diáspora podem ser considerados como membros passivos, pois são mobilizados quando acionados direta ou indiretamente pela liderança ativa.

Apenas em Toronto, por exemplo, existem mais de 100 grupos e associações tâmeis registrados. A primeira organização política tâmil no Canadá, a *Tamil Eelam Society of Canada* (TESOC), foi fundada no final de década de 1970 e sua composição refletia a própria comunidade tâmil canadense no momento, composta por tâmeis provenientes de uma elite favorecida economicamente. O maior objetivo da organização era manter o grupo informado sobre a situação no Sri Lanka e divulgar internacionalmente a guerra que tomava conta do país (ZUNZER, 2004).

A partir da década de 1980, o Canadá começou a receber refugiados e tâmeis afetados pelas hostilidades na ilha, modificando a característica da comunidade diaspórica e, naturalmente, das organizações que eram criadas. O *World Tamil Movement* é um exemplo de uma associação estabelecida principalmente por refugiados, que passa a

⁸¹ No Canadá, assim como em outros países que contam com comunidades de diáspora tâmeis, existem diversos grupos que reúnem jovens, estudantes e comerciantes tâmeis. Exemplos são a *Tamil Student Association of Toronto University*, *Tamil Youth Association of Canada* e a *Canadian Tamil Chamber of Commerce*. Uma lista dos principais grupos e associações pode ser encontrada em <<http://tamilelibrary.org/teli/manrams1.html>> . Outra lista de organizações tâmeis no Canadá, com endereços e telefones, está disponível em <<http://www.tamilcanadian.com/page.php?cat=551&id=4295>> Acesso em 05 nov. 2008.

desempenhar um papel social e político diferente daquele desempenhado pelas organizações anteriores. A primeira geração de imigrantes tâmeis se percebia como independente dos partidos políticos no Sri Lanka, enquanto os refugiados que chegavam após a escalada do conflito na década de 1980 pareciam apoiar a posição política do LTTE. O WTM, por exemplo, desde seu surgimento apoiava os Tigres de Libertação, desenvolvendo diversas sub-organizações especializadas em diferentes assuntos políticos. Com o passar do tempo, mesmo as organizações tâmeis mais antigas, como a TESOC, se aproximaram da posição defendida pelo movimento insurgente, sendo difícil encontrar, atualmente, alguma associação política em meio à diáspora que não represente a posição defendida pelo LTTE (ZUNZER, 2004).

Segundo Radtke (*apud* ZUNZER, 2004) podem ser identificados cinco tipos de associações existentes em meio à comunidade tâmil no Canadá. O primeiro tipo são os clubes e associações que preservam a cultura tâmil, como, por exemplo, *Academy of Tamil Arts and Technology* e *Chencholai Tamil Kids Club*. O segundo tipo são os grupos especializados em conceder apoio social aos tâmeis que vivem em Toronto, por exemplo, auxiliando na educação dos membros da diáspora, como faz a *Canadian Tamil Youth Development*. Existem ainda os grupos que primam por manter a diáspora informada a respeito dos acontecimentos e da situação política no Sri Lanka. Em quarto lugar, podem ser elencadas as organizações que buscam influenciar a política canadense em relação a assuntos ligados aos imigrantes tâmeis e à política externa do Canadá diante do Sri Lanka, como o *Canadian Tamil Congress*. Por último, existem as organizações diaspóricas que se dedicam a apoiar a reconstrução e reabilitação sócio-econômica das regiões norte e leste da ilha, como a *Tamil Eelam Economic Development Organization* e a *Tamil Refugee Organization*.

Além disso, vale mencionar que, como afirma Wayland (2004), algumas dessas organizações tâmeis no Canadá são coordenadas pelos Tigres de Libertação (LTTE), funcionando como organizações de fachada que representam os interesses do grupo insurgente. A *Federation of Associations of Canadian Tamils* (FACT) é a principal organização que coordena o *lobbying* político tâmil no país. Ela reúne cerca de 10 outras associações tâmeis e defende o separatismo, sendo liderada pelo grupo rebelde. O *World Tamil Movement* é também uma organização que está relacionada à insurgência tâmil,

tendo sido, inclusive, listada pelo governo canadense, em junho de 2008, como uma organização terrorista⁸². Sendo assim, o próprio grupo insurgente, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil, poderia ser entendido como parte dos membros centrais da diáspora, já que ele atua por meio de organizações e associações no sentido de mobilizar os membros passivos.

Tendo em vista as principais características da diáspora tâmil no Canadá, nota-se que a preservação da identidade e a manutenção do vínculo entre a comunidade e com a terra-natal se dão pela existência de organizações diaspóricas, pela realização de eventos e manifestações e pela propagação de idéias e informações, que permitem que a diáspora se articule e se mobilize em relação às questões que dizem respeito ao grupo. Dessa forma, é possível passar à discussão acerca do impacto das atividades da comunidade tâmil no Canadá, a fim de perceber como a diáspora realmente influencia o conflito no país de origem. A próxima seção, portanto, buscará discutir se, em alguma medida, as atividades da comunidade diaspórica no exterior favorecem o prolongamento do conflito no Sri Lanka.

4.2 A diáspora tâmil e o LTTE: prolongando o conflito no país de origem

Como já apontado no capítulo 3, as comunidades de diáspora atuam de forma ativa em relação às questões da terra-natal, sobretudo, em função de preservarem o vínculo e a identidade do grupo, considerando-se, portanto, envolvidos nos acontecimentos que tomam lugar no país de origem. Como demonstrado, os interesses da diáspora geralmente estão relacionados às condições da comunidade no Estado hospedeiro ou a assuntos que dizem respeito, diretamente, à terra-natal. Dessa forma, as motivações diaspóricas podem ser relativas a questões “*over-here*” ou “*over-there*” (SHAIN; BARTH, 2003). No primeiro caso, estão em jogo os interesses da comunidade de diáspora local (por exemplo, a comunidade tâmil no Canadá), levando em conta a relação do grupo com o país em que se encontram e considerando também os interesses das organizações que surgem em meio à diáspora. No segundo caso, trata-se de interesses que dizem respeito ao povo como um

⁸² Disponível em <<http://www.cbc.ca/canada/story/2008/06/16/day-tamil.html?ref=rss>> Acesso em 05 nov. 2008.

todo, incluindo aspectos relativos à preservação da identidade e, também, da terra-natal, salientando principalmente a segurança da região que possui valor simbólico.

A fim de examinar o impacto das atividades da diáspora no conflito no país de origem, é necessário considerar a natureza do conflito, como foi discutido na segunda seção do capítulo anterior. As hostilidades entre tâmeis e cingaleses, no Sri Lanka, são marcadas essencialmente por fatores domésticos e opõem o próprio governo do país e o grupo insurgente, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil. Tendo em vista o histórico do conflito, apresentado no segundo capítulo, nota-se que os quatro conjuntos de causas dos conflitos internos, elencados por Michael Brown (1996) podem ser identificados nas raízes da disputa que ocorre na ilha.

Em relação às causas estruturais (Estados fracos, problemas de segurança interna e geografia étnica), nota-se que o país possui uma geografia étnica particular (tâmeis no norte e nordeste e cingaleses no sul e centro-oeste), o que facilita a ocupação pelo grupo guerrilheiro das áreas ocupadas pelos tâmeis e a reivindicação desse território como sendo a Pátria Tâmil. Diante da ineficácia do governo em prover segurança e bem estar para a população, esse papel é muitas vezes exercido pelos rebeldes, nesse caso o LTTE. Em dadas regiões são eles que garantem a segurança da população e fornecem elementos básicos necessários à sobrevivência como alimentos e remédios.

O conjunto de causas políticas (instituições discriminatórias, ideologias nacionais exclusionárias e políticas elitistas) também pode ser identificado como uma das fontes dos problemas que geraram o conflito no Sri Lanka. Ao longo de sua história os tâmeis já foram afetados por políticas discriminatórias como o *Sihala Only*, que estabelecia o cingalês como a única língua oficial do país, ou as cotas nas universidades para estudantes tâmeis, limitando o acesso desse grupo ao ensino superior. Essas práticas somadas ao fato da população tâmil não se sentir devidamente representada resultaram no surgimento de um nacionalismo étnico que afetou tanto tâmeis quanto cingaleses (STOKKE, 2006).

Em relação às causas econômicas do conflito (problemas econômicos, modernização ou sistemas discriminatórios), é interessante notar que as contradições no processo de desenvolvimento do país criaram um cenário favorável para o surgimento do conflito. No período pós-independência, o Sri Lanka apresentava características econômicas bastante favoráveis, comparadas aos de países desenvolvidos, principalmente

no tocante à saúde e educação. Um sistema político pluralístico e competitivo, marcado por eleições regulares e voto universal, fazia do país naquele momento um ambiente democrático. O início do processo de desenvolvimento do país foi caracterizado pela expansão do estado de bem-estar social que possibilitava um livre acesso à saúde, educação, além de subsídios estatais para determinados produtos e serviços.

Entretanto, além das diferentes políticas comerciais implementadas pelo Partido Nacional Unido (políticas de livre comércio) e pelo Partido Liberdade do Sri Lanka (intervenção estatal na economia), o país teve que lidar com a demanda social e com a ausência de recursos para financiar o Estado de bem-estar. Fato é que as políticas de comércio restritivas, que vigoraram até 1977, foram responsáveis por gerar um longo período de estagnação econômica, tornando impossível sustentar o Estado de bem-estar social. A estagnação econômica e a decorrente exclusão social, aliadas aos fatores étnicos e políticos, culminaram na deflagração do conflito entre tâmeis e cingaleses, bem como na eclosão da insurgência cingalesa, liderada pelo JVP em 1971 (ABEYRATNE, 2004).

O conflito é motivado, também, por fatores culturais ou perceptuais expressos através de padrões culturais de discriminação e grupos historicamente problemáticos. As características culturais distintas, que incluem a língua e a religião, são cruciais para a identidade dos grupos, fazendo com que as discriminações suscitassem a hostilidade entre a população que vive no Sri Lanka. As perseguições sofridas pela minoria e os conseqüentes confrontos entre tâmeis e cingaleses cooperam para que se desenvolvesse nos dois grupos uma percepção problemática acerca do outro. A população tâmil, por exemplo, teme perder sua identidade em virtude das restrições em relação à utilização do idioma, da manutenção das práticas religiosas e do acesso à educação. Em contrapartida, os cingaleses se vêem rodeados pela cultura tâmil se levam em consideração a população do estado indiano de Tamil Nadu, enquanto os últimos representantes da etnia cingalesa são os habitantes da ilha (GANGULY, 1996). A violência que vem marcando o país há décadas acaba fazendo com que um grupo étnico seja considerado uma ameaça à sobrevivência cultural do outro.

Fica claro, dessa forma, que o conflito no Sri Lanka possui um caráter étnico e identitário, podendo ser caracterizado ainda como intratável, tal como foi discutido no capítulo anterior. O ponto relevante é que o fato do conflito assumir um contorno étnico, envolvendo a identidade dos grupos, se torna fundamental no que tange ao papel da

diáspora nessa questão. O que ocorre é que o conflito acaba sendo uma ameaça para a identidade de todo aquele grupo e também para a segurança da terra-natal, que possui um valor mítico, simbólico para o povo. Nesse sentido, a comunidade tâmil no Canadá é motivada por interesses *over-there*, que fazem com que os membros, direta ou indiretamente, se mobilizem politicamente em relação às hostilidades no país de origem (WAYLAND, 2004; FAIR, 2007).

Como afirma Terence Lyons (2004), as comunidades diaspóricas tendem a ser mais intransigentes em relação aos interesses do grupo por valorizarem a identidade e a terra-natal e, principalmente, por não se encontrarem mais na zona de conflito, estando a salvo da violência provocada pela continuação das hostilidades. A diáspora gerada pela guerra e sustentada pela memória do trauma sofrido no país de origem acaba se tornando menos favorável à resolução do conflito por reforçar a necessidade de preservar as características e o território do grupo, podendo assim contribuir para que o conflito se torne mais duradouro. Uma das principais formas de contribuição, nesse sentido, é o financiamento pela diáspora do grupo insurgente, como discutido no capítulo anterior.

Byman *et. al* (2001) deixam claro esse ponto quando abordam o papel da diáspora como um dos atores externos que apóiam movimentos insurgentes. Como demonstram, as diásporas são, geralmente, motivadas por afinidades étnicas, de modo que os grupos rebeldes se beneficiam dos interesses das comunidades diaspóricas nas questões da terra-natal. Muitas vezes os insurgentes são responsáveis por suscitar na diáspora um sentimento de culpa por estarem territorialmente longe da guerra, fazendo com que a comunidade local se mobilize para conceder apoio financeiro e político ao grupo étnico como um todo.

No que diz respeito à atuação dos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) junto à comunidade tâmil no Canadá, Katrin Radtke (2006) demonstra que o movimento insurgente alcança o financiamento de quatro maneiras distintas: doações, atividades empresariais, taxas e pagamento por proteção. Esse financiamento é proveniente de um forte vínculo com a comunidade de diáspora, podendo ocorrer de forma espontânea ou mesmo coercitiva. O processo de arrecadação de fundos para o grupo guerrilheiro faz parte do que é chamado de “economia moral da diáspora”, envolvendo um sistema de articulação que garante à comunidade a provisão de casas, empregos, roupas e suprimentos, principalmente no período imediatamente após a chegada dos tâmeis no Canadá. A

preocupação com os parentes que permanecem na zona de conflito e um sentimento de culpa por ter escapado enquanto os compatriotas permanecem lutando são fatores que impulsionam a participação dos membros da diáspora no financiamento dos grupos armados (RADTKE, 2006).

A primeira forma de levantamento de fundos para os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil são as doações. Elas são voluntárias e podem ser ofertadas em dinheiro ou outros gêneros como jóias, roupas, etc. Podem ser elencadas três estratégias principais de arrecadação de doações, sendo elas: a organização de festivais, a publicação de apelos na mídia⁸³ e a coleta porta a porta. No Canadá, a coleta porta a porta é organizada pela *Canadian Tamil Broadcasting Corporation*, que organiza também uma lista com os nomes dos doadores e as quantias ofertadas. O contato pessoal e a divulgação das doações possibilitam um maior comprometimento dos doadores e integração da comunidade. Esse sentimento de identidade, como discutido anteriormente, fica mais evidente durante os festivais, quando geralmente são promovidas atividades culturais como filmes sobre batalhas na terra-natal ou entrevistas com combatentes, além de danças, músicas e discursos políticos. Na diáspora tâmil esses festivais são organizados durante as datas comemorativas estabelecidas pelo LTTE em memória dos mártires e vítimas da guerra⁸⁴ (RADTKE, 2006).

Grupos armados, como o LTTE, também se beneficiam de atividades empresariais dirigidas por membros da diáspora. Em Toronto, por exemplo, existem centenas de pequenos negócios tâmeis e pelo menos dois guias (*Vanikan Business Directory* e *Tamils' Guide*) são distribuídos gratuitamente nas lojas tâmeis. Alguns ramos de atividades comerciais são conduzidos diretamente pelos Tigres de Libertação, como o comércio de ouro e jóias. O grupo também possui, no Canadá, mercearias e outros tipos de comércio⁸⁵, opera uma linha de ônibus que vai de Montreal a Toronto e conduz o seu próprio serviço de postagem. É comum, ainda, que o LTTE forneça recursos para empresários tâmeis que

⁸³ Radtke (2006) argumenta que a existência de uma mídia eficiente é fundamental para o sucesso das arrecadações. Ela é utilizada para legitimar a guerra e lembrar aos membros da diáspora o sofrimento vivenciado na região de conflito.

⁸⁴ Os principais festivais ocorrem em datas como o *Karuppu Joolai*, em julho, que relembra as revoltas contra os tâmeis em 1983; *Maaveerar Naal*, já mencionado na seção anterior; *Karum Puli Thinam*, quando é celebrado o primeiro atentado suicida comandado pelos Tigres, dentre outros.

⁸⁵ Nesses comércios são vendidos produtos como jornais, calendários, *souvenirs* e vídeos do LTTE. É possível comprar também um cartão telefônico conhecido como "Eelam Card" que permite que um membro da diáspora no Canadá se comunique com parentes nas áreas controladas pelo grupo guerrilheiro no Sri Lanka, através de um telefone via satélite (RADTKE, 2006).

necessitam começar ou recuperar um negócio. Posteriormente, quando o negócio começa a gerar lucros, os rendimentos são divididos entre o empresário e os Tigres (RADTKE, 2006). De acordo com Gunaratna (*apud* Radtke, 2006), a renda proveniente de atividades empresariais no Canadá, entre outubro de 1998 e outubro de 1999, correspondeu a aproximadamente U\$6,5 milhões.

Uma terceira forma de provisão de fundos é através de taxas ou impostos que constituem contribuições monetárias impostas e não relacionadas a nenhum tipo de serviço em troca. Diferente das doações, essas contribuições representam entradas financeiras mais regulares. O recolhimento das taxas é feito de porta em porta por coletores do LTTE que, geralmente, estão munidos de listas que contêm os nomes e endereços dos membros da diáspora. Os valores das contribuições são estipulados e após o pagamento é entregue um recibo com a assinatura de Vellupillai Prabhakaran, o líder do LTTE. No Canadá, as quantias exigidas giram em torno de 1.000 dólares canadenses por ano e podem chegar a 3.000 para empresários e comerciantes (GUNARATNA *apud* RADTKE, 2006).

Por fim, resta mencionar o pagamento por proteção (*protection money*), também utilizado pelo LTTE. Essa estratégia é utilizada quando as doações e taxas não são viáveis em razão de uma perda do vínculo entre o grupo armado e a comunidade de diáspora, do enfraquecimento da relação entre a diáspora e a terra-natal ou em função da incapacidade do grupo guerrilheiro de se estabelecer como o representante da causa. Esse tipo de pagamento não possui um caráter voluntário e inclui um tipo específico de serviço em troca: garantia de segurança, seja do membro da diáspora seja de parentes no país de origem. No caso da recusa em efetuar o pagamento, a pessoa pode ser vítima de ameaças contra a sua própria segurança e contra a segurança da família. Assim como as doações e taxas, essa forma de arrecadação de fundos ocorre de porta em porta, aumentando a insegurança dos membros da diáspora e os constringendo a colaborar com os Tigres (RADTKE, 2006). Como é possível notar, todas essas formas de financiamento são fruto da articulação do grupo insurgente no sentido de mobilizar a diáspora, envolvendo os têmeis que vivem no Canadá no conflito que ocorre no Sri Lanka, podendo ser vistos, de fato, como os membros centrais da diáspora⁸⁶.

⁸⁶ Esses mecanismos de levantamento de fundos pelo LTTE em meio à diáspora tâmil no Canadá são confirmados, segundo um relatório da Human Rights Watch (2006), por documentos confidenciais providos pelo Serviço de Inteligência canadense à organização humanitária.

Byman *et al.* (2001) apontam, ainda, uma outra forma de financiamento do grupo guerrilheiro que envolve a diáspora tâmil: o tráfico de pessoas⁸⁷. De acordo com a Inteligência de países como Canadá, Austrália e Reino Unido, o LTTE possui um importante papel no tráfico ilegal de emigrantes e refugiados, retirando-os do Sri Lanka e da Índia e levando-os para o Ocidente⁸⁸. Acredita-se que o grupo arrecade entre U\$18.000 e U\$32.000 em cada transação. Apesar da dificuldade de obter informações precisas a esse respeito, o Departamento de Investigação Criminal do Sri Lanka descobriu, em junho de 2000, uma operação que traficou cerca de 650 pessoas para a União Européia, por meio de vistos falsos.

Segundo Byman *et al.* (2001), supostamente, o LTTE utiliza em larga escala o território tailandês para facilitar a movimentação dos emigrantes pelas fronteiras nacionais, contando com funcionários especializados que atuam como intermediários em Bangkok. Um dos destinos mais desejados pelos emigrantes tâmeis é o Canadá. Afirma-se que eles viajam do Sri Lanka para Bangkok, munidos de passaportes falsos, onde aguardam por uma gama maior de documentações falsas (como cartões de residência, carteiras de motorista e passaportes). De posse desses documentos, as pessoas são traficadas e entram no Canadá pelos Estados Unidos, evitando as rotas diretas como os aeroportos de Toronto, Montreal e Vancouver (BYMAN *et al.*, 2001). Dessa forma fica evidente que o grupo insurgente não só mobiliza a diáspora tâmil como também favorece, por meio da imigração ilegal, a constituição dessas comunidades diaspóricas.

É importante mencionar que, na maioria das vezes, o levantamento de fundos não é feito diretamente pelo grupo guerrilheiro. O LTTE é taxado em muitos países como um grupo terrorista e busca legitimar sua luta perante a sociedade internacional. Sendo assim, grande parte das arrecadações é conduzida por associações tâmeis que, oficialmente, não

⁸⁷ O tráfico de drogas, principalmente heroína, também é cogitado como uma forma de obtenção de recursos monetários. O LTTE possui uma posição vantajosa no que diz respeito ao tráfico de drogas devido à eficiente rede internacional desenvolvida com o objetivo de contrabandear armas. As rotas por onde circulam armas e munições se localizam próximas a grandes produtores de drogas como Burma, Camboja, Tailândia, Afeganistão, dentre outros países (CHALK, 1999).

⁸⁸ Vale mencionar que o aspecto geográfico do Sri Lanka contribui para a atuação do LTTE no processo de emigração. Como afirma John La (2004), por ser uma ilha, o país sofre diversas limitações no que tange à disponibilidade de pontos de saída do território. O que ocorre é que a população tâmil que deseja ir para o exterior se vê obrigada a utilizar as rotas de saída nas regiões norte e nordeste, altamente controladas pelos Tigres. Para deixar o país, portanto, os tâmeis dependem da permissão do grupo armado que, muitas vezes, exige algum tipo de benefício em troca como, por exemplo, a utilização pelo LTTE das propriedades pertencentes aos migrantes.

possuem vínculo com o grupo⁸⁹. Essas organizações, segundo Byman *et al.* (2001), pelo menos aparentemente, recolhem fundos para trabalhos humanitários e reconstruções de regiões destruídas pela guerra no Sri Lanka. Os fundos arrecadados ao redor do globo e as organizações que cooperam para a captação de recursos são coordenados pela Secretaria Internacional do LTTE. Esse órgão é dirigido por Velummylum Manoharan e é responsável por administrar todo o apoio externo que é recebido, garantindo que os recursos chegarão e serão utilizados nas ações guerrilheiras no Sri Lanka (BYMAN *et al.*, 2001).

Alguns aspectos são responsáveis por influenciar a arrecadação de fundos provenientes da diáspora. A existência de mais de um grupo rebelde ou a fragmentação dos grupos armados pode prejudicar o levantamento das contribuições financeiras, tendo em vista que a comunidade de diáspora pode ficar confusa ou indecisa no momento de contribuir. Na década de 1980, pelo menos três grupos guerrilheiros tâmeis atuavam em Toronto: Organização de Libertação da Pátria Tâmil (TELO), Organização de Libertação Popular da Pátria Tâmil (PLOTE) e Organização de Estudantes Revolucionários do Eelam (EROS). O fato de o LTTE ter incorporado ou derrotado esses grupos posteriormente contribui para aumentar a eficácia da mobilização da diáspora, já que o grupo passou a ser visto como o único representante da causa tâmil, sendo capaz de canalizar toda a arrecadação de fundos. A dinâmica da guerra (derrotas e vitórias) também pode influenciar o financiamento dos grupos armados⁹⁰. A perda ou ocupação de territórios, ataques e episódios relevantes podem ser usados como pretextos para a organização de festivais e campanhas de arrecadação. Negociações de paz ou a vitória de um grupo guerrilheiro e a conseqüente transformação dele em um partido político também podem afetar a relação entre a diáspora e o grupo rebelde no tocante ao financiamento (RADTKE, 2006; BYMAN *et al.*, 2001).

O governo do Sri Lanka estima que as contribuições financeiras provenientes da diáspora tâmil gerem ao LTTE uma soma de, aproximadamente, U\$80 milhões por ano. Por

⁸⁹ Por muitos anos a *World Tamil Movement* foi a maior organização tâmil no Canadá. Até a década de 1990 ela apoiava abertamente o LTTE até que, em 1995, o líder da organização foi acusado de ser um membro do grupo e arrecadar recursos para os Tigres. A partir de então, as operações do LTTE, no Canadá, se tornaram cada vez mais secretas (WAYLAND, 2004).

⁹⁰ Um exemplo interessante foi a conquista pelo LTTE da região conhecida como *Elephant Pass*, uma faixa de terra que liga a Península de Jaffna ao restante da ilha do Sri Lanka, ocorrida em abril de 2000. De acordo com informações oficiais dos governos canadense e cingalês, após a conquista do território foi constatado um grande volume de contribuições não só em dinheiro, mas também em jóias (BYMAN *et al.*, 2001).

outro lado, representantes da Federação das Associações de Tâmeis Canadenses (FACT) argumentam que a população tâmil no Canadá não seria economicamente capaz de doar quantias que perfazem esse valor⁹¹. Afirmando, também, que o dinheiro enviado ao Sri Lanka pelas comunidades de diáspora vai para familiares e organizações humanitárias. De qualquer forma, identificar com exatidão quais são as remessas financeiras enviadas para o LTTE seria bastante complexo⁹². Em primeiro lugar, como afirma Wayland (2004), mesmo que membros da diáspora enviassem quantias para familiares, os Tigres poderiam se apossar de parcelas deste valor⁹³. Em segundo lugar, grande parte dos projetos humanitários na ilha é conduzida pela Organização de Reabilitação Tâmil (TRO), que possui um forte vínculo com os Tigres de Libertação. Isso não significa que o dinheiro não seja gasto com ações humanitárias, mas indica que ele, possivelmente, é administrado de acordo com os interesses do grupo.

As diversas formas expostas de levantamento de fundos para o grupo guerrilheiro revelam a significativa contribuição das comunidades de diáspora para que as hostilidades encabeçadas pelo grupo rebelde perdurem. Diante disso, é possível que se questione o papel dos governos hospedeiros, colocando em xeque a razão pela qual eles não atuam de modo a impedir o apoio da diáspora ao movimento de insurgência na terra-natal. Em primeiro lugar, é difícil para os países hospedeiros discernirem imigrantes obedientes à lei de ativistas pró LTTE. Para fazer essa diferenciação seria necessário investir no monitoramento das comunidades imigradas, algo que requer gasto, além de ir contra as políticas democráticas da maioria dos países do Ocidente.

⁹¹ Segundo John La (2004), antes de ser considerada uma organização terrorista, após os atentados de 2001, a FACT arrecadava no Canadá entre 12 e 22 milhões de dólares, anualmente, para o LTTE.

⁹² A dificuldade em monitorar as remessas se deve à forma como elas são enviadas. Utilizam-se, em larga medida, sistemas informais de transferências monetárias. Nessas transações, o dinheiro é entregue a um agente informal que calcula o valor na moeda local e em rúpias cingalesas e a taxa que será cobrada pelo serviço de transferência. No mesmo dia ou em um prazo máximo de 3 dias, o dinheiro é entregue ao destinatário no Sri Lanka. Não é necessário nem mesmo que ele possua uma conta bancária, pois a remessa é entregue por um representante do agente na casa do destinatário. Nesse caso, o dinheiro não cruza as fronteiras de fato, ele é transferido por meio de trocas de mercadorias, manipulações de faturas, contrabando e etc., sem passar pelo sistema bancário convencional. Essas transferências informais são adotadas pela diáspora tâmil pela facilidade (já que não exigem o preenchimento de uma série de formulários), pelos baixos custos e por existir uma quantidade limitada de bancos nas províncias que compõem o Eelam (CHERAN; AIKEN, 2005).

⁹³ Segundo Radtke (2006), acredita-se que o LTTE possui listas contendo o nome dos tâmeis que vivem fora do país, seus recebimentos no país onde se encontram e, através de ligações com bancos locais, a quantia financeira que enviam de volta ao Sri Lanka. Quando o dinheiro chega aos parentes, um representante do grupo visita essas pessoas e solicita uma parte do valor.

Outro fator importante diz respeito à influência política que o LTTE exerce sob as comunidades de diáspora, sendo capaz de conduzir os votos tãmeis em favor de determinados políticos. Muitos candidatos no Canadá, por exemplo, acreditam que o voto das comunidades tãmeis pode ajudá-los a garantir a vitória eleitoral⁹⁴. Percebe-se, então, que alguns governos são condescendentes com o apoio que a diáspora fornece ao movimento tâmil por uma questão de inércia. Se eles não tomam nenhum tipo de postura, tacitamente estão permitindo que o LTTE se organize e arrecade fundos entre a diáspora. Por outro lado, a oposição ao movimento de insurgência demandaria um aumento de gastos que, aparentemente, não traria benefícios diretos (BYMAN *et al.*, 2001).

É importante mencionar que, na maioria das vezes, a contribuição da diáspora para o LTTE ocorre de modo coercitivo, ou pelo menos se dá em virtude do medo de sofrer algum tipo de retaliação por parte do grupo. Entretanto, algumas vezes as contribuições são realmente voluntárias, fruto do desejo de que os Tigres continuem lutando pela liberdade da Pátria Tâmil. Alguns membros da diáspora de fato reconhecem os rebeldes como os verdadeiros representantes da causa e, por já terem sido vítimas da violência do governo cingalês, apóiam a continuação da insurgência na terra-natal (LA, 2004).

Por outro lado, a contribuição que os Tigres de Libertação alcançam em meio à diáspora, geralmente, é fruto da intimidação, de ameaças e da violência por parte dos rebeldes. Essas práticas podem ser utilizadas para obter financiamento junto aos membros da diáspora, mas também para garantir que as idéias e informações que circulam em meio à comunidade tâmil no Canadá favoreçam os interesses do grupo. Segundo a Human Rights Watch (2006), jornalistas tãmeis independentes, que divulgavam informações sobre o conflito a partir de uma perspectiva mais crítica sobre o LTTE, já foram vítimas de ameaças e violência que os levou a interromper a publicação dos jornais⁹⁵. Ativistas tãmeis responsáveis por encabeçar campanhas contra os abusos do grupo ou que se arvoram a

⁹⁴ Em Toronto, por exemplo, a comunidade tâmil equivale a 6.000 votos (CHERAN, 2003).

⁹⁵ Um exemplo é o caso do jornalista DBS Jeyaraj, que publicava semanalmente o *Muncharie*, um jornal que trazia informações sobre o conflito na ilha, não omitindo as derrotas sofridas pelos rebeldes, enquanto os demais jornais que circulavam em meio à diáspora mantinham uma abordagem pró-LTTE. No início da década de 1990, como uma resposta à postura de Jeyaraj, o jornalista começou a sofrer sistemáticas ameaças por telefone, chegando a receber até 37 ligações por dia. Mesmo com as ameaças, ele não deixou de publicar o jornal até que, em fevereiro de 1993, num acontecimento amplamente conhecido pela diáspora tâmil no Canadá, Jeyaraj foi agredido por quatro homens num estacionamento de Toronto. O jornalista, que teve as duas pernas quebradas no incidente, fez uma denúncia à polícia fornecendo, inclusive, informações sobre a identidade dos agressores, embora ninguém tenha sido preso pelo crime (HUMAN RIGHTS WATCH, 2006).

organizar eventos independentes também são alvo de ameaças e intimidação por parte do movimento insurgente⁹⁶. Alega-se, até mesmo, que os Tigres de Libertação utilizam os templos hindus no Canadá como um canal de acesso à comunidade tâmil e ao levantamento de fundos, tomando o controle da administração, dos eventos e da renda desses locais. Isso ocorre já que esses templos não são apenas um lugar de culto, mas também são um espaço de atividades sociais e comunitárias, criando um ambiente propício, sobretudo, para a prática da caridade (HUMAN RIGHTS WATCH, 2006).

Seja como for, é possível notar que as práticas do LTTE, no Canadá ou mesmo no Sri Lanka, acabam por gerar na diáspora uma cultura do medo, responsável por fazer com que os membros cooperem com o grupo sem protestar. Mesmo que a possibilidade de violência seja pequena, por estarem longe da zona de conflito, os conhecidos incidentes envolvendo aqueles que se opuseram ao grupo acabam garantindo que os interesses dos Tigres sejam alcançados (HUMAN RIGHTS WATCH, 2006). De todo modo, de forma voluntária ou involuntária, a diáspora tâmil no Canadá contribui para que os rebeldes conquistem os recursos necessários para dar continuidade à luta no Sri Lanka, além de possibilitarem que idéias e informações sejam propagadas no exterior no sentido de favorecer os interesses e a imagem do LTTE.

Os Tigres de Libertação possuem uma ampla infra-estrutura para conquistar e manter o apoio político e diplomático dentro dos países hospedeiros. O grupo conta com uma secretaria internacional, que funciona como uma organização semi-diplomática, através da qual encabeça atividades em âmbito global. A secretaria é composta por diversos grupos de pressão, equipes da mídia, organizações não-governamentais dedicadas à assistência e caridade, dentre outros. Embora as atividades da secretaria ocorram em mais de 54 países, os esforços são direcionados prioritariamente aos Estados do Ocidente que abrigam expressivas comunidades de diáspora, como é o caso do Canadá (FAIR, 2005).

⁹⁶ Em outubro de 2005, Namu Ponnambalan, um líder da comunidade de diáspora, foi preso pela polícia de Toronto, acusado de agredir fisicamente um outro tâmil. Ele foi interrogado e liberado pouco tempo depois, quando ficou claro que a acusação era infundada. A questão é que uma semana antes Ponnambalam havia auxiliado na organização de um evento que levou ao Canadá o líder do Fronte Unido de Libertação Tâmil (TULF), um partido no Sri Lanka que se opõe às práticas violentas do LTTE. Além disso, após o episódio, detalhes da prisão de Ponnambalan e da suposta agressão foram divulgados por um jornal tâmil de Toronto, pró-LTTE, evidenciando que toda a situação parece ter sido criada para intimidar o líder comunitário e prejudicar sua imagem e reputação (HUMAN RIGHTS WATCH, 2006).

O maior objetivo da secretaria internacional do LTTE é aumentar o apoio político concedido aos rebeldes e, para tanto, o grupo sustenta em sua “propaganda” internacional uma mensagem baseada em três idéias centrais. A primeira delas indica que os tâmeis são vítimas inocentes da repressão militar do governo cingalês e da discriminação anti-tâmil que caracteriza o país. Em segundo lugar, os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil são considerados a única voz legítima da população tâmil e o único ator capaz de representar, defender e promover os interesses tâmeis no Sri Lanka. Por último, a mensagem propagada pelo grupo afirma sempre que a paz é inviável até que os tâmeis alcancem a independência da Pátria Tâmil sob a liderança dos Tigres (CHALK, 2000)⁹⁷.

Em sua campanha internacional, os Tigres possuem como lema a paz, divulgando em *sites* da Internet, em panfletos, vídeos e calendários os resultados dos ataques militares cingaleses nas regiões controladas pelo grupo. Eles contam com uma sofisticada infraestrutura para manter as “missões diplomáticas” informadas sobre os acontecimentos nas regiões de combate, enviando diariamente relatórios, fotos e se comunicando através de telefones via satélite, por exemplo. É assim, por meio da divulgação da violência do conflito, que o LTTE consegue o apoio de diversas organizações não-governamentais internacionais⁹⁸, sendo esse apoio fundamental para o grupo, pois, de certa forma, internacionaliza e legitima a causa tâmil e a busca pela independência do Tamil Eelam (CHALK, 2000).

Sendo assim, o público-alvo da mensagem propagada pelo LTTE se divide em dois: (i) a diáspora tâmil e (ii) governos hospedeiros e organizações internacionais. No primeiro caso, os rebeldes se articulam de modo a influenciar a diáspora e conquistar seu apoio, que pode ser transformado em suporte financeiro. No segundo caso, o objetivo é fazer com que os governos e as organizações internacionais se engajem na defesa dos direitos tâmeis e intervenham no conflito a favor dos Tigres e contra o governo cingalês. Durante as décadas de 1980 e 1990, a propaganda do grupo se mostrou bem-sucedida, fazendo com que governos e OI's se mostrem solidários em relação aos direitos tâmeis, criticando o governo cingalês por supostos abusos contra os direitos humanos da população minoritária.

⁹⁷ Para maiores informações, ver <<http://www.lttepeacesecretariat.org>> Acesso em 01 dez. 2008.

⁹⁸ Exemplos dessas organizações não governamentais são: *Canadian Relief Organization for Peace in Sri Lanka*, *International Educational Development Inc*, *International Federation of Journalists*, *World Council of Churches*, dentre outras (CHALK 2000).

Entretanto, após os atentados terroristas em setembro de 2001, o LTTE passou a enfrentar maiores desafios para sustentar sua imagem e alcançar apoio político internacional (FAIR, 2005).

De todo modo, naquilo que é relevante para esse trabalho, fica claro que a atuação do movimento de insurgência junto à diáspora constitui um importante fator a favorecer o prolongamento do conflito na terra-natal. Seja de forma voluntária ou coercitiva, os membros da diáspora são capazes de contribuir financeiramente para a luta do LTTE, propiciando que seja viável a manutenção da insurgência contra o governo. Além disso, as idéias divulgadas pelos Tigres, em meio à diáspora, afloram a identidade tâmil, fazendo com que a população que vive no Canadá se mobilize e se manifeste na defesa dos direitos tâmeis e na busca pela independência da Pátria Tâmil, sustentando os motivos pelos quais as hostilidades acontecem no Sri Lanka.

4.3 A diáspora tâmil e a resolução do conflito

Como visto na seção anterior, a diáspora, direta ou indiretamente, pode contribuir para que o conflito na terra-natal continue ocorrendo, embora, como discutido na terceira seção do capítulo três, o papel dessas comunidades na resolução do conflito não possa ser negligenciado. Essa seção, portanto, pretende demonstrar de que forma a comunidade tâmil no Canadá favorece o fim das hostilidades no Sri Lanka, revelando como esse ator pode desempenhar um papel positivo em relação ao conflito. Como explicado no capítulo anterior, as comunidades de diáspora têm condições de se tornarem atores fundamentais para a resolução do conflito e também para a fase pós-conflito, permeando, em ambos os casos, as esferas política, econômica e sócio-cultural.

A atuação da diáspora tâmil na resolução do conflito no Sri Lanka é analisada, essencialmente, por Christine Fair (2005 e 2007) que destaca a relevância da comunidade diaspórica para o acordo de cessar-fogo, em 2002, entre o governo cingalês e os Tigres de Libertação. Segundo a autora, esse papel da diáspora só se tornou possível devido a uma mudança no ambiente internacional, após os atentados terroristas de 2001, que favoreceu a

população tâmil fora do Sri Lanka a encorajar os líderes do LTTE a abandonarem a luta armada e buscarem alternativas diplomáticas para solucionar o impasse tâmil. Por mais que o LTTE já fosse considerado por diversos países como um grupo terrorista, mesmo antes de 2001, só depois do atentado às Torres Gêmeas é que as políticas contra o terror se tornaram mais acirradas. Essa mudança na postura dos governos em relação aos grupos terroristas permitiu que a diáspora tâmil começasse, por exemplo, a se negar a pagar as taxas impostas pelos rebeldes e a cooperar financeiramente com a insurgência, fortalecendo a capacidade da comunidade de pressionar para uma negociação pacífica do conflito. Acredita-se que a postura mais contundente do governo canadense desde setembro de 2001⁹⁹ possibilitou que a diáspora tâmil combinasse a diminuição do apoio financeiro aos rebeldes à pressão por uma resolução política não violenta do conflito (FAIR, 2007).

Essa influência parece ser de fato significativa, tendo em vista que os Tigres de Libertação se encontravam, em meados de 2001, numa posição militar vantajosa, o que impede que o acordo de cessar-fogo seja visto como uma alternativa decorrente de um período de exaustão. Em julho desse ano, os rebeldes encabeçaram um atentado ao único aeroporto internacional da ilha e a uma base militar, em Colombo¹⁰⁰, deixando o país isolado, devido ao cancelamento dos vôos, e trazendo o conflito para a realidade de muitos cingaleses que viam a insurgência como um problema confinado à região norte. A vitória militar proporcionada por esse atentado, que inclusive danificou oito aviões militares e cinco aeronaves civis, foi traduzida em uma posição de superioridade estratégica para o LTTE no período anterior ao 11 de setembro (FAIR, 2005).

Diante disso, excluindo a possibilidade de que o cessar-fogo tenha se dado pela exaustão do grupo rebelde, ou pela certeza de derrota, Fair (2005) argumenta que a declaração unilateral pelo LTTE de um cessar-fogo se deve a três fatores. O primeiro deles está relacionado às eleições de 2001, que trouxeram uma mudança governamental significativa, colocando o UNP – Partido Nacional Unido – no poder após sete anos de oposição. O UNP assumiu o governo com uma plataforma de conciliação com os Tigres,

⁹⁹ No *site* < <http://www.spur.asn.au/canada.htm> > é possível encontrar uma lista de notícias e publicações que relatam as investigações conduzidas pela Inteligência canadense sobre os Tigres e as prisões de membros do grupo realizadas pela polícia do país, alertando os tâmeis no Canadá a denunciarem suspeitos, através do e-mail e telefone do Serviço Especial de Investigação da Polícia de Toronto, e a não comparecerem aos eventos “culturais” realizados pelas organizações de fachada que representam o LTTE. Acesso em 05 dez. 2008.

¹⁰⁰ < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010724_srilanka.shtml > Acesso em 05 dez. 2008.

fazendo com que a população tâmil, dentro e fora do Sri Lanka, percebesse o momento como uma oportunidade para uma resolução pacífica. Em segundo lugar, o ataque ao aeroporto de Colombo permitiu que o LTTE entrasse nas negociações em uma posição de vantagem e força militar. Por último, considerando a conjuntura internacional, a diáspora tâmil se encontrava no momento propício para encorajar os rebeldes a abandonarem a violência.

Logo após o cessar-fogo unilateral, o governo cingalês também se dispôs a negociar de modo que, em 22 de fevereiro de 2002, o LTTE e o governo do Sri Lanka assinaram um acordo formal que interrompia as hostilidades. Mediado pela Noruega, o acordo firmava o compromisso das partes em cessar a violência, retirar as forças combatentes de templos religiosos, escolas e outros locais públicos, permitir a livre circulação de bens e pessoas entre o norte e o restante da ilha, dentre outras questões¹⁰¹. O acordo foi de importância fundamental para os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil, pois o grupo passou a ser reconhecido no Sri Lanka como um grupo com o qual o governo negociava, amenizando a imagem dos Tigres, considerados anteriormente como terroristas, e fazendo com que a organização recuperasse a credibilidade (FAIR, 2005).

Além disso, o LTTE se tornou co-participante de fóruns multilaterais para discutir os rumos do país, embora possuísse um grau variado de igualdade e participação. Contudo, as constantes reivindicações do grupo por mais igualdade entre tâmeis e cingaleses trouxe de volta a concepção de que os Tigres de Libertação eram realmente um movimento de insurgência¹⁰². Vale destacar, também, que na fase inicial do cessar-fogo os rebeldes não foram impedidos de continuarem se armando e recrutando combatentes, além de terem sido interrompidos todos os esforços do governo para conter os avanços do grupo. Isso viabilizou que o LTTE ganhasse espaço, por exemplo, estabelecendo células da organização onde antes teriam dificuldade de fazê-lo, como na capital Colombo (FAIR, 2005).

A despeito do acordo, em 2002, as hostilidades entre tâmeis e cingaleses foram retomadas no ano seguinte, mas acredita-se que a diáspora desempenhou um papel

¹⁰¹ O texto do acordo pode ser acessado em <<http://www.tamilnation.org/conflictresolution/>> Acesso em 07 dez. 2008.

¹⁰² Para mais sobre o processo de paz e as negociações no Sri Lanka, ver FERDINANDS, T.; RUPESINGHE, K.; SARAVANAMUTTU, P.; UYANGODA, J.; ROPERS, N. **Sri Lankan peace process at a crossroads: lessons, opportunities and ideas for principled negotiation and conflict transformation**. Colombo, 2004.

substancial no sentido de pressionar o LTTE a entrar em negociação com o governo do Sri Lanka¹⁰³. A mudança na visão da diáspora sobre o conflito foi relevante, pois a população tâmil vivendo fora da ilha, principalmente após os atentados terroristas de 2001, passou a demonstrar o desejo de que a luta tâmil fosse vista como uma oposição ao desrespeito do governo cingalês pelos direitos tâmeis e não como um movimento terrorista¹⁰⁴. Ademais, as políticas mais rígidas dos países desenvolvidos, Canadá por exemplo, contra o terror fortaleceram a diáspora, tornando-a capaz de não ceder facilmente à extorsão conduzida pelos Tigres¹⁰⁵. Isso permitiu que a comunidade diaspórica afetasse o levantamento de fundos do LTTE, manifestando sua preferência por uma resolução pacífica do conflito¹⁰⁶ (FAIR, 2005).

Nesse ponto, é válido retomar a discussão de Shain e Barth (2003) sobre as motivações da diáspora. Na seção anterior ficou claro que, muitas vezes, a atuação da diáspora no prolongamento das hostilidades está relacionada aos interesses *over-there*, que envolvem a preservação da identidade do povo e da segurança da terra-natal. No caso do papel da diáspora no favorecimento da resolução do conflito é possível considerar as motivações *over-here*, que levam em conta interesses de uma comunidade em particular e das organizações formadas pela diáspora.

¹⁰³ Pelo fato de o LTTE depender, em grande medida, do apoio político, econômico e sócio-cultural da diáspora, a visão que a comunidade diaspórica possui em relação ao conflito precisa ser levada em conta pela liderança do movimento rebelde. Dessa forma, acredita-se que a posição da diáspora tâmil foi fundamental para que Prabhakaran, o líder do LTTE, adotasse uma alternativa diplomática junto ao governo do Sri Lanka. Ademais, na primeira rodada de conversações entre os Tigres e o governo cingalês dois membros da diáspora tâmil, Jay Maheswaran e V. Rudrakumaran, foram incluídos para negociar questões de reabilitação e desenvolvimento (FAIR, 2007).

¹⁰⁴ Anualmente, as comunidades diaspóricas tâmeis realizam uma semana inteira, um dia em cada país, de manifestações pacíficas conhecidas como *Pongku Thamil*, que buscam valorizar a cultura e identidade tâmil e defender, de maneira pacífica, a autodeterminação do povo. Essas manifestações tiveram início em 2002 e demonstram o interesse da diáspora tâmil em realizar um ato comum de mobilização política pacífica em defesa da causa tâmil. Disponível em < <http://www.tamilguardian.com/tg375/p5.pdf> > Acesso em 07 dez. 2008.

¹⁰⁵ Com o Ato Anti-terrorismo, aprovado pelo Parlamento canadense em dezembro de 2001, o apoio, financiamento ou envolvimento em atividades ligadas às organizações consideradas terroristas se tornou oficialmente um crime que pode levar a no mínimo dez anos de prisão. Disponível em <<http://www.justice.gc.ca/eng/antiter/index.html>> Acesso em 07 dez. 2008.

¹⁰⁶ De acordo com Kathleen Newland (2004), estima-se que a diáspora tâmil espalhada pelo mundo contribui com cerca de U\$ 40 milhões, anualmente, para o LTTE. Segundo um relatório do Jane's Intelligence Review (2008), a renda total anual do grupo gira em torno de U\$200 a U\$300 milhões, evidenciando o quanto a contribuição da diáspora é relevante para o financiamento do grupo insurgente. Disponível em <<http://lrrp2.wordpress.com/2008/08/12/jane-s-spells-out-ltte-s-annual-income/>> Acesso em 09 dez. 2008.

Como é possível notar, após os atentados de 2001 nos Estados Unidos, a diáspora tâmil passa a pressionar para que o conflito seja resolvido de maneira pacífica a fim de, dentre outros motivos, se ver livre das acusações de fazerem parte de um movimento terrorista. A associação ao terrorismo prejudica a vida da comunidade tâmil no Canadá, fazendo com que qualquer indivíduo tâmil possa ser confundido com um membro do LTTE, colocando em risco a segurança da comunidade¹⁰⁷.

Além disso, as organizações tâmeis no Canadá, criadas e sustentadas pela diáspora, também podem ser associadas ao terrorismo, como é recorrente, sofrendo limitações em sua atuação e tendo sua imagem e credibilidade prejudicadas. Por isso, fica claro que a tentativa da diáspora de promover uma resolução pacífica para o conflito pode estar associada aos interesses da comunidade tâmil no Canadá, particularmente, garantindo boas condições de vida para os membros, permitindo inclusive que a diáspora prossiga mantendo o vínculo com a terra-natal e a identidade do grupo, sem sofrer nenhum tipo de ameaça no Estado hospedeiro.

Além do bem-estar dos membros da diáspora, individualmente, as motivações *over- here*, como já mencionado, envolvem também os interesses das organizações diaspóricas. Essas organizações surgem para lidar com questões relacionadas à terra-natal, ao conflito que lá ocorre e aos assuntos que dizem respeito à comunidade de diáspora no país hospedeiro, fazendo com que a dinâmica do conflito interfira diretamente nas atividades e na “razão de ser” desses grupos (ZUNZER, 2004).

Independente da característica da organização, as associações tâmeis no Canadá desejam agir livremente, desenvolvendo suas atividades, auxiliando a população tâmil, na diáspora ou no Sri Lanka, e defendendo os direitos do povo. É evidente que qualquer associação com o terrorismo pode prejudicar imensamente a credibilidade e capacidade dessas organizações de desempenharem seu papel, levando esses grupos, principalmente após os atentados de 2001, a pressionarem para que a paz seja alcançada na ilha. Essa mudança no ambiente internacional, relacionada ao combate ao terrorismo, pode ser vista

¹⁰⁷ Após os atentados terroristas o Canadá aprovou, também, o novo Ato de Imigração e Proteção aos Refugiados, que estabelece uma lei mais rigorosa para imigrantes acusados de pertencer a grupos terroristas, aumentando as detenções e possibilidades de deportação. Disponível em < <http://laws.justice.gc.ca/en/I-2.5/>> Acesso em 07 dez. 2008. Ver, ainda, AIKEN, Sherryn. Manufacturing terrorists: refugees, national security and canadian law. **Refuge**, n.3, v.19, 2001.

como um impulso positivo que direcionou a diáspora tâmil a contribuir de maneira significativa para que o conflito no Sri Lanka seja resolvido¹⁰⁸.

Contudo, mesmo considerando a participação da diáspora no cessar-fogo de 2002, percebe-se que não se trata ainda de uma atuação no sentido de promover a resolução do conflito. Conforme discutido no capítulo anterior, Wallensteen (2002) indica que o processo de resolução implica em lidar com as incompatibilidades entre as partes, atingindo as causas que geraram o conflito. Segundo a análise de Fair (2005 e 2007), o ambiente internacional após os atentados terroristas de 2001 possibilitou que a diáspora se tornasse mais inflexível frente ao LTTE, contribuindo para que os recursos financeiros e apoio político se tornassem limitados, levando o grupo rebelde a se comprometer com o acordo de cessar-fogo.

A questão é que o papel da diáspora nesse caso, embora tenha contribuído para o fim, mesmo que efêmero, das hostilidades, não atingiu as causas do conflito e, portanto, não possibilitou que as incompatibilidades entre as partes fossem de fato alcançadas. Retomando os mecanismos de resolução de conflitos apontados por Wallensteen (2002), fica claro que a diáspora poderia cooperar para que as causas do conflito fossem resolvidas se atuasse de modo a reduzir a importância do território considerado como a terra-natal, pressionar para que haja uma autonomia territorial ou federalismo, contribuir para uma alteração da identidade do povo, pressionar para que o conflito receba atenção e intervenção internacional, dentre outras possibilidades.

Fato é que a contribuição da diáspora tâmil para o acordo entre os rebeldes e o governo cingalês, em 2002, reflete muito mais a visão de Alexis Heraclides (1997) sobre o fim dos conflitos do que a perspectiva de Wallensteen (2002) sobre a resolução da questão. Heraclides analisa o momento em que os conflitos separatistas chegam ao fim e aponta 12 circunstâncias nas quais isso pode ocorrer, conforme visto anteriormente. Considerando a atuação da diáspora tâmil após 2001, percebe-se uma combinação das situações (5) e (7)¹⁰⁹,

¹⁰⁸ Alguns autores argumentam que mesmo antes de 11 de setembro de 2001 a diáspora tâmil já começava a apresentar uma visão diferenciada sobre o conflito e, sobretudo, sobre o LTTE, se tornando menos propensa a cooperar com o grupo. O recrutamento forçado de crianças e a tática de atentados suicidas, por exemplo, são práticas dos rebeldes que levam os membros da diáspora a questionarem as operações dos Tigres de Libertação. De toda forma, o acirramento das políticas anti-terror, sem dúvida, contribuiu para que os tâmeis no Canadá comessem a questionar, ainda mais, o apoio à insurgência (FAIR, 2005).

¹⁰⁹ A situação (5) indica que os conflitos separatistas podem chegar ao fim quando ocorrem mudanças na liderança, no regime político do país, na ideologia do grupo ou quando ocorre uma alteração no ambiente

já que foi sentida uma mudança tanto interna (com a vitória do Partido Unido Nacional – UNP) quanto externa, fruto do acirramento da luta contra o terrorismo que, inclusive, comprometeu o apoio político e financeiro proveniente da diáspora.

Uma participação mais significativa da comunidade tâmil no Canadá no sentido de resolver as causas do conflito que ocorre no Sri Lanka, e realmente cooperar para a resolução do impasse, estaria relacionada ao que é chamado muitas vezes de *peace-building* ou transformação de conflitos. Como já apresentado no capítulo anterior, embora esses sejam termos distintos, eles buscam considerar como as incompatibilidades entre as partes oponentes podem ser ajustadas, buscando atingir as causas do conflito e, dessa forma, podendo ser considerados como etapas do processo de resolução (MIALL, RAMSBOTHAM, WOODHOUSE, 2005). Vale questionar, então, como a diáspora tâmil no Canadá tem atuado na construção da paz, ou transformação do conflito, na terra-natal.

Wolfram Zunzer (2004) discute a participação das comunidades de diáspora na transformação de conflitos civis e aponta para possíveis iniciativas da diáspora tâmil capazes de promover a pacificação do Sri Lanka. Segundo o autor, por mais que as remessas financeiras, por exemplo, sejam vistas geralmente como um fator de agravamento do conflito, esses recursos são enviados, via de regra, numa base familiar ou por meio de organizações não-políticas, podendo favorecer as zonas afetadas pela guerra. A *Tamil Refugee Organization* e as demais organizações a ela relacionadas coletam dinheiro em meio à diáspora no Canadá, mas, segundo o autor, não fazem isso de maneira ilegal ou coercitiva. E os recursos arrecadados são destinados a atividades de assistência social e econômica nas regiões norte e leste do Sri Lanka, buscando incentivar o desenvolvimento e reconstrução dessas áreas, a fim de beneficiar a população que vive nesses locais e resolver uma das causas do conflito. Por mais que seja levantada a hipótese de que os recursos arrecadados pela TRO sejam utilizados pelo LTTE¹¹⁰, Zunzer (2004) acredita que a maior parte do montante de fato é administrada em prol do desenvolvimento e da consolidação de estruturas institucionais políticas, econômicas e sociais na Pátria Tâmil.

internacional. A situação 7 é aquela em que uma das partes perde ou está em vistas de perder um apoio externo militar ou político, que seja crucial para a continuação da luta (HERACLIDES, 1997).

¹¹⁰ Ver COLLIER, P. **Economic causes of civil conflict and their implications for policy**. Washington: World Bank, 2000 e GUNARATNA, R. **Feeding the Tamil Tigers**, in: Ballentine, K.; Sherman, J. *The political economy of armed conflict – beyond greed and grievance*. Boulder. C.O: Lynne Rienner, 2003.

Segundo o autor, para promover o envolvimento da diáspora na construção da paz na terra-natal, é necessário identificar membros da diáspora que possuam habilidades que possam ser úteis no desenvolvimento e reabilitação no Sri Lanka, particularmente nas zonas de conflito, inclusive promovendo oportunidades para um engajamento com prazo definido. É preciso, também, identificar e apoiar atividades voltadas para a paz e para o desenvolvimento do Sri Lanka diretamente, envolvendo também o Estado hospedeiro. Ainda, é necessário identificar e apoiar atividades diversas, sociais, políticas e culturais, voltadas para a paz que ocorram no nível comunitário.

Fato é que, apesar da reconhecida necessidade, poucas iniciativas como essas podem ser realmente identificadas no caso da diáspora tâmil no Canadá. Além da pressão promovida pela diáspora para o acordo de cessar-fogo entre o LTTE e o governo cingalês, já evidenciada nesta seção, é possível identificar que a comunidade tâmil busca também influenciar o governo canadense a atuar, de alguma forma, no conflito no Sri Lanka e na proteção dos direitos tâmeis. Um exemplo disso foi a manifestação tâmil, em 2001, também no *Parliament Hills*, em Ottawa, contra as atividades dos Tigres de Libertação da Pátria Tâmil em solo canadense. Os quase mil tâmeis que se reuniram no local buscavam uma postura mais rígida do governo canadense para conter as organizações de fachada que arrecadam dinheiro para o LTTE, garantindo a segurança e bem-estar dos imigrantes tâmeis no país e combatendo, efetivamente, as práticas ilegais dos Tigres¹¹¹.

Em agosto de 2006, numa circunstância semelhante, cerca de 3 mil tâmeis se reuniram no *Parliament Hills*, em Ottawa, protestando a respeito da posição indiferente do governo canadense em relação às hostilidades no Sri Lanka. Nessa manifestação, os tâmeis não reivindicavam que as autoridades canadenses retirassem o LTTE da lista de organizações terroristas, mas evidenciavam seu desejo de que o Canadá se posicionasse diante dos bombardeios perpetrados pelo governo cingalês, matando dezenas de civis no norte e leste da ilha. Aqueles que compareceram à manifestação carregavam bandeiras pretas em sinal de luto e exibiam cartazes onde se podia ler: “*Canada, don’t be silent*”¹¹².

Outro exemplo foi a manifestação realizada por tâmeis, líderes comunitários e ativistas em favor dos deslocados internos no Sri Lanka. Os manifestantes acamparam na *Dundas Square*, em Toronto, por 72 horas, entre 05 e 07 de novembro de 2008,

¹¹¹ Disponível em < <http://webhome.idirect.com/~sluna/demoCDN.htm>> Acesso em 10 dez. 2008.

¹¹² Disponível em < <http://www.embassymag.ca/>> Acesso em 09 dez. 2008.

reivindicando que o governo canadense e as organizações internacionais se pronunciassem para salvar a vida de mais de meio milhão de deslocados¹¹³. Apesar dessas e de outras manifestações da diáspora tâmil no Canadá, pouco esforço pode ser identificado por parte do governo canadense para resolver o conflito e promover a proteção dos direitos tâmeis no Sri Lanka.

Contudo, um dos maiores vínculos entre Canadá e Sri Lanka se estabelece por meio da CIDA – *Canada's International Development Agency*, a agência canadense que concede apoio a países em desenvolvimento¹¹⁴. A relação de assistência entre os países data de mais de três décadas e, segundo Jennifer Hyndman (2003) o Canadá chega a contribuir com aproximadamente 15 milhões de dólares canadenses destinados à ilha anualmente. O interessante é que, desde 1991, graças às pressões por parte da diáspora tâmil, o país só envia a assistência financeira ao Sri Lanka através de organizações não-governamentais e instituições capazes de atuar nas causas políticas, econômicas e sociais do conflito¹¹⁵.

O Canadá, dessa forma, é considerado o único doador que não financia diretamente os programas e ministérios do governo cingalês, além de ser também o quarto maior contribuinte dos programas desenvolvidos nas regiões norte e leste, afetadas pelo conflito. Além disso, tendo em vista a possibilidade de que os recursos sejam utilizados para alimentar o conflito, a agência canadense procura investir em projetos que demandem menos capital e sim mais conhecimento. O objetivo é financiar projetos que possam fortalecer a capacidade institucional e comunitária, que promovam reformas econômicas, direitos humanos e valores democráticos, contribuindo para a pacificação do Sri Lanka (HYNDMAN, 2003).

Mais recentemente, sobretudo desde 2001, a agência canadense tem reformulado sua política para favorecer ainda mais a efetividade da ajuda. A partir do documento

¹¹³ Disponível em < http://www.tamileelamnews.com/news/publish/tns_10383.shtml> Acesso em 09 dez. 2008.

¹¹⁴ Disponível em < <http://www.acdi-cida.gc.ca/index-e.htm>> Acesso em 29 dez. 2008.

¹¹⁵ Grande parte dos recursos enviados pela agência canadense é alocada pela *World University Services of Canada* no Sri Lanka, uma organização não-governamental que visa desenvolver estratégias sociais e econômicas para favorecer aqueles que vivem nas regiões afetadas pela guerra. Entre 1998 e 2000 a CIDA financiou os trabalhos da ONG para alcançar algo em torno de 3 mil pessoas, em sua maioria tâmeis e muçulmanos (HYNDMAN, 2003). É importante notar que aqueles que vivem nas porções norte e leste da ilha precisam de uma permissão do governo para deixar suas casas, o que aumenta a relevância das atividades de assistência e desenvolvimento nessas áreas. Mais informações sobre a atuação da *World University Services of Canada* na ilha podem ser encontradas em < http://www.wusc.ca/en/overseas/asia/sri_lanka> Acesso em 29 dez. 2008.

*Canada making a difference with the world: a policy on strengthening aid effectiveness*¹¹⁶, o país tem buscado reconhecer os esforços de países em desenvolvimento que demonstrem estabilidade política e econômica. A nova política não escapa, ainda, ao objetivo de mitigar a migração proveniente desses lugares, estimulando o desenvolvimento econômico e o equilíbrio político de tais regiões (HYNDMAN, 2003).

A assistência financeira do Canadá pode ser, sem dúvida, um fator que estimule a resolução do conflito no Sri Lanka, apesar de não haver evidências de que isso venha realmente ocorrendo. É claro que a relevância dessa assistência não poder ser diminuída, entretanto, não há indícios de que o impacto das atividades e programas financiados pela CIDA venha sendo determinante para a resolução do conflito entre tâmeis e cingaleses. De todo modo, a pressão exercida pela diáspora tâmil no Canadá é válida para despertar a atenção internacional e, eventualmente, suscitar uma atuação mais ativa de Estados e Organizações Internacionais¹¹⁷ no sentido de resolver as causas profundas e enraizadas do conflito (SRISKANDARAJAH, 2004).

Além da capacidade de exercer pressão e influência política, como evidenciado na terceira seção do capítulo anterior, as comunidades de diáspora podem favorecer a resolução do conflito na terra-natal por meio de uma influência econômica e sócio-cultural, que é capaz de favorecer tanto a fase de resolução quanto a fase pós-conflito (HALL, 2008; BERCOVITCH, 2007). Cheran (2003) discute esse tipo de atuação da diáspora tâmil e indica que o diálogo e comunicação constante entre tâmeis, cingaleses e membros da diáspora é a chave para a construção da paz no Sri Lanka.

Segundo o autor, em primeiro lugar é necessário fortalecer a sociedade civil, levando em conta que a diáspora, como apontou anteriormente Feargal Cochrane (2007), também faz parte desse grupo. É preciso ter em mente que a sociedade civil no Sri Lanka é dividida e possui graus diferentes de poder, articulação, recursos e mobilização¹¹⁸. Em segundo lugar, é crucial que a mídia, tanto da ilha quanto da diáspora exerça um papel

¹¹⁶ Disponível em < <http://www.acdi-cida.gc.ca/aideffectiveness> > Acesso em 30 dez. 2008.

¹¹⁷ Segundo Sriskandarajah (2004), é possível inferir que o envolvimento do governo norueguês como um facilitador no conflito, a partir do final de década de 1990, seja fruto da presença e da pressão da comunidade tâmil na Noruega, estimada em cerca de 10 mil pessoas.

¹¹⁸ Uma visão crítica sobre a capacidade da sociedade civil no Sri Lanka de contribuir de maneira decisiva para a paz é desenvolvida por Orjuela (2003) que afirma que a divisão da sociedade e o histórico do conflito acabam fazendo com que a mobilização popular venha a ser mais nacionalista e violenta do que orientada para a paz.

positivo, atuando de forma independente (do governo cingalês e dos Tigres de Libertação) e denunciando a corrupção, violações contra os direitos humanos e qualquer tipo de ameaça à paz na região. É necessário estabelecer, também, trabalhos direcionados à transformação econômica, política e ainda cultural e psicológica, para que os grupos da sociedade deixem de se perceber como vítimas uns dos outros, abrindo caminho para a reconciliação. Até mesmo as contribuições culturais e a chamada “literatura da diáspora tâmil” são instrumentos importantes que ressaltam e valorizam a paz, devendo inclusive ser traduzidos e publicados não só em tâmil, mas também em inglês e cingalês (CHERAN, 2003).

Entretanto, embora vários autores reconheçam o potencial da diáspora, pouco é explorado sobre o real papel que a comunidade tâmil fora do Sri Lanka vem desempenhando na construção da paz na terra-natal. A capacidade política, financeira, técnica, social e cultural da diáspora na promoção da resolução do conflito é sempre reconhecida, embora as evidências de tal atuação sejam bastante limitadas. Via de regra, aqueles que discutem o papel da comunidade diaspórica tâmil na resolução do conflito apresentam como o grupo contribui para o prolongamento do conflito e deduzem que uma mudança nesse quadro pode favorecer a resolução, não tratando especificamente da correlação entre a diáspora e a construção da paz¹¹⁹. Talvez pelo fato de o conflito na ilha não ter sido ainda resolvido seja difícil verificar se realmente a diáspora tâmil tem ou não favorecido o processo de resolução mais do que tem, direta ou indiretamente, contribuído para o prolongamento das hostilidades.

¹¹⁹ Ver, por exemplo, Lyons (2004), Cheran (2004) e Zunzer (2004).

5. CONCLUSÃO

Como este trabalho evidenciou, a diáspora tâmil é um importante elemento que deve ser considerado na análise do conflito no Sri Lanka. O objetivo desta pesquisa esteve voltado para a discussão do papel da comunidade tâmil no Canadá em relação ao conflito na ilha, buscando notar se as atividades da diáspora contribuem para a resolução ou o prolongamento das hostilidades. Como foi demonstrado, o conflito dura há mais de 20 anos e já gerou inúmeros mortos e deslocados, tendo, inclusive, provocado a dispersão de cerca de 700 mil tâmeis.

As raízes do conflito, como pode ser visto no capítulo 2, remontam à época da independência do país, quando tâmeis e cingaleses, após se unirem para garantir a independência do Sri Lanka do domínio britânico, começam a disputar o poder e o controle político. A partir de então, as mudanças no governo criaram o ambiente propício para o estabelecimento de políticas discriminatórias como o Ato de Cidadania e o Ato da Língua Oficial, por exemplo, que suscitaram o início de uma série de revoltas populares. Essas manifestações, episódios isolados de violência e as políticas que marginalizavam a população tâmil fizeram surgir, ao longo das décadas de 1960 e 1970, um sentimento de hostilidade entre os dois grupos étnicos, fazendo com que se desenvolvesse um nacionalismo étnico que passou a opor tâmeis e cingaleses.

Dessa forma, a década de 1980 foi marcada pela intensificação do conflito e pela consolidação da existência de grupos rebeldes tâmeis que buscavam defender os direitos e a liberdade da minoria. Os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (LTTE) se tornaram o principal grupo a encabeçar a luta e a se opor ao governo cingalês, fazendo com que esses anos fossem caracterizados por diversos atentados, seguidos de respostas militares por parte do governo. Como consequência dos enfrentamentos entre as partes, as regiões norte e leste do Sri Lanka se tornaram uma verdadeira zona de guerra, forçando a população afetada, principalmente tâmil, a deixar o país.

Ao longo da década de 1980, portanto, foram se formando no exterior diversas comunidades tâmeis, compostas por deslocados e refugiados que deixaram sua terra-natal em decorrência do conflito. É nesse período, ainda, que podem ser observados os primeiros

esforços mais significativos visando a resolução do conflito. A intervenção indiana, por exemplo, embora não tenha sido bem sucedida, revela a primeira tentativa de resolução que contou com uma terceira parte, com um ator externo.

A década de 1990 não observou alterações significativas que pudessem favorecer o fim das hostilidades, pelo contrário, vivenciou uma nova tentativa frustrada de resolução, em 1995, e a escalada novamente do conflito. Principalmente durante esses anos, tendo início ainda no final da década anterior, a influência da diáspora tâmil começou a ser sentida. Contudo, como foi demonstrado no capítulo 4, essa influência foi essencialmente negativa, devido à capacidade do LTTE de mobilizar a comunidade diaspórica de modo a favorecer a continuação da insurgência. Como foi discutido na seção 4.2, os Tigres conseguiram durante muitos anos obter financiamento em meio à diáspora tâmil no Canadá, além de criarem associações e promoverem eventos que reforçam a identidade do grupo étnico, enfatizando que só a independência do Tamil Eelam poderia garantir a segurança da cultura do povo e possibilitar o retorno daqueles que deixaram sua terra-natal.

Essa capacidade de articulação dos Tigres do Tâmil, que fez com que a existência de uma comunidade diaspórica tâmil expressiva no Canadá favorecesse o prolongamento do conflito durante os anos 90, só começou a ser abalada após os atentados terroristas às Torres Gêmeas, em 2001. Esse evento gerou uma alteração substancial no ambiente internacional, tornando mais difícil a obtenção de apoio político e a atuação dos rebeldes em meio à diáspora. Os esforços para combater o terrorismo transnacional e a taxação do LTTE como um grupo terrorista abriu caminho para que a comunidade tâmil no Canadá começasse a questionar a atuação dos Tigres, passando a se negar a conceder financiamento e a pressionar para que as partes chegassem a uma resolução pacífica.

Essa mudança no ambiente internacional e a influência positiva da diáspora possibilitaram que, em 2002, se chegasse a um acordo de cessar-fogo, mediado pela Noruega, entre o governo cingalês e os rebeldes tâmeis. Apesar desse momento de otimismo, as negociações não seguiram adiante pela falta de comprometimento entre as partes, fazendo com que a violência ressurgisse. Até o momento em que essa pesquisa foi concluída, não foi possível observar nenhum tipo de avanço em direção a uma resolução do conflito, pelo contrário, o ano de 2008 termina marcado por uma forte onda de violência,

devido a uma ofensiva do governo para retomar o controle das regiões dominadas pelos Tigres de Libertação.

Como foi possível notar, esse trabalho objetivou discutir a relação entre a diáspora tâmil no Canadá e o conflito no Sri Lanka, buscando perceber como essa comunidade, que vive no exterior, influencia o conflito interno na terra-natal. A hipótese apontava que, pelas características de uma comunidade de diáspora (que mantêm a identidade e o vínculo com o país de origem), o papel desse grupo não poderia ser nulo. Dessa forma, a diáspora poderia ser um ator relevante para favorecer o prolongamento do conflito ou mesmo a resolução do mesmo.

A literatura sobre diásporas, apresentada no capítulo 3, permitiu entender a relevância da questão, indicando que tanto o deslocamento quanto a conectividade, elementos que marcam o processo de dispersão e as comunidades diaspóricas que se formam, se tornam fatores cada vez mais significativos diante do fenômeno da globalização. Foi possível notar também que, dessa forma, o estudo da diáspora tem se tornado cada vez mais um assunto importante para as Relações Internacionais, já que interliga as esferas doméstica e internacional à análise de questões como a identidade, a mobilização política, a existência de comunidades transnacionais, dentre outras.

No que tange à literatura que aborda a relação entre a diáspora e os conflitos, foi possível observar que muito é dito sobre a capacidade das comunidades diaspóricas de favorecerem o prolongamento do conflito. Considerando a natureza do conflito no Sri Lanka (interno, étnico/identitário e de caráter separatista) verificou-se que a existência da diáspora pode reforçar as causas identitárias que geram as reivindicações e, conseqüentemente, as hostilidades, já que os grupos diaspóricos buscam preservar a identidade, além de atribuírem um valor simbólico à terra-natal. Ademais, como foi demonstrado, a diáspora pode ser também uma fonte de recrutamento e financiamento para o grupo insurgente, além de possibilitar a articulação transnacional dos rebeldes.

Já em relação às abordagens sobre diáspora e resolução de conflitos, notou-se uma limitação na literatura, já que os autores que trabalham com esse tema específico, geralmente, discutem o papel da diáspora no prolongamento e inferem que uma interrupção nesse processo naturalmente levaria à resolução. Contudo, como foi evidenciado, a contribuição da diáspora para um cessar-fogo, como se nota no caso tâmil após 2001, não

significa exatamente que se chegará a uma resolução das causas do conflito, das incompatibilidades entre as partes. A discussão que mais se aproxima desse aspecto é aquela feita por autores que trabalham com as noções de transformação do conflito ou *peace-building*. Entretanto, quando o papel da diáspora é analisado em relação a esses processos, a literatura é bastante prescritiva e, por isso talvez, menos analítica.

Essas observações em relação à abordagem que correlacionam diáspora e conflitos puderam ser sentidas também quando foi considerado o caso da diáspora tâmil no Canadá e do conflito no Sri Lanka. Como mostrou o capítulo 4, a capacidade da comunidade tâmil em favorecer o conflito, seja por meio do financiamento ou do reforço da identidade, se mostra bastante concreta. Os artigos e fontes consultadas, que demonstram esse tipo de influência, são muito mais afirmativos do que aqueles que discutem a participação da diáspora tâmil na resolução do conflito. Esses últimos, exceto os que tratam da influência da diáspora no cessar-fogo de 2002, exploram as possibilidades e sugerem que o papel da comunidade tâmil no exterior pode ser direcionado para a resolução, sem realmente analisar até que ponto isso vem ocorrendo.

Dessa forma, conclui-se que no caso da diáspora tâmil no Canadá a atuação da comunidade em relação ao prolongamento do conflito se mostra mais factível do que o papel do grupo na resolução. Isso não significa dizer que a diáspora seja um ator irrelevante nesse processo, pelo contrário. Mas significa dizer que no caso tâmil faltam elementos que possam demonstrar até que ponto a comunidade no Canadá de fato tem contribuído para que as incompatibilidades entre as partes oponentes possam ser diluídas. É possível apontar iniciativas nesse sentido, como indicado na seção 4.3, embora ainda não seja possível analisar os resultados dessas atividades, considerando inclusive que o conflito ainda não foi resolvido.

Como dito anteriormente, esse trabalho, em tempo algum, considerou a diáspora como um grupo homogêneo, embora também não tenham sido encontradas posições claramente divergentes em meio à comunidade tâmil no Canadá. Contudo, essa é também uma lacuna da literatura sobre diásporas em geral, que sempre lida com as comunidades diaspóricas como um todo, embora a maioria dos autores faça a mesma ressalva que foi feita aqui. Faltam, portanto, abordagens ou categorias analíticas que permitam compreender e estudar o interior dos grupos diaspóricos, embora seja essa uma tarefa bastante complexa.

Vale enfatizar, também, que por se tratar de um estudo de caso as conclusões aqui encontradas não podem ser aplicadas imediatamente a outras situações, mesmo que semelhantes. Analisou-se a relação entre a comunidade tâmil no Canadá e o conflito na ilha, o que não garante, por exemplo, que a relação entre outras comunidades tâmeis no exterior e o conflito seja idêntica. É importante frisar que não é possível fazer nenhum tipo de generalização a partir dos resultados encontrados, tendo em vista que eles dizem respeito apenas ao caso analisado. É possível que os resultados sejam distintos quando forem levados em consideração outros tipos de grupos diaspóricos, em contextos diferentes e relacionados a conflitos de outra natureza.

De todo modo, e a despeito das limitações apresentadas, acredita-se que esse trabalho contribui para que a correlação entre a diáspora tâmil no Canadá e o conflito no Sri Lanka fosse analisada. A pesquisa demonstra a relevância da diáspora enquanto um ator das Relações Internacionais, sobretudo, quando está relacionada a um conflito na terra-natal que envolve a identidade do grupo. Acredita-se, assim, que esse trabalho indicou a importância de se discutir a diáspora enquanto ator, a natureza dos conflitos internos separatistas, como é o que ocorre no Sri Lanka, e a participação das comunidades diaspóricas no prolongamento e na resolução dos conflitos, sem escapar ainda, da finalidade de apresentar e analisar o conflito tâmil/cingalês, tão pouco explorado nos estudos de Relações Internacionais, principalmente no Brasil. Em tempo algum buscou-se esgotar as discussões sobre o tema, mas por outro lado suscitar novas pesquisas e estudos que possam ampliar o entendimento acerca das diásporas e dos conflitos.

REFERÊNCIAS

ABEYRATNE, Sirimal. Economic roots of political conflict: the case of Sri Lanka. **The World Economy**, vol. 27, n. 8. 2004

ADAMSON, Fiona B. International terrorism, non-state actors and the logic of transnational mobilization: a perspective from international relations. **Social Science Research Council**. 2002

ADAMSON, Fiona B. Crossing borders: international migration and national security. **International Security**, vol. 31, n. 1. 2006

ADAMSON, Fiona; DEMETRIOU, Medelaine. Remapping the boundaries of “state” and “national identity”: incorporating diasporas into IR theory. **European Journal of International Relations**, v. 13, 2007

ANDREAS, Peter. Illicit international political economy: the clandestine side of globalization. **Review of International Political Economy**, v. 11, n. 3. 2004

AZAM, J.; COLLIER, P.; HOEFFLER, A. **International policies on civil conflict: an economic perspective**. Policy research working papers. The World Bank. 2001

AZAR, Edward. **The management of protracted social conflicts: theory and cases**. Dartmouth, 1990

BALLENTINE, K.; NITZSCHKE, H. **The Political Economy of civil war and conflict transformation**. Berghof Research fo constructive conflict management. 2005

BERCOVITCH, Jacob. Characteristics of intractable conflicts. **Beyond Intractability**. 2003
Disponível em <<http://www.beyondintractability.org>> Acesso em 25 ago. 2006.

BERCOVITCH, Jacob. **A neglected relationship: diasporas and conflict resolution**. In: SMITH, Hazel; STARES, Paul (eds). *Diasporas in conflicts: peace-makers or peace-wreckers?* New York: United Nations University Press, 2007

BOUFFARD, Sonia; CARMENT, David. The Sri Lankan peace process: a critical review. **Journal of South Asian Development**, 1:2, 2006

BROWN, Michael E.(ed.). **The international dimensions of internal conflict**. Cambridge: MIT Press.1996

BYMAN, D., CHALK, P., HOFFMAN, B., ROSENAU, W., BRANNAN, D. **Trends in outside support for insurgent movements**. Santa Monica: Rand. 2001

BOSE, Sumantra. **Flawed mediation, chaotic implementation: the 1987 Indo-Sri Lanka Peace Agreement** in: STEDMAN, J.; ROTHCHILD, D.; COUSENS, E. Ending civil wars – the implementation of peace agreements. Lynne Rienner Publishers. 2002

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**, v. 1. São Paulo: Paz e Terra. 1999

CHALK, Peter. **Liberation Tigers of Tamil Eelam (LTTE) international organization and operations – a preliminary analysis**. Comentary n. 77, Canadian Security Intelligence Service, 2000

CHERAN, R. **Diaspora circulation and transnationalism as agents for change in post conflict zones of Sri Lanka**. Berghof Foundation for conflict management. Berlin. 2004

CHERAN, R. Multiple homes and parallel civil societies: refugee diasporas and transnationalism. **Refuge**, v. 23, n.1. 2006

CHERAN, R; AIKEN, S. **The impact of international informal banking on Canada: a case study of transnational money transfer networks, Canada/Sri Lanka**. Working Paper, 2005

COCHRANE, Feargal. Civil society beyond the state: the impact of diaspora communities on peace building. **GMJ: mediterranean edition** 2 (2). 2007

COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. **Greed and grievance in civil war**. Policy research working papers. The World Bank. 2000

CRISP, Jeff. **Policy challenges of the new diasporas: migrant networks and their impact on asylum flows and regimes**. Transnational Communities Working Papers, WPTC-99-05. 1999

CTCC – CANADIAN TAMILS' CHAMBERS OF COMMERCE. **Emergence of the tamil community in Great Toronto Area: facts and figures**, 2007, disponível em <<http://www.ctcc.ca>> Acesso em: 02 abr. 2008.

DEMMERS, Jolle. New wars and diasporas: suggestions for research and policy. **Journal of Peace, Conflict and Development**, Issue 11. 2007

DEMMERS, Jolle. Diaspora and conflict: locality, long-distance nationalism, and delocalisation of conflict dynamics. **The Public**, v.9, n.1. 2002

DEVOTA, Neil. From ethnic outbidding to ethnic conflict: the institutional bases for Sri Lanka's separatist war. **Nations and Nationalism**, v.11, n.1. 2005

ENTEEN, Jillana. Spatial conceptions of URL's: Tamil Eelam networks on the world wide web. **New Media and Society**, v.8, n.2. 2006

FAIR, C. Diaspora involvement in insurgencies: insights from the Khalistan and Tamil Eelam movements. **Nationalism and Ethnic politics**, 11, 2005

FAIR, C. **The Sri Lankan tamil diaspora: sustaining conflict and pushing for peace** in: SMITH, Hazel; STARES, Paul (eds). *Diasporas in conflicts: peace-makers or peace-wreckers?* New York: United Nations University Press, 2007

FEDERAL RESEARCH DIVISION. **Sri Lanka: a country study**. The Library of Congress. 1989

FERNANDO, Laksiri. Ethno-nationalism and youth dimension in the protracted social conflicts in Sri Lanka. **International Relations in a Globalizing World**, vol. 1, n.1, 2005

FUGLERUD, Oivind. Time and space in the Sri Lankan Tamil diaspora. **Nations and nationalism**, vol. 7, n. 2. 2001

- FOURON, Georges E. Book Reviews: Modern diasporas in the age of globalisation. **International Studies Review**, 6, 2004
- GUÁQUETA, Alexandra. La economía política internacional de los conflictos internos. **Convergência: Revista de Ciências Sociais**, año 10, n. 31. 2003
- GEORGE, Pierre. **Geopolítica de las minorías**. Barcelona: Oikos-tan s.a. ediciones. 1985
- GLEDITSCH, K.S. **Transnational dimensions of civil war**. Mimeo. Department of Government, University of Essex. 2003
- GUILMOTO, Christophe Z. The tamil migration cycle: 1830 – 1950. **Economic and political weekly**. January 16-23, 1993
- GUNARATNA, Rohan. **International and regional implications of the Sri Lankan Tamil insurgency**. Bandaranaike Centre for International Studies. 1997
- GANGULY, Sumit. **Conflict and crisis in south and southeast Asia** in: BROWN, Michael E.(ed.). *The international dimensions of internal conflict*. Cambridge: MIT Press.1996
- HAGEL, Peter; PERETZ, Pauline. States and transnational actors: who's influencing whom? A case study in jewish diaspora politics during the cold war. **European Journal of International Relations**, v. 11 (4), 2005
- HALL, Jonathan. **Diasporas in civil conflict and peace: motivations, mechanisms and impact**. NFU Conference. 2008
- HERACLIDES, Alexis. The ending of unending conflicts: separatist wars. **Millennium: Journal of International Studies**, v.26, n.3. 1997
- HUMAN RIGHTS WATCH. Funding the final war: LTTE intimidation and extortion in the tamil diaspora. **Human Rights Watch Report**, v.18, n.1 (C). 2006
- HYNDMAN, Jennifer. Aid, conflict and migration: the Canada – Sri Lanka connection. **The Canadian geographer**, 47, n. 3, 2003

KALDOR, Mary. **New and old wars: organized violence in a global era**. Standford: Standford University Press. 1999

KOINOVA, Maria. Diasporas and conflict during the post-conflict reconstruction of divided societies: lebanese and albanian diasporas compared. **International Studies Association Annual Convention**. 2007

KORF, Benedikt. Rethinking the greed-grievance nexus: property rights and the political economy of war in Sri Lanka. **Journal of Peace Research**, v.42, n.2. 2005

KRIESBERG, Louis. Nature of Intractability. **Beyond Intractability**. 2003 Disponível em <<http://www.beyondintractability.org>> Acesso em 25 ago. 2006.

KRIESBERG, Louis. **Constructive conflicts: from escalation to resolution**. Rowman & Littlefield Publishers. 2007

LA, John. Forced remittances in Canada's Tamil enclaves. **Peace Review**, 16:3, 2004

LAHNEMAN, Willian. **Impact of diasporas communities on national and global politics: report on survey of the literature**. Center for International and Security Studies at Maryland. 2005

LEVINE, A. **Political accommodation and the prevention of secessionist violence in:** Brown, Michael E. (org). The international dimension of internal conflict. Cambridge: MIT Press. 1996

LTTE, **The proposal by the Liberation Tigers of Tamil Eelam on behalf of the tamil people for an agreement to stablish an interim self-governing authority for the northeast of the island of Sri Lanka**. 2003, disponível em <http://www.tamilnation.org/conflictresolution/tamileelam/norway/031101isga.htm> Acesso em 27 mar. 2008

LYONS, Terrence. **Diasporas and homeland conflict**. Paper presented to DC Area, Workshop on Contentious Politics. Institute for Conflict Analysis and Resolution. 2004

MACKENZIE INSTITUTE. **Funding terror: The Liberation Tigers of Tamil Eelam and their Criminal Activities in Canada and the Western World.** The Mackenzie Institute, 1995

MAIESE, Michelle. Underlying causes of intractable conflict. **Beyond Intractability** 2003
Disponível em <<http://www.beyondintractability.org>> Acesso em 25 ago. 2006.

MCDOWELL, C. **Asylum diáspora: tamils in Switzerland** in: Ember,C.; Ember, M.; Skoggard, I. *Encyclopedia of Diasporas: immigrant and refugee cultures around the world.* Yale: Kluwer Academic Pub. 2004

MIALL, Hugh; RAMSBOTHAM, Oliver; WOODHOUSE, Tom. **Contemporary conflict resolution: the prevention, management and transformation of deadly conflicts.** Cambridge: Polity Press. 2005

MITCHEL, C.R. **The structure of international conflict.** New York: St. Martin's Press. 1981

MOORE, Will H. Ethnic minorities and foreign policy. **SAIS Review**, v. 22, n. 2, 2002

NEWLAND, Kathleen. **Beyond remittances: the role of diaspora in poverty reduction in their countries of origin.** Migration Policy Institute, 2004

NICHIPORUK, B. **The Security dynamics of demographic factors.** Santa Monica: Rand. 2000

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Elsevier. 2005

ORJUELA, Camilla. Building peace in Sri Lanka: a role for civil society? **Journal of Peace Research**, v.40, n.2, 2003

PEFTSCH, F.; ROHLOFF, C. **National and international conflict, 1945-1995: new empirical and theoretical approaches.** London: Routledge, 2000

PURDY, M. **Targeting diasporas: the canadian counter-terrorism experience**. Working Paper, Center of International Relations, 2003

RADTKE, K. **Engaging the diaspora: the dynamics of diaspora mobilization in civil wars**. Paper apresentado no encontro anual da International Studies Association. Califórnia, EUA. 2006

REIS, Michele. Theorizing diáspora: perspectives on “classical” and “contemporary” diaspora. **International Migration**, v.42 (2), 2004

REIMANN, C. **Towards conflict transformation: assessing the state-of-the-art in conflict management – reflections from a theoretical perspective**. In. AUSTIN, FISCHER, ROGERS. Berghof Handbook for conflict transformation, 2000

RUBIN, Jeffrey; PRUITT, Dean; KIM, Sung. **Social conflict: escalation, stalemate, and settlement**. New York: McGraw-Hill. 1994

SCHOLTE, Jan Aart. **What is globalization? The definitional issue – again**. Centre for the study of globalization and regionalization. Working Paper n. 109/02. 2002

SENEVIRATNE, Sudharshan. From language to “race”: deconstructing Tamil Identity in antiquity. **International Relations in a Globalizing World**, v.1, n. 1. 2005

SENEWIRATNE, Brian. **The killing of innocents in Sri Lanka**. 27 de abril de 2006

SHAIN, Yossi. The role of diásporas in conflict perpetuation or resolution. **SAIS Review**, v. 22, n. 2. 2002

SHAIN, Yossi; BARTH, Aharon. Diasporas and International Relations Theory. **International Organization**, 57, 2003.

SILVA, H.L. de. Politico-legal and ethical aspects of the separatist war in Sri Lanka. **International Relations in a Globalising World**, v.1, n.1. 2005

SISLIN, J.; PEARSON, F. Arms and escalation in ethnic conflicts: the case of Sri Lanka. **International Studies Perspectives**, 7. 2006

SMITH, Chris. The Eelam endgame? **International Affairs** 83:1, 2007

SMITH, Hazel; STARES, Paul (eds). **Diasporas in conflicts: peace-makers or peace-wreckers?** New York: United Nations University Press, 2007

SOKEFELD, Martin. Mobilizing in transnational space: a social movement approach to the formation of diaspora. **Global networks**, v. 6, 3, 2006

SPEAR, Joanna. The potential of diaspora groups to contribute to peace building. **International Studies Association Conference**. 2006

SRISKANDARAJAH, D. **Tamil diaspora politics** in: Ember,C.; Ember, M.; Skoggard, I. Encyclopedia of Diasporas: immigrant and refugee cultures around the world. Yale: Kluwer Academic Pub. 2004

STOKKE, K. **Building the Tamil Eelam State: emerging State institutions and forms of governance in LTTE-controlled areas in Sri Lanka**. Disponível em http://www.tamilnation.org/conflictresolution/tamileelam/cnfZU06/05kristian_stokke.html, Acesso em 23 jan. 2008

STOKKE, K., RYNTVEIT, A.K. The struggle for Tamil Eelam in Sri Lanka. **Growth and Change**, v. 31. 2000

TEKWANI, Shyam. **The LTTE's online network and its implications for regional security**. Institute of Defence and Strategic Studies Working Paper, n. 104. 2006

TSAGAROUSIANOU, Roza. **Rethinking the concept of diaspora: mobility, connectivity and communication in a globalised world**. Westminster Papers in communication and culture, v.1, n.1. 2004

THUAL, François. **Les conflits identitaires**. Paris: Ellipses. 1995

UYANGODA, J. **Transition to civil war to peace: challenges of peace-building in Sri Lanka**. Working Paper. Social Scientist Association. Colombo, 2005

VAN HEAR, Nicholas. **Refugee diasporas or refugees in diaspora** in: Ember, C.; Ember, M.; Skoggard, I. Encyclopedia of Diasporas: immigrant and refugee cultures around the world. Yale: Kluwer Academic Pub. 2004

VENUGOPAL, Rajesh. **The global dimensions of conflict in Sri Lanka**. Queen Elizabeth House Working Paper Series, n. 99. 2003

VOORDE, C. Van de. Sri Lankan terrorism: assessing and responding to the threat of the Liberation Tigers of Tamil Eelam (LTTE). **Police Practice and Research**, v. 6, n. 2. 2005

WALLENSTEEN, Peter. **Understanding conflict resolution: war, peace and the global system**. London: Sage Publications Ltd. 2002

WARD, Adam; HACKETT, James. Prospects for peace in Sri Lanka: another false dawn? **IISS Strategic Comments**, v.9, issue 1. 2003

WAYLAND, Sarah. Ethnonationalist networks and transnational opportunities: the Sri Lankan tamil diaspora. **Review of International Studies**. 2004

WILSON, A. J.; CHANDRANKANTHAN, A. J. **Tamil identity and aspirations**. 199- Disponível em <http://tamilcanadian.com> Acesso em 05 fev. 2008

ZUNZER, Wolfran. **Diaspora communities and civil conflict transformation**. Berghof occasional paper, n. 26, 2004

ZUNZER, Wolfran. **Contributing to peace at home**. Berghof Foundation in Sri Lanka, 2005

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)